

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

Revista Querubim

Letras – Ciências Humanas – Ciências Sociais

Edição 54

Ano 20

Volume 1 – Ciências Sociais

**Aroldo Magno de Oliveira
(Ed./Org.)**

2024

2024

2024

2024

Niterói – RJ

Revista Querubim 2024 – Ano 20 nº54 – vol. 1 – Ciências Sociais – 79p. (outubro – 2024)
Rio de Janeiro: Querubim, 2024 – 1. Linguagem 2. Ciências Humanas 3. Ciências Sociais. Periódicos.
I - Título: Revista Querubim Digital

Conselho Científico

Alessio Surian (Universidade de Padova - Itália)
Darcília Simoes (UERJ – Brasil)
Evarina Deulofeu (Universidade de Havana – Cuba)
Madalena Mendes (Universidade de Lisboa - Portugal)
Vicente Manzano (Universidade de Sevilla – Espanha)
Virginia Fontes (UFF – Brasil)

Conselho Editorial

Presidente e Editor
Aroldo Magno de Oliveira

Consultores

Alice Akemi Yamasaki
Bruno Gomes Pereira
Carla Mota Regis de Carvalho
Elanir França Carvalho
Enéias Farias Tavares
Francilane Eulália de Souza
Gladiston Alves da Silva
Guilherme Wyllie
Hugo de Carvalho Sobrinho
Hugo Norberto Krug
Janete Silva dos Santos
Joana Angélica da Silva de Souza
João Carlos de Carvalho
José Carlos de Freitas
Jussara Bittencourt de Sá
Luciana Marino Nascimento
Luiza Helena Oliveira da Silva
Mayara Ferreira de Farias
Pedro Alberice da Rocha
Regina Célia Padovan
Ruth Luz dos Santos Silva
Shirley Gomes de Souza Carreira
Vânia do Carmo Nóbile
Venício da Cunha Fernandes

SUMÁRIO

01	Brunemberg Silva Soares – Uma princesa nua, madraça, suja e escavacada: reflexões sobre a cidade de Palmeira dos Índios na gestão de Graciliano Ramos (1928-1930)	04
02	Cláudia Jussara Harlos Heck – Espaço territorial e a formação do patriarcado	13
03	Deise Anelise Froelich et al – Raízes compartilhadas: a influência guarani na agricultura do Rio Grande do Sul e Misiones	22
04	Fabiano dos Santos Rodrigues – Entre tradição, modernidade e contemporaneidade um panorama histórico e educativo musical do “choro” nas últimas décadas	31
05	Francisco Fernandes Ladeira e Karine Cássia Queiroz Silva - Potencialidades e limites do uso das tecnologias digitais no ensino: questões para discussão	39
06	Francisco Fernandes Ladeira e Samara Mirelly da Silva – Os conceitos de “assimilação”, “acomodação” e “equilibração” na teoria de desenvolvimento cognitivo em Piaget e o ensino de geografia: encontros ou desencontros?	48
07	Franklin Vieira de Araújo et al – A importância dos custos para a formação do preço de venda	56
08	Franklin Vieira de Araújo et al – Ciências contábeis e tecnologia: a importância da evolução do profissional contábil no mundo digital	65
09	Gleiciany Rodrigues Gomes e Marcelo Gaudêncio Brito Pureza – Tecnologia digital e a inclusão escolar	73

UMA PRINCESA NUA, MADRAÇA, SUJA E ESCAVACADA: REFLEXÕES SOBRE A CIDADE DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS NA GESTÃO DE GRACILIANO RAMOS (1928-1930)

Brunemberg Silva Soares¹

Resumo

O objetivo deste texto é problematizar a cidade de Palmeira dos Índios dos anos de 1928 a 1930, período em que o escritor Graciliano Ramos atuou como prefeito. A pesquisa baseia-se análise dos relatórios de gestão enviados ao governador de Alagoas, além do estudo do Código Municipal de Posturas implementado em 1928. Evidencia-se que durante o período, o município passou por modificações pontuais em sua política e urbanidade devido à atuação de Graciliano Ramos como prefeito. Portanto, refletimos sobre um emergente município repleto de problemas relacionados à estrutura urbana, questões socioeconômicas, desigualdades sociais, clientelismo e mandonismo.

Palavras-chave: Oligarquia Local. Relatórios de Gestão. História Local.

Resumen

El objetivo de este texto es problematizar la ciudad de Palmeira dos Índios en el período de 1928 a 1930, período en el que el escritor Graciliano Ramos fungió como alcalde. La investigación se basa en el análisis de informes de gestión enviados al gobernador de Alagoas, además del estudio del Código Municipal de Posturas implementado en 1928. Es evidente que durante el período, el municipio experimentó cambios específicos en su política y urbanidad. debido a la elección de Graciliano Ramos como alcalde. Por lo tanto, reflexionamos sobre un municipio emergente lleno de problemas relacionados con la estructura urbana, cuestiones socioeconómicas, desigualdades sociales, clientelismo y mandonismo.

Palabras clave: Oligarquía local. Informes de Gestión. Historia local.

¹ Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) (Linha - Cultura Poder e Identidades). Pesquisador membro do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas - GPHIAL (2015 - atual). Professor efetivo na Rede Municipal de Educação de Palmeira dos Índios/AL. Estudante do curso de Especialização em Estudos de História Local - Sociedade, Educação e Cultura (PGHL, lato sensu) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Professor convidado de História Geral no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena (CLIND) da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL).

Considerações iniciais

Nosso objetivo com esse texto é realizar uma problematização sobre a cidade de Palmeira dos Índios² entre os anos de 1928 e 1930, período no qual o escritor Graciliano Ramos³ atuou como chefe do executivo local. Para tanto, tomaremos como base um estudo/reflexão dos relatórios de gestão escritos pelo então prefeito e enviados ao governador do estado de Alagoas, além do Código Municipal de Posturas implementado pelo político em agosto de 1928⁴. A partir da análise de tais documentos, juntamente com reflexões bibliográficas sobre a temática, tencionamos refletir acerca de aspectos e problemas elencados nas fontes a respeito de Palmeira dos Índios do período destacado, buscando perceber elementos relacionados à modernização, costumes, problemas e embates políticos, temas em voga naquele contexto.

Partimos do pressuposto de que os citados documentos expressam aspectos inerentes ao cotidiano histórico e social de Palmeira dos Índios que serviu de palco para tais reflexões. Reconhecemos os limites de uso de fontes produzidas por apenas um sujeito, mas não objetivamos reconstruir, nem poderíamos, um retrato fiel do passado palmeirense, mas problematiza-lo a partir da visão de mundo expressa pelo autor. Uma percepção de mundo, moldada, naturalmente, por seu lugar social, econômico, político e ideológico.

Nesse sentido, concordamos com a constatação de Antonio Cândido quando este afirmou que as produções escritas têm a capacidade de nos levar “quase sempre a averiguar a realidade que nela se exprime e as características do homem a quem devemos esse sistema de emoções e fatos tecidos pela imaginação” (Cândido, 1992, p. 69). Dentre outras informações, os escritos de Graciliano sobre sua gestão nos ajudam a compreender vislumbres de como se configurava o citado município nesse período, aspectos tais como a convivência, nem sempre harmoniosa, entre a modernização e o tradicionalismo, muitas vezes representados na dicotomia, nem sempre clara, entre o urbano e o rural.

Palmeira dos Índios dos anos 1928-1930: a chegada de Graciliano à prefeitura

Fundada em fim do século XVIII em terras pertencentes a um aldeamento indígena do povo Xukuru-Kariri (Peixoto, 2019), Palmeira dos Índios teve seu território e aglomerado urbano constituído a partir de expropriações territoriais, diante de políticas e legislações nacionais visando a incorporação/extinção das populações nativas em vigor nesse período (Soares, 2020). Elevada à categoria de cidade em 1889, adentrou ao século XX e aos ares da Primeira República Brasileira com uma modesta urbanização.

Segundo o escritor palmeirense Ivan Barros, nos primeiros anos do referido século, a cidade era marcada pela existência de “casinhas em estilo colonial... ruas sem calçamento... e os pés de jatobá, aroeira e oiticica, em cujos galhos, os matutos dependuravam bois e bodes, para vender ao povo, em feiras livres. E lá mesmo, sob as árvores, eles efetuavam o abate e a venda” (Barros, 2014, p. 256). Percebemos nesse relato, aspectos importantes sobre a localidade, a exemplo da convivência entre elementos considerados urbanos/modernos e rurais/arcaicos, bem como a falta de infraestrutura urbana “básica”, como calçamento nas ruas.

² Palmeira dos Índios é um município do Agreste/Semiárido de Alagoas, localizado no interior do estado, distante pouco mais de 130 km de Maceió. Atualmente, o município conta com uma área de 450.990 Km e uma população estimada em 73.452 pessoas (IBGE, 2010).

³ Natural do município alagoano de Quebrangulo, limítrofe à Palmeira dos Índios, Graciliano Ramos mudou-se com a família para este município, aos 18 anos, onde desenvolveu laços, atuando como comerciante e constituindo família. Após a entrega de seus relatórios de gestão, Graciliano chamou a atenção para a seu talento para a escrita o que lhe rendeu um convite para publicar seu primeiro romance, *Caetés*, em 1933.

⁴ Documentação disponível na Casa Museu Graciliano Ramos, localizada em Palmeira dos Índios/AL. Em função do fechamento do citado museu para obras de manutenção, consultamos o Código Municipal de Posturas a partir da transcrição feita pela pesquisadora Ângela Maria dos Santos (2019, p.134-142).

Foi nessa cidade típica do interior nordestino e alagoano que o jovem Graciliano Ramos fixou residência, ainda na década de 1910. Segundo relato do próprio autor: “embrenhei-me de novo em Palmeira dos Índios. Fiz-me negociante, casei-me, ganhei algum dinheiro, que depois perdi, envievei, tornei a casar, enchi-me de filhos, fui eleito prefeito e enviei dois relatórios ao governador” (Ramos, 2013, p. 51). Nesses documentos, foram tecidas críticas aos aspectos e costumes citados por Barros, além de apontamentos e medidas contra práticas consideradas ultrapassadas, anti-higiênicas, imorais e contrárias aos interesses públicos.

No entanto, antes de enveredar pelos caminhos da gestão de Graciliano, vejamos como o escritor chegou ao cargo. O cenário político de Palmeira dos Índios nas primeiras décadas do século XX não diferiam das tradições políticas vigentes no restante do país. Estavam em voga práticas clientelísticas e coronelistas que marcaram o contexto republicano até 1930. Somado a isso, o município passava por um momento delicado devido a recentes episódios de violência⁵, foi nesse cenário que o escritor e comerciante despontou como candidato; “Assassinaram o meu antecessor. Escolheram-me por acaso. Fui eleito, naquele velho sistema das atas falsas, os defuntos votando [...], e fiquei vinte e sete meses na prefeitura⁶.”

Quando da gestão de Graciliano, o município contava com 39.241 habitantes (Brasil, 1926) e a prefeitura com apenas onze funcionários, informação corroborada nos relatórios de gestão produzidos pelo autor. Ainda, “Em termos de estrutura urbana, a Palmeira dos Índios vivida e gerida por Graciliano reproduz a vida de uma cidade pequena do interior, em um país com processo de urbanização incipiente em escala urbana de consolidação de seus espaços e aparato administrativo” (Jazar; Ultramari; Procopiuck, 2017, p. 72)

Nos documentos elaborados durante sua gestão, o prefeito narrou uma cidade diferente daquela que políticos e intelectuais locais costumavam descrever. Do seu ponto de vista, a cidade era atrasada, mal administrada, pobre, suja e sem ordem. Desse modo, passou a combater aparelhamentos na administração, a interromper acordos clientelistas e a criticar idealizações desmedidas. Em 1930, ao se referir a tais aspectos e características locais, criticando o pretensão progresso palmeirense, escreveu; “E o palmeirense afirmava, convicto, que isto era a princesa do sertão. Uma princesa, vá lá, mas princesa muito nua, muito madraça, muito suja e muito escavacada” (Ramos, 1930, p. 9).

Palmeira dos Índios respira ares de modernidade? Rupturas e permanências na gestão de Graciliano Ramos

Na perspectiva de Graciliano, diante das inúmeras falhas administrativas que faziam parte do cotidiano palmeirense, a solução era resolver primeiro as questões menores e mais urgentes, criando a base para atingir os mais graves. A falta de organização despontava como o problema mais urgente, pois, de acordo com os relatos do autor, não havia sequer uma padronização de pesos e medidas dos produtos comercializados, “os litros aqui tinham mil e quatrocentas grammas” (Ramos, 1929, p. 5).

]

⁵ O prefeito de Palmeira dos Índios que antecedeu a gestão de Graciliano Ramos foi assassinado por um fiscal de impostos, após questões políticas e pessoais, antes de terminar seu mandato. Após o episódio, a prefeitura foi assumida por Manoel Sampaio Luz, até a próxima eleição, não qual Graciliano foi escolhido como nome de apaziguamento, por não pertencer a grupos oligárquicos locais (Jazar; Ultramari; Procopiuck, 2017).

⁶ Entrevista de Graciliano Ramos, 1948. Disponível em: <https://graciliano.com.br/2012/10/a-ultima-entrevista-de-graciliano-ramos/> Acesso em 08/05/2022.

De acordo o Prefeito, isso levava à desorganização e explorações no comércio, ao ponto de a própria prefeitura ser vítima de tais falcaturas possibilitadas pela falta de fiscalização e padronização, sobre as quais o autor relatou; “Fui descaradamente roubado em compras de cal para os trabalhos publicos” (Ramos, 1929, p. 5). Para além dos aspectos comerciais, o município carecia de ordem na administração e na definição das funções públicas.

O principal, o que sem demora iniciei, o de que dependiam todos os outros, segundo creio, foi estabelecer alguma ordem na administração. Havia em Palmeira inumeros prefeitos: os cobradores de impostos, o commandante do destacamento, os soldados, outros que desejassem administrar. Cada pedaço do Municipio tinha a sua administração particular, com prefeitos coroneis e prefeitos inspectores de quarteirões. Os fiscaes, esses, resolviam questões de policia e advogavam (Ramos, 1930, p. 5).

Percebemos a falta de definições claras sobre os papéis do funcionalismo público, bem como o evidente uso indevido de cargos e a práticas de abuso de autoridade. Evidentemente, tais elementos não eram exclusividade de Palmeira dos Índios, mas resultantes de práticas coronelísticas no Brasil no cenário republicano até 1930, no qual “preponderou o coronelismo e o centralismo regional, que transformaram os municípios em feudos políticos marcados pelo mando e o desmando, como fossem propriedades particulares” (Meireles, 1996, p. 36).

Embora eleito nesse cenário, Graciliano não participou de alianças clientelísticas com a oligarquia palmeirense, o que lhe garantiu certa autonomia para criticar as práticas citadas, bem como para contrariar os mandatários, os quais descreveu como incapazes de compreender “que um acto administrativo seja isento da idéa de lucro pessoal” (Ramos, 1929, p. 14). Além de condutas desviantes e autoritárias por parte de políticos e funcionários públicos, outro aspecto sobre a Palmeira dos Índios desse contexto perceptível nos relatos do escritor é a questão das leis municipais, ou, mais especificamente, a falta delas.

De acordo com Graciliano, quando tomou posse do executivo municipal, em 1928, não encontrou regras ou leis que servissem de base para o comportamento dos palmeirenses; as normas que existiam estavam previstas em um “Código Municipal” datado de 1865, encontrado no acervo da prefeitura depois de um mês de procura (Ramos, 1929). A partir dos elementos citados até aqui podemos ter uma visão parcial, embora filtrada pelo prisma de Graciliano Ramos, do município de Palmeira dos Índios no contexto histórico estudado. Além das características estruturais citadas anteriormente, é possível concebe-lo como uma localidade controlada por coronéis que se utilizavam do poder político e econômico para conseguir benefícios em um pequeno aglomerado urbano esburacado e regido por leis que só existiam na “tradição oral, anachronicas, do tempo das candeias de azeite” (Ramos, 1929, p. 13).

Visando resolver o problema da falta de leis, em agosto de 1928, ainda no primeiro ano de seu mandato, o prefeito implementou um novo Código Municipal de Posturas, texto com 5 capítulos somando 82 artigos, aprovado pelo legislativo. O novo conjunto de leis estabelecia regulamentação e controle sobre as mais variadas atividades, fossem econômicas ou recreativas, empreendimentos na construção civil, atividades econômicas, costumes e comportamentos. As normativas se baseavam principalmente na tentativa de resolver, ou amenizar por meio da regulamentação e eventual aplicação de multas, problemas cotidianos.

No comércio, por exemplo, fosse formal ou informal, a legislação previa a uniformização de pesos e medidas, a obrigatoriedade de medidas básicas de higiene e qualidade/validade dos gêneros, além da proibição da especulação, ficando “proibido açambarcar gêneros em tempo de carestia, fazer convênios para a venda de comestíveis por preço superior ao normal”⁷. Especificamente sobre a área urbana, a legislação regulamentou as construções e seus limites em relação às calçadas e vias públicas, bem como estabeleceu a necessidade de licença prévia para a construção de casas e realização de reformas.

Os aspectos relacionados à urbanidade, higiene, “moralidade, tranquilidade e segurança pública” evidenciam, além de feitiços típicos do município na temporalidade estudada, características das intencionalidades políticas de Graciliano, dentre as quais podemos destacar a perspectiva do progresso/modernização baseado na ordem, higiene e crescimento urbano. De acordo com estudos realizados por Ângela Maria dos Santos (2019), as ações do prefeito Graciliano Ramos refletem o discurso civilizatório e higienista que preponderou durante a primeira república brasileira. Uma perspectiva inspirada no modelo europeu de cidade, medidas sanitárias, ordenamento urbano e posturas de convivência social.

Ainda segundo a pesquisadora, as influências do imaginário das cidades europeias, principalmente aos moldes de Paris, influenciaram modificações urbanas no Brasil em dos níveis: “Nas capitais, a construção de prédios, alargamento de ruas, praças, iluminação elétrica, cinemas... no interior, abertura de estradas, limpeza das vias urbanas, incipientes pontos de eletricidade, rios e lagoas” (Santos, 2019, p. 77). Conforme observamos nos relatórios de gestão de Graciliano, as mudanças citadas por Santos foram implementadas pelo prefeito, cuja gestão podemos perceber como fundamentada em três eixos principais: ordenamento da convivência e do serviço público; higiene da cidade e do comércio; obras públicas e organização/regulamentação urbana.

Em se tratando do aspecto “civilizatório” fundamentado da ordem e modernização urbanas, além dos citados elementos presentes nos relatórios algumas das regulamentações implementadas pelo prefeito na legislação de 1928 evidenciam sua postura nesse sentido. Das medidas previstas no código de posturas, duas podem nos ajudar a entender tal constatação. Em primeiro lugar, a estrita proibição da existência de animais soltos nas vias urbanas, notadamente nas praças públicas, sob pena de multa.

A separação entre o rural e seu arcaísmo, simbolizado nos animais, da urbanidade e sua pretensa ordem e modernidade, se expressou também nos empreendimentos urbanos encabeçados por Graciliano, a exemplo da estratégia que utilizou para construir estradas, separando as vias de acordo com os meios de transporte que nelas poderiam trafegar, sendo; uma exclusiva para o trânsito de pedestres e automóveis, outra para animais (Ramos, 1930). Ainda, o afastamento dos animais do convívio urbano, quando soltos nas ruas e praças, foi motivado pela perspectiva higienista vigente na época, levando o prefeito a adotar medidas consideradas extremas por parte da população, como o extermínio de cães de rua.

Cuidei bastante da limpeza publica. As ruas estão varridas; retirei da cidade o lixo acumulado pelas gerações que por aqui passaram; incinerei monturos imensos, que a Prefeitura não tinha suficientes recursos para remover. Houve lamurias e reclamações por se haver mexido no cisco preciosamente guardado em fundos de quintaes; lamurias, reclamações e ameaças porque mandei matar algumas centenas de cães vagabundos; lamurias, reclamações, ameaças, guinchos, berros e coices dos fazendeiros que criavam bichos nas praças (Ramos, 1929, p. 7-8).

⁷ Código Municipal de Palmeira dos Índios, resolução nº 179 de 22 de agosto de 1928. Capítulo I, artigo 4.

Mesmo diante de muitas críticas, o prefeito se manteve firme em sua postura e levou a cabo seu projeto de limpeza da cidade, tanto de lixos e entulhos, quando de animais soltos criados por “fazendeiros de praças”. Como resultado, as multas por desobediência foram sumariamente entregues e cobradas. Segundo o autor, diante das reclamações “Fechei os ouvidos, deixei gritarem, arrecadei 1:325:500 de multas”, verba destinada para a realização de obras públicas como estradas, construção de escolas e açougues públicos, dentre outras.

Em segundo lugar, outra regulamentação que pode ser percebida como legatária da perceptiva civilizatória e modernizadora citada por Santos (2019) é a proibição da existência ou construção de cercas de arame farpado nos arredores de casas situadas nas áreas urbanas do município. De acordo com o artigo 58 do Código Municipal, “As cercas que atualmente existem na Zona urbana e aquelas que a Prefeitura tolerar sejam feitas por motivos urgente serão substituídas, dentro do prazo determinado, por grades ou muros”⁸.

Ainda, observamos no código municipal de 1928 outras normativas e resoluções referentes à urbanização e higienismo como elementos de um pretenso progresso civilizatório. É perceptível nas ações do escritor no sentido de regular construções, inclusive estabelecendo prazos para pinturas e reformas, delimitação de comportamentos e circulação em espaços públicos, normativas quanto à “moralidade e tranquilidade”⁹, por exemplo, evidenciam a adequação, guardadas as devidas singularidades da gestão do escritor, às ideias vigentes.

Não obstante o desejo de organização e progresso da área urbana, diante das gritantes desigualdades entre diferentes localidades de Palmeira dos Índios, com destaque para os povoados afastados do centro, Graciliano procurou realizar obras em diferentes localidades afastadas, às quais se referia como “subúrbios”, “vilas” ou “aldeias” (Ramos, 1929, 1930). Segundo relato do escritor, ao assumir o executivo municipal:

Encontrei em decadencia regiões outr’ora prosperas; terras araveis entregues a animaes, que nellas viviam quasi em estado selvagem. A população, minguada, ou emigrava para o sul do Paiz ou se fixava nos municípios vizinhos, nos povoados que nasciam perto das fronteiras e que eram para nós umas sanguesugas. Vegetavam em lastimavel abandono alguns agregados humanos.

Como medida para combater as desigualdades entre as povoações palmeirenses, Graciliano adotou como estratégia o incentivo à agricultura, a construção/reparo de estradas, a criação de feiras nas localidades afastadas do centro e outras iniciativas, a exemplo das ações empreendidas em 1930, no povoado de Canafistula, distante cerca de 12 km da cidade. Segundo seu relato; “Canafistula era um chiqueiro. Encontrei lá o anno passado mais de cem porcos misturados com gente. Nunca vi tanto porco. Desappareceram. E a povoação está quasi limpa. Tem mercado semanal, estrada de rodagem e uma escola” (Ramos, 1930, p. 5).

Além dos aspectos relacionados à organização política e hierarquização socioeconômica do município no citado período, os relatórios do então prefeito nos possibilitam perceber aspectos de desigualdades sociais, tendo em vista a falta de investimentos e estruturas em áreas mais afastadas do centro urbano, bem como a exploração empreendida pela classe mais abastada, descrita ironicamente como “o pobre povo sofredor”, à qual pertenciam “negociantes, proprietarios, industriaes, agiotas que esfolam o próximo” (Ramos, 1930, p. 12).

⁸ Código Municipal de Palmeira dos Índios, resolução n° 179 de 22 de agosto de 1928. Capítulo IV, artigo 58.

⁹ Estas normativas consistiam em proibições de comportamentos em público, banhos e em rios próximos à cidade, dias de fechamento do comércio, e a proibição da mendicância e da circulação de matérias impressas considerados impróprios ou obscenos, por exemplo. Fonte: Código Municipal de Palmeira dos Índios, resolução n° 179 de 22 de agosto de 1928. Capítulo III.

Nesse sentido, procurou diminuir privilégios se utilizando principalmente da cobrança de multas e impostos, de modo a não “commetter injustiças”. Para tanto, combateu “as patifarias dos pequeninos senhores feudais, exploradores da canalha” (Ramos, 1930, p. 9). A falta de infraestrutura na cidade e “subúrbios” relatada por Graciliano contribui para percebermos tais aspectos do município no citado período. Descrito como “pobre e demasiado grande para a população que tem, reduzida por causa das seccas continuadas” (Ramos, 1929, p. 7), Palmeira dos Índios se caracterizava pelas poucas escolas, estradas e ruas esburacas, inundações, sujeira, iluminação cara e ruim, lama e animais soltos nas ruas (Ramos, 1929, 1930).

Os ares de modernidade que alguns palmeirenses possuíam, conforme relatos de Graciliano, não se sustentava diante do cotidiano de dificuldades e atrasos, considerando as aspirações higiênicas e estruturais que marcavam os primeiros anos da experiência republicana brasileira (Santos, 1985). Em uma crônica datada de 1921, Graciliano descreve um relato irônico sobre a chegada de energia elétrica em uma fictícia cidade do interior. Assim escreveu:

No dia seguinte, depois de um labor insano, a luz se fez! Houve risos, felicitações, e as janelas se encheram de rostinhos curiosos. Dias após ao arrasta-pé de valsas e ao tilintar de copos transbordando espumas, inaugurou-se a iluminação pública. E a cidade se vestiu de júbilo... Música, discursos, o diabo! Tudo muito bem. As ruas ficaram claras. O povo, satisfeito, abriu os bolsos, cruzou os braços e mandou o proprietário da empresa servir-se à vontade. Este, não contente com o lucro, dobrou o número de instalações, e a luz esmoreceu. Achou pouco ainda; triplicou... e a luz ficou agonizante. [...] E hoje a gente da cidade, obrigada a andar às apalpadelas pelas ruas, arrisca-se a quebrar as pernas nos buracos, manda aos diabos as transparentes lâmpadas de Edison e fala com saudades dos bons tempos em que a iluminação da terra era confiada aos cuidados do finado Manoel Xororó, de saudosa memória! (Ramos, 2013, p. 42).

É perceptível que a narrativa jocosa faz referência à Palmeira dos Índios do período citado. Esta afirmação pode ser corroborada ao analisarmos os relatórios de gestão de Graciliano, nos quais teceu críticas mais diretas e explícitas à precária e custosa iluminação pública instalada na cidade. Sem perder o tom de ironia, o autor afirmou em um de seus relatórios de gestão: “A Prefeitura foi intrujada quando, em 1920, aqui se firmou um contracto para o fornecimento de luz. Apesar de ser o negocio referente a claridade, julgo que assignaram aquillo ás escuras. É um bluff. Pagamos até a luz que a lua nos dá” (Ramos, 1930, p. 5).

Em outro trecho do mesmo texto fica ainda mais evidente a relação entre a fictícia cidade descrita na crônica e o município de Palmeira dos Índios e sua complicada relação com o fornecimento de energia elétrica. Ao detalhar ao governador de Alagoas as cifras referentes às despesas da prefeitura no ano de 1929, escreveu: “com a iluminação que temos, perfida, dissimulavam-se nas ruas serias ameaças á integridade das cannelas imprudentes que por ali transitassem em noites de escuro” (Ramos, 1930, p. 13).

Diante dessas e outras dificuldades e precariedades estruturais do município, o prefeito tentou modificar a realidade urbana e mesmo de áreas rurais e povoados afastados, com os “poucos” recursos dos quais dispunha. Dentre as obras, destacam-se, além das anteriormente citadas, a construção de estradas, sempre seguindo “os caminhos mais curtos”, logo “só ha curvas onde as rectas foram inteiramente impossiveis” (Ramos, 1929, p. 13). Em resposta à falta de recursos e aos vícios do coronelismo e clientelismo locais, o Prefeito aliou as novas regras do código de posturas às necessidades mais urgentes, assim, “fechou os ouvidos” às reclamações, arrecadou multas e aplicou o dinheiro em obras públicas.

Ao concluir seu relatório do primeiro ano de gestão, deixou claro que suas ações não eram obras extraordinárias, mas resultantes de ações corretas. Com ironia, criticou seus antecessores, deixando evidente que os políticos locais não seguiam à risca as normas e cobranças de multas dos infratores, em sua maioria membros da oligarquia local; “O que a Prefeitura arrecada basta para que nos não resignemos às modestas tarefas de varrer as ruas e matar cachorros” (Ramos, 1929, p. 11).

Considerações finais

Conforme ficou evidenciado ao longo do texto, entre 1928 e 1930 o interiorano município de Palmeira dos Índios passou por pontuais modificações em sua política e urbanidade resultantes da atuação do escritor Graciliano Ramos como chefe do executivo local. Não fugindo das características sociais, políticas e econômicas que marcaram esse momento da história do Brasil, no contexto destacado, o município foi marcado pela convivência dual e contrastante entre a modernidade aspirada e o tradicional evidenciado no cotidiano local.

As críticas do autor à pretensa modernidade aspirada por membros da oligarquia local, descritas nos relatórios de gestão, nos possibilitaram depreender importantes aspectos da urbanidade e sociedade palmeirense, elementos elucidativos que nos ajudaram a perceber uma pequena, porém importante, parte da história de Palmeira dos Índios e sua experiência urbana e sócio-política no início do século XX. Em sentido geral, pudemos observar/refletir sobre um município repleto de problemas relacionados à estrutura urbana, questões socioeconômicas e desigualdades; um microcosmo expressivo da política do clientelismo e mandonismo.

Referências

- ALAGOAS. Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios. **Relatório ao Governador do Estado de Alagoas**. 1929. Disponível em: https://pt.wikisource.org/wiki/Relatorio_ao_Governador_do_Estado_de_Alagoas
Acesso em: 6 maio 2022.
- ALAGOAS. Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios. **Relatório ao Governador do Estado de Alagoas**. 1930. Disponível em: https://pt.wikisource.org/wiki/2.%C2%B0_Relatorio_ao_Sr._Governador_Alvaro_Paes
Acesso em: 6 maio 2022.
- CÂNDIDO, A. **Ficção e confissão: ensaios sobre Graciliano Ramos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- COSTA, Maria Clélia Lustosa. **O discurso higienista e a ordem urbana**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.
- BARBOSA, Lourença Joyce Menezes. **Princesa ou modelo? Urbanização e o ideário progressista no Sertão de Alagoas, 1960-1969**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2018.
- BARROS, Ivan. **Graciliano era assim**. Recife: Sergasa, 2014.
- JAZAR, Manoela Massuchetto; PROCOPIUCK, Mario; ULTRAMARI, Clóvis. O prefeito Graciliano Ramos pelo olhar da gestão urbana contemporânea. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais**, Recife, v. 19, n. 1, p. 64-88, jan. abr. 2017
- PALMEIRA, Anna Beatriz Vieira. **Graciliano Ramos como gestor público: um caso pioneiro de Accountability na gestão do município de Palmeira dos Índios-AL entre 1928 e 1929**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Alagoas, Santana do Ipanema, 2018.
- PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Memórias e imagens em confronto: os Xukuru-Kariri nos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá**. Maceió: Olyver, 2019.
- RAMOS, Graciliano. **Cartas**. 1 ed. Rio de Janeiro: record, 2013.
- SANTOS, Ângela Maria dos. **O pensamento Graciliano e suas relações sociopolíticas e administrativas em Alagoas**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.
- SANTOS, Luiz Antonio de Castro. O pensamento sanitário na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p.193-210, 1985.
- SOARES, Brunemberg da Silva. **Apropriações e usos de imagens sobre os índios Xucuru-kariri em Palmeira dos Índios/Al (1968-2010)**. Maceió: Olyver, 2020.
- Enviado em 31082024
Avaliado em 15/10/2024

ESPAÇO TERRITORIAL E A FORMAÇÃO DO PATRIARCADO

Cláudia Jussara Harlos Heck¹⁰

Resumo

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a influência do espaço geográfico como um fator importante para a formação do patriarcado que persiste parcialmente até os tempos atuais. O mesmo, foi escrito a partir de revisão bibliográfica e discorre sobre as mulheres no espaço/território baseado no geógrafo Milton Santos, no intuito de olhar para o espaço e as cidades como ambiente de pertença e a herança de resquícios que colaboram com a sociedade patriarcal. O avanço deste estudo, baseado em uma análise espaço/territorial, proporciona um olhar atento que possibilita entender as razões do surgimento e permanência de costumes e culturas patriarcais referentes à mulher na sociedade.

Palavras-chave: Espaço geográfico; Mulheres; Patriarcado.

Abstract

This article aims to reflect on the influence of geographic space as an important factor in the formation of patriarchy that partially persists to the present day. The same was written based on a bibliographical review and discretion on women in space/territory based on the geographer Milton Santos, with no intention of looking at space and cities as an environment of belonging and the inheritance of remnants that collaborate with patriarchal society. The advancement of this study, based on a spatial/territorial analysis, provides a careful look that makes it possible to understand the reasons for the emergence and permanence of patriarchal customs and cultures regarding women in society.

Keywords: Geographic space; Women; Patriarchy.

¹⁰ Mestranda em Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas, UFFS

Introdução

Ao escrever sobre a formação do patriarcado é fundamental abordar fazer um resgate de fatores epistemológicos, no intuito de desvendar a construção da identidade das mulheres, bem como o seu papel dentro da família e na sociedade como um todo. Para a escrita deste artigo faz-se eficaz buscar a história do lugar, ou seja, as heranças e sentimento de pertença, principalmente dentro do entendimento de espaço geográfico de forma diferente. Onde é possível entender como decorrência histórico e social, através da qual pode-se analisar as relações existentes na sociedade a partir de sua construção espacial, significando entender o espaço como condição para a realização da atividade social, sendo assim formada a identidade no cotidiano das pessoas (CARLOS, 2007).

Nos últimos tempos o mundo girou em torno de avanços na sociedade em que vivemos, exigindo as mais variadas renovações e mudanças. Das quais originou-se um novo olhar nos acontecimentos que influenciaram as relações de poder na construção identitárias, em especial das mulheres, que tiveram suas disparidades sociais geradas no patriarcado¹¹, evidenciando que essa “raiz” é em grande parte herança das questões espaciais, pois “desde muito cedo as identidades de homens e mulheres são formadas no contexto social” (VIEIRA, 2005, p. 226).

Quando se fala em território é pertinente, de imediato, entender que está se falando em território usado, utilizado por uma dada população. O que está construído em um território está repleta de relações proporcionais, que são raízes da construção do espaço vivido (SANTOS, 2002). Na sequência será abordado sobre traços epistemológicos em relação ao legado vivido por muitos anos pelas mulheres e que foram formados ao longo do período através das suas relações.

Espaço territorial e a formação do patriarcado

Atualmente as cidades e seus espaços/territórios são entendidos por muitos estudiosos como um lugar de pertença das pessoas, pois é neste que se formam as raízes e comportamentos herdados. “O sentido de pertença e de ligação que se desenvolvem com o tempo são estabelecidos com base no conhecimento adquirido, na memória e na experiência repetida de uso, especialmente o caminhar”. (MIRANDA, 2014, p.166).

A Declaração do XV Congresso Internacional de Cidades Educadoras Cascais/Portugal, o qual aconteceu na Vila de Cascais, Portugal, entre os dias 13 e 16 de novembro de 2018, a qual reuniu participantes de 118 cidades e 24 países, de 4 continentes, teve como tema o tema central de discussão e debate:

“A Cidade, Pertença das Pessoas”, com um programa centrado na importância da Coesão Social na Cidade, a partir das pessoas e do seu sentimento de pertença à mesma e colocando um especial enfoque nos processos de construção pessoal e social da cidadania a nos recursos dirigidos a melhorar a inclusão e a convivência” (2018, p.1).

É nas cidades que surgem as relações das representações sociais com a produção social do espaço.

La ciudad es el lugar en el que se entrecruzan vidas y culturas de muchas personas y grupos sociales. Es mucho más que un trazado urbano, edificios públicos y privados, plazas y parques, es más que urbanismo, más que arquitectura. La ciudad representa una cultura, una comunidad de personas definida por los/as ciudadanos/as (BARBANCHO, 2020, p. 44).

¹¹ Conceito de patriarcado, como o próprio nome indica, é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens. SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 44.

Tempos recentes trouxeram para o meio social a necessidade de percepção e valorização da espacialidade e a maneira como agem as pessoas sob o olhar de um novo conceito de espaço que não pode ser confundido com paisagem. Santos (2006), enfatiza que existe diferença entre paisagem e espaço, “A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima” (SANTOS, 2006, p. 66).

Dentro da assistência social o Plano Nacional de Assistência Social (PNAS¹²) já traz o conceito de espaço visto além de uma visão delimitada como geográfica a qual vai ao encontro do que diz Santos:

Importantes conceitos no campo da descentralização foram incorporados a partir da leitura territorial como expressão do conjunto de relações, condições e acessos inaugurados pelas análises de Milton Santos, que interpreta a cidade com significado vivo a partir dos “atores que dele se utilizam (PNAS, 2004, p. 43)

O geógrafo Milton Santos sempre se preocupou em trazer estudos em torno de como as cidades funcionam e se estruturam preocupando-se com as realidades distintas, tornando a geografia mais humana, sempre se reocupou com as desigualdades sociais e criticando a globalização, “a geografia alcança neste final de século a sua era de ouro, porque a geograficidade se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é território” (SANTOS, 2006, p. 13).

“O território não se apresenta como forma definitiva e organizada do espaço, porém, há sinais que permitem acreditar que o território corresponde ao palco onde se realizam as atividades criadas a partir da herança cultural do povo que o ocupa;” (SAQUET; SILVA, 2008, p. 14). O território vai além do dos sistemas naturais e das coisas criadas pelo homem, para o geógrafo, território significa uma identidade construída, significando uma soma do chão e da população, o sentimento de pertencer (SANTOS, 2002).

Novos estudos conceituam espaço, não mais da forma tradicional, com a Geografia Humanista surgida na década de 1970, o espaço é visto como o que é vivido, local onde acontecem as experiências e as representações (BRULE, 2017) “esta corrente valoriza a vivência e busca compreender como as pessoas criam o significado de espaço, ganhando importância à intencionalidade, o indivíduo e a percepção do espaço” (BRULE, 2017, p. 9).

De acordo com Santos, “O papel do espaço em relação à sociedade tem sido frequentemente minimizado pela geografia”. (1977, p. 81). O espaço social reflete ao espaço humano, podendo ser visto como o lugar onde o homem vive ou trabalha, não necessitando de uma definição que seja fixa. No decorrer da história cada sociedade cria seu espaço como um lugar por ele produzido, ou seja, o espaço geográfico é constituído pelos homens vivendo em sociedade (SAQUET; SILVA, 2008).

A globalização trouxe muitas transformações que determinaram novas formas de agir, obrigando a revisão de conceitos de espaço, “O espaço é sempre um presente, uma construção horizontal, uma situação única” (SANTOS, 2006, p. 67). Diante desta definição de espaço, neste estudo, e levando em consideração que para Santos a geografia não é mais o estudo da paisagem, houve grandes transformações no mundo, cita-se a mulher e sua ocupação no espaço/história:

¹² Resolução nº 145/2004 do Conselho Nacional de Assistência Social. A PNAS/2004 reafirma os princípios inscritos na Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), definindo princípios e diretrizes para a implementação do Suas, concretizando uma nova perspectiva de organização e gestão para a Assistência Social brasileira.

A recente inclusão das mulheres no campo da historiografia tem revelado não apenas momentos inesperados da presença feminina nos acontecimentos históricos, mas também um alargamento do próprio discurso historiográfico, até então estritamente estruturado para pensar o sujeito universal, ou ainda, as ações individuais e as práticas coletivas marcadamente masculinas (RAGO, 1985, p. 81).

A figura feminina e suas histórias foram tratadas por um longo tempo como temáticas de estudo de pouca ou nenhuma relevância para a historiografia. Logo, as mulheres e a suas histórias foram marcadas, principalmente, pelo silêncio, “em obras de caráter geral ou específicas para momentos dados da história do Rio Grande do Sul, em coletâneas de biografias ou de efemérides, a mulher é a grande ausente da história (PESAVENTO, 1991, p. 60).

Na década de 70 surgem no Brasil os debates em relação ao feminismo, alertando falhas relacionadas à historiografia feminina, referentes a história social e vivências das mulheres, das quais as mulheres tiveram significativa participação. Até meados desta década registros da literatura feminista demonstram que não existia participação das mulheres nas estratégias de desenvolvimento. (SCHEFLER, 2018). “Prevía-se que o desenvolvimento beneficiaria a sociedade como um todo, em que as mulheres estariam contempladas segundo seus tradicionais papéis de mães, esposas e cuidadoras” (SCHEFLER, 2018, p. 57).

Para o pensamento positivista, divulgado em Porto Alegre pelo Centro Positivista, ser mãe era o papel mais sublime que uma mulher poderia desejar. Assim, os papéis familiares de filha, irmã e esposa eram uma espécie de preparação para a função de mãe. Nesses escritos, a autoridade masculina e a submissão feminina eram compreendidos no binômio “obediência e amor” (PRIORE, 2004, p. 248).

Ao estudar as cidades, principalmente quando se trata de políticas públicas é imprescindível resgatar as raízes, pois as “Cidades são impregnadas de referências espaciais e simbólicas, em grande parte relacionadas à forma como cada indivíduo se relaciona com os aspectos de circulação e convívio no ambiente urbano contemporâneo” (BROD, 2014, p.19).

A sociedade que traz os traços patriarcais apresenta de forma geral o sexo feminino como ser inferior, em segundo plano, onde, a mulher dona de casa recebe como herança as suas funções, no século XIX a divisão do trabalho se acentua, separando locais tanto de produção quanto de consumo, em que o homem vai para a fábrica enquanto a mulher fica em casa cuidando das tarefas doméstica, não tendo direito ao dinheiro. A única forma de obter dinheiro eram serviços feitos nos mínimos intervalos de tempo que sobravam, onde vendiam à moda camponesa em bancas/cestos.

Além disso faziam trabalhos fora de casa, horas de faxina, lavavam roupas, costuravam, cuidavam de crianças, entregadoras de pão, além de precisarem representar figura familiar, pois a maioria era casada, com o dinheiro extra realizavam suas vontades e/ou faziam economias para ajudar nas despesas da casa em tempos difíceis, de crise ou guerra (PERROT, 1988). “Apesar de tudo, a dona de casa depende do salário do seu marido. Ela suporta e recrimina isso, com o risco de ser espancada” (PERROT, 1988, p.175).

o território se fundamenta nas relações de poder, mas em uma perspectiva relacional e inteiramente pertinente à análise do território desde um olhar de gênero. A análise sob este enfoque contribui para o entendimento de como as mulheres territorializam os espaços sociais e como se expressa o sentido político da territorialidade ou da apropriação social do espaço (SCHEFLER, 2018, p.33)

Os espaços ocupados pelas mulheres nos estudos também trazem o patriarcado presente, onde meninos e meninas tinham programações de estudos diferentes, para as meninas o aprendizado era dado de forma rápida e limitada, as aulas aconteciam também em salas separadas. Em relação ao casamento, este era decidido pelos pais e apoiado pela própria igreja, a mulher era preparada precocemente, que desde muito cedo a mulher tinha seus sentimentos domesticados (PRIORE, 2004).

Uma das características da igreja traz a ideia de que, “Os tabus religiosos, muitas vezes, colaboram para manter a mulher que sofre violência em seu relacionamento” (KROB, 2004, p.209). No plano simbólico a religião e seus valores atuam fortemente, podendo ser citado o modelo tradicional da família patriarcal, com pares heterossexuais, homem como chefe, dentre outras características, isto retrata a violência simbólica sofrida pelas mulheres e que raramente é percebida por elas, pois a própria religião diz que as mulheres devem obediência, a submissão, sendo isto um fator que contribui com o aparecimento da violência que as atacam (KROB, 2004).

A felicidade pessoal da mulher, tal como era então entendida, incluía necessariamente o casamento. Através dele é que se consolidava sua posição social e se garantia sua estabilidade ou prosperidade econômica. Isto equivale a dizer que, afóra as que permaneciam solteiras e as que se dedicavam às atividades comerciais, as mulheres, dada sua incapacidade civil, levavam uma existência dependente de seus maridos. E a asserção é válida quer se tomem as camadas ociosas em que a mulher dependia economicamente do homem, quer se atente para as camadas laboriosas nas quais a obediência da mulher ao marido era uma norma ditada pela tradição (SAFFIOTTI, 1978, p.17).

A definição acima exposta, ainda que citada na década de 1970, está impregnada em situações comumente encontradas, em meio aos casamentos ou união estável. Em tempos atuais tudo indica que muitos fatores de casos de ciclos de violência repetitivos, são oriundos de mulheres em seus casamentos serem dependentes financeiramente de seus maridos, mais resquício da sociedade patriarcal e do espaço ocupado pelas mulheres.

Evidencia-se que “homens e mulheres constroem territórios, mas que se apropriam diferentemente dos espaços sociais, construindo territorialidades que são atravessadas por relações de poder e que conferem ao homem, historicamente, uma posição dominante.” (SCHEFLER, 2018, p.71). A Geografia Cultural vem sendo uma importante fonte de pesquisa para estudos relacionados à cultura, podendo esta fazer uma reflexão de forma crítica em relação de como as identidades estão sendo influenciadas nas questões espaciais (PINTO, 2015).

Os espaços urbanos criam vida a partir de comportamentos do cotidiano de acordo com a maneira que as pessoas vivem e se relacionam no quesito gênero e o próprio corpo no ambiente em que vivem. Partindo daí, entende-se que em relação à ambos os sexos masculino e feminino, são apresentados modos de pertencas diferentes dependendo do espaço em que estão (OLIVEIRA; OLIVEIRA; GONÇALVES, 2020).

Por exemplo: em muitas cidades do mundo, as ruas durante a noite não são um local permitido às mulheres, pois estão mais sujeitas a serem expostas a crimes sexuais; no entanto, este perigo é menor ou inexistente para os homens, se defrontam com outros tipos de violência. Ou seja, os corpos femininos estão suscetíveis a riscos e violências no espaço urbano de natureza diversa daquelas a que estão sujeitos os corpos masculinos. E isso define muito o que cada um pode fazer nesse espaço, constituído à maneira de um território (OLIVEIRA; OLIVEIRA; GONÇALVES, 2021, p. 102-102).

Ao olhar por este viés, entende-se que mundo gira em torno de avanços para sociedade em que vivemos, exigindo as mais variadas renovações e mudanças, dentre tantas, as relações de poder na construção identitárias em especial, das mulheres, que tiveram suas disparidades sociais geradas no patriarcado, evidenciando que esta raiz é em grande parte herança das questões espaciais, onde “valores patriarcais atravessaram os tempos e deixam suas marcas na constituição das famílias ainda na atualidade” (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 49). Mesmo após muitas conquistas e direitos através de movimentos, resquícios do patriarcado permanecem na sociedade. “A igualdade entre homens e mulheres na formação escolar escancarou os desníveis de suas posições na família e no trabalho. A evidência da injustiça, contudo, não impediu que as desigualdades se reproduzissem rotineiramente” (ANDRADE, 2020, p. 823).

De acordo com Amartya Sen, “Por ejemplo, la educación y el empleo remunerado de las mujeres pueden incidir en la reducción de las desigualdades de género, elemento central del subdesarrollo en muchos lugares del mundo” (1998, p.82-83). Fundamentalmente é um fator que vem sendo um dos motivos das lutas das mulheres. Ainda, para Sen “A desigualdade entre homens e mulheres afeta - e as vezes encerra prematuramente – a vida de milhões de mulheres, e, de modos diferentes, restringe em altíssimo grau as liberdades substantivas para o sexo feminino” (2000, p. 29).

Este artigo é encerrado com uma reflexão em relação à atitude do admirável escritor Paulo Freire, que em sua obra *Pedagogia da Esperança*, dedica uma boa parte do livro para pedir desculpas e fazer uma autocritica em relação à linguagem utilizada em outra obra sua, escrita anteriormente e intitulada como *Pedagogia do Oprimido*. Após esta obra ser traduzida do português para o inglês, o escritor foi entendido como machista, pelo movimento feminista dos Estados Unidos, que criticaram o uso da palavra “homens”, para se referir ao conjunto homens e mulheres. “A discriminação da mulher, expressada e feita pelo discurso machista e encarnada em práticas concretas, é uma forma colonial de tratá-la, incompatível, portanto, com qualquer posição progressista, de mulher ou de homem, pouco importa” (FREIRE, 1992, p. 66).

Freire diz que a linguagem tem ideologia, pois na obra *Pedagogia do Oprimido* onde ele escreve que “os homens” lutavam por melhores condições de trabalho e salário, o autor enfatiza que se referia a “homens” no sentido de ser humano, no contexto em geral, assim ele explica que deveria usar a expressão “homens e mulheres”, destacando a partir daí a necessidade de superar a linguagem machista.

Visto isso, entende-se que “é pertinente dizer que somente a constituição de um discurso feminino de resistência com poder de desnaturalizar preconceitos, crenças e tabus presentes no discurso masculino poderá construir a nova identidade da mulher contemporânea” (VIEIRA, 2005, p. 234).

Considerações finais

Este artigo de cunho bibliográfico possibilitou um olhar sobre a influência do espaço geográfico na formação do perfil patriarcal que persiste na sociedade atual. A partir das obras de Milton Santos que descrevem a geografia dentro de um patamar social, mais humano, surge um novo olhar para a geografia, não apenas como delimitador de território, mas sim, como um ambiente de pertença, onde se formam laços, costumes e heranças em relação a cultura de gênero que até hoje estão impregnadas na sociedade global. Foi possível entender o espaço partindo de uma abordagem humanista social que envolve o passado e sua história.

Foi visualizado também a influência da igreja nos espaços sociais e o impacto desta, na formação comportamental da sociedade a partir das raízes/heranças deixadas ao longo da história, principalmente em relação às questões espaciais, como certas práticas sociais, utilização da linguagem, saberes e crenças são enraizadas nos espaços sociais.

A partir dos resultados é possível compreender como se formou parte dos costumes que perduram até o presente momento referente a visão da mulher na sociedade a partir de uma análise espaço/territorial, a demonstra ser colaboradora do surgimento do persistente patriarcado.

Referencial Bibliográfico

ANDRADE, Camila Damasceno. Justiça Ecológica e Subalternização Feminina. **Rev. Direito Práx.**, Rio de Janeiro, Vol. 11, N. 02, 2020, p. 808-830. DOI: 10.1590/2179-8966/2019/39509 | ISSN: 2179-8966. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/cTqyxMTpwgnqTTsWZyKn6n/?lang=pt> . Acesso em 18 maio 2023.

BERGER E LUCKMAN. **A construção social da realidade**. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. 24 ed. Petrópolis: Vozes 1994. Disponível em: <https://estadoadministracaofcap.files.wordpress.com/2012/10/bergerluckmann-19851.pdf> Acesso em: 11 jun. 2023.

BARBANCHO Juan-Ramón. MUJERES CONSTRUYENDO CIUDAD DESDE EL ARTE CONTEMPORÁNEO. **Revista Ártemis**, vol. XXX n° 1; jul-dez, 2020. pp. 43-55. ISSN: 1807 – 8214. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/56957> . Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. MDS; CNAS. NOB - Norma Operacional Básica: Resolução n° 33, de 12 de dezembro de 2012. Brasília: MDS, 2012. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf Acesso em: 20 maio 2023.

BRASIL. Resolução n° 145/2004 do Conselho Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=101000> Acesso em: 21 maio 2023.

BROD, Rodrigo de Azambuja. **"O lugar identitário: circulações e narrativas na significação do ambiente urbano"**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ambiente e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado, 22 ago. 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10737/725> . Acesso em: 01 jun. 2023.

BRULE, D. M. (2017). Espaço geográfico vivido socialmente: uma aproximação da geografia crítica com o horizonte humanista. **Revista de Geografia**, 34(01), 06- 26. ISSN 0104-5490. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revista-geografia/article/view/229279> . Acesso em: 10 jun. 2023.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007, 123p. ISBN: 978-85-7506-144-2. Disponível em: https://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/Espaco_urbano.pdf Acesso em: 10 jun. 2023.

FAMURS. Disponível em: <https://famurs.com.br/> . Acesso em: 02 Jun. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

IBGE. Rio Grande do Sul - Porto Alegre - infográficos: dados gerais do município. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=431490> . Acesso em: 01 jun. 2023.

KROB, Daniéli Busanello. A IGREJA E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES. Congresso Internacional da Faculdades, São Leopoldo. **Anais do Congresso Internacional da Faculdades EST**. São Leopoldo: EST, v. 2, 2014. P. Disponível em: <http://anais.est.edu.br/index.php/congresso/article/viewFile/221/197> . Acesso em: 06 jun. 2023.

MIRANDA, Joana. Numa urbe genderizada: vivência dos espaços. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 5, n. 2, ago. / dez. 2014, p. 163-174. DOI: 10.5212/Rlagg.v.5.i2.0014. Disponível em: https://revistas2.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/4980/pdf_122 Acesso em: 12 jun. 2023.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia & Sociedade [online]**. 2006, v. 18, n. 1, pp. 49-55. ISSN 1807-0310. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000100007>. <https://www.scielo.br/j/psoc/a/VwnvSnb886frZVkpPBDpL4Xn/?lang=pt#> Acesso em: 10 jun. 2023.

OLIVEIRA. Hugo, OLIVEIRA. GONÇALVES, Lorena de. Eliane. AS MULHERES JOVENS NA LUTA PELA CIDADE: UMA ANÁLISE DE OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS. **Revista Ártemis**, vol. XXX n°

- 1; jul-dez, 2020. pp. 97-115. ISSN: 1807 – 8214. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/55706/32358> . Acesso em: 2 jun. 2023.
- Site MDS. Disponível em: <http://mds.gov.br/assistencia-social-suas> Acesso em: 4 jun. 2023.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos, da história:** operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. ISBN: 978-85-7753-367-1 (recurso eletrônico). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5569693/mod_resource/content/1/PERROT%20Michelle.%20Os%20excluidos%20da%20hist%C3%B3ria.pdf . Acesso em: 20 maio 2023.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Mulheres e história: a inserção da mulher no contexto cultural de uma região fronteiriça (Rio Grande do Sul, Brasil). **Travessia: revista de literatura brasileira**. Florianópolis, SC. N. 23 (1991), p. 54-72. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/181109> . Acesso em: 20 maio 2023.
- PINTO, Muriel. **A identidade socioterritorial missioneira da cidade histórica de São Borja-RS: as hegemonias de poder sobre uma identidade tradicional enraizada entre antigas reduções Jesuítico-Guarani.** (Tese de Doutorado), Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/131160/000980214.pdf?sequence=1> Acesso em: 2 jun. 2023.
- PRIORE, Mary Del (org.); **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2004. ISBN 85-7244-256-1. Disponível em: <https://democraciadireitoegenero.files.wordpress.com/2016/07/del-priore-histe3b3ria-das-mulheres-no-brasil.pdf> . Acesso em: 4 jun. 2023.
- RAGO, Margareth. **As mulheres na historiografia brasileira**. Publicação original: SILVA, Zélia Lopes (Org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: UNESP, 1995. p. 81-91. Disponível em: https://historiacultural.mpbnet.com.br/artigos.genero/margareth/RAGO_Margareth-as_mulheres_na_historiografia_brasileira.pdf . Acesso em: 29 maio 2023.
- SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classe: Mito e Realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3825626/mod_resource/content/1/Saffiotti%20%281978%29%20A_Mulher_na_Soc_Classes.pdf . Acesso em: 14 jun. 2023.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 9-152. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1741437/mod_resource/content/1/G%C3%AAnero%2C%20Patriarcado%2C%20Viol%C3%AAncia%20%20%28livro%20completo%29.pdf . Acesso em: 11 jun. 2023.
- SANTOS, Milton, **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1). ISBN 85-314-0713-3. Disponível em: http://files.leadt-ufal.webnode.com.br/200000026-4d5134e4ca/Milton_Santos_A_Natureza_do_Espaco.pdf . Acesso em: 11 jun. 2023
- SANTOS, Milton. **Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método**. Boletim Paulista de Geografia. Associação dos Geógrafos Brasileiros SP, n.º 54, jun. 1977, p. 81-99.
- SANTOS, Milton. **O espaço da cidadania e outras reflexões**. Organizado por Elisiane da Silva; Gervásio Rodrigo Neves; Liana Bach Martins. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2013. 224 p. ISBN 978-85-64206-03-8 (Coleção completa) ISBN 978-85-64206-06-9. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/img-pdf/1440003461-1398280172-vol-03-milton-santos.pdf> Acesso em: 12 jun. 2023.
- SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. In: Santos, Milton et al. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. (Cap. 1).
- SANTOS, M; SOUZA, M. A; SIVEIRA, M. L. (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. 4ª ed. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 2002. ISBN 85-271.0273-0. Disponível em: <http://geocrocetti.com/msantos/Territorio.pdf> Acesos em: 10 jun. 2023.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado, Teórico e Metodológico da Geografia**. Hucitec. São Paulo 1988. ISBN 85-271-0068-1. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5350058/mod_resource/content/1/texto3B_msantos_1988.pdf . Aceso em 9 jun. 2023.
- SAQUET, M. A.; SILVA, S. S. **Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território**. Geo UERJ, Rio de Janeiro, ano 10, v. 2, n. 18, p. 24-42, jul./dez. 2008. ISSN: 1415-7543 | E-ISSN: 1981-9021 | JournalDOI: <https://doi.org/10.12957/geouerj>. Disponível Em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/1389/1179> . Acesso em 19 maio 2023.
- SCHEFLER Maria de Lourdes Novaes. Território e gênero: territorialidades ausentes. In: **Territorialidades: dimensões de gênero, desenvolvimento e empoderamento das mulheres** / Cristiano Rodrigues et al. (org.). Salvador: EDUFBA, 2018. 310 p. (Bahianas, 21). ISBN: 978-85-232-1765-5. Disponível em:

http://www.neim.ufba.br/wp/wp-content/uploads/2020/05/territorialidades-bahianas-21-RI_compressed.pdf . Acesso em: 5 jun. 2023. P. 23-82.

SEN, Amartya. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Tradução Laura Teixeira Motta. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/19539/mod_resource/content/2/CHY%20-%20Sen%20-%20Aula%208.pdf Acesso em: 29 jun. 2023.

SEN, Amartya. Las Teorías del Desarrollo a principios del Siglo XXI. Universidad Nacional de Colombia, **Cuadernos de Economía 29**, Facultad de Ciencias Económicas, Colombia, 1998, p.73-100. Disponível em: <file:///C:/Users/ACER/Downloads/Dialnet-LasTeoriasDelDesarrolloAPrincipiosDelSigloXXI-4934951.pdf> . Acesso em: 15 jun. 2023.

VIEIRA, Josênia Antunes. A identidade da mulher na modernidade. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada [online]**. São Paulo, v. 21, n. especial, p. 207-238, 2005. ISSN 1678-460X. <https://doi.org/10.1590/S0102-44502005000300012>. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502005000300012&lng=en&nrm=iso .

Acesso em: 22 maio 2023.

Enviado em 31/08/2024

Avaliado em 15/10/2024

RAÍZES COMPARTILHADAS: A INFLUÊNCIA GUARANI NA AGRICULTURA DO RIO GRANDE DO SUL E MISIONES

Deise Anelise Froelich¹³
Marjorie Bier Krinski Corrêa¹⁴
Airton Adelar Mueller¹⁵
Ivann Carlos Lago¹⁶

Resumo

Este estudo investiga a integração das práticas agrícolas tradicionais Guarani na agricultura moderna do Rio Grande do Sul e de Misiones. Explora-se o papel das políticas públicas e da cooperação transfronteiriça na preservação e adaptação dessas técnicas, enfatizando sua relevância para a sustentabilidade agrícola. A pesquisa, de abordagem qualitativa, baseia-se em revisão bibliográfica para analisar criticamente as interações entre saberes indígenas e práticas agrícolas contemporâneas, oferecendo uma reflexão sobre o futuro da agricultura sustentável nas regiões estudadas.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Regional. Políticas Públicas. Desenvolvimento Rural. Heranças Culturais. Cooperação Internacional.

Abstract

This study investigates the integration of traditional Guarani agricultural practices into modern agriculture in Rio Grande do Sul and Misiones. It explores the role of public policies and cross-border cooperation in preserving and adapting these techniques, emphasizing their relevance to agricultural sustainability. The research, adopting a qualitative approach, is based on a literature review to critically analyze the interactions between indigenous knowledge and contemporary agricultural practices, offering a reflection on the future of sustainable agriculture in the studied regions.

Keywords: Regional Development. Public Policies. Rural Development. Cultural Heritage. International Cooperation.

¹³ Doutoranda em Desenvolvimento Regional. Unijuí. E-mail: deise.froelich@sou.unijui.edu.br

¹⁴ Mestranda em Desenvolvimento e Políticas Públicas. UFFS, *Campus* Cerro Largo/RS. Bolsista CRFB3. E-mail: marjorie.bier@estudante.uffs.edu.br

¹⁵ Doutor em Sociologia. Professor do PPGDR. Unijuí. E-mail: airton.mueller@unijui.edu.br

¹⁶ Doutor em Sociologia. Professor do PPGDPP. UFFS, *Campus* Cerro Largo/RS. E-mail: ivann@uffs.edu.br

Introdução

Este trabalho tem como objetivo analisar a influência das práticas agrícolas tradicionais Guarani na agricultura moderna das regiões do Rio Grande do Sul, Brasil, e Misiones, Argentina, bem como o papel das políticas públicas e da cooperação transfronteiriça na preservação e adaptação dessas práticas. O estudo parte da premissa de que as técnicas agrícolas indígenas, apesar de frequentemente marginalizadas em processos de modernização agrícola, oferecem soluções sustentáveis e resilientes para os desafios contemporâneos enfrentados pelo setor agrícola. Nesse contexto, a pesquisa busca entender como essas práticas foram integradas aos sistemas agrícolas modernos e de que maneira políticas públicas eficazes e a cooperação entre as regiões têm contribuído para a manutenção dessas tradições.

A pesquisa está estruturada em três partes principais. A primeira parte explora a influência Guarani na agricultura moderna das regiões estudadas, com foco nas práticas agrícolas sustentáveis derivadas do conhecimento indígena. A segunda parte aborda a importância das políticas públicas e da cooperação transfronteiriça na promoção e preservação dessas práticas, destacando iniciativas que têm facilitado o intercâmbio de conhecimentos e técnicas entre o Rio Grande do Sul e Misiones. Por fim, a última seção apresenta uma reflexão crítica sobre as perspectivas futuras dessas práticas agrícolas e a importância de políticas públicas que valorizem o saber tradicional.

A justificativa para este estudo reside na necessidade urgente de se repensar os modelos agrícolas atuais, que frequentemente negligenciam o conhecimento tradicional em favor de práticas intensivas e insustentáveis. Diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas e pela crise de segurança alimentar, a pesquisa propõe que as práticas agrícolas tradicionais Guarani podem oferecer alternativas viáveis e sustentáveis. A relevância do tema é reforçada pelo crescente interesse acadêmico e político em buscar modelos de desenvolvimento agrícola que sejam mais alinhados com a sustentabilidade ambiental e a segurança alimentar.

Metodologicamente, esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, utilizando-se de revisão bibliográfica para embasar suas análises e discussões. A opção pela abordagem qualitativa justifica-se pela natureza exploratória e interpretativa do estudo, que busca compreender as dinâmicas complexas envolvidas na interação entre práticas agrícolas tradicionais e modernas. Conforme afirmam Creswell (2014) e Denzin e Lincoln (2018), a pesquisa qualitativa é particularmente eficaz em estudos que visam explorar contextos culturais específicos e compreender as percepções e práticas dos indivíduos envolvidos. O referencial teórico foi construído a partir de um amplo diálogo com a literatura existente, incluindo obras fundamentais que tratam tanto da agroecologia quanto da preservação do conhecimento tradicional. A escolha por uma abordagem bibliográfica possibilitou uma análise aprofundada e crítica das questões discutidas, permitindo ao estudo situar-se em um debate acadêmico mais amplo sobre a sustentabilidade agrícola e a valorização do saber tradicional.

Assim, este trabalho propõe-se a contribuir para a compreensão da importância das práticas agrícolas tradicionais Guarani no contexto contemporâneo, argumentando que a integração dessas práticas em sistemas agrícolas modernos, apoiada por políticas públicas eficazes e cooperação transfronteiriça, pode ser um caminho promissor para enfrentar os desafios atuais da agricultura.

Práticas agrícolas tradicionais dos guaranis

As práticas agrícolas dos Guaranis, profundamente enraizadas em sua cosmovisão e modos de vida nômades, revelam uma abordagem ao manejo da terra que transcende a simples subsistência, constituindo-se em um sistema sofisticado que promove a sustentabilidade e a conservação dos recursos naturais. Ribeiro (1995) desafia a visão colonialista que via essas práticas como primitivas, destacando a complexidade e a adaptabilidade inerentes à agricultura Guarani. A roça itinerante, ou agricultura de corte e queima, praticada por essas comunidades, exemplifica uma estratégia de manejo ambiental que libera nutrientes essenciais para o solo, criando condições favoráveis ao cultivo diversificado de plantas. Heckenberger et al. (2003) reforçam essa perspectiva, argumentando que tais práticas revelam uma gestão ambiental equilibrada e altamente eficiente.

A rotação de culturas, central nas práticas agrícolas Guaranis, contrasta de maneira marcante com a monocultura predominante na agricultura moderna. Ao alternar o cultivo de milho, mandioca, feijão e outras plantas, os Guaranis evitavam o esgotamento do solo e reduziam a proliferação de pragas, demonstrando uma compreensão intuitiva dos princípios que Altieri (1995) posteriormente formalizou em sua teoria agroecológica. A análise de Altieri se alinha com a de Hecht (2003), que destaca a complexa interação ecológica entre as plantas cultivadas, como o consórcio de milho, feijão e abóbora, que maximiza a utilização dos recursos naturais e minimiza a degradação ambiental.

Meggers (1971) identifica a mandioca como a principal cultura entre os Guaranis, destacando sua adaptabilidade e alta produtividade. Essa planta, essencial para a estabilidade alimentar Guarani, podia ser transformada em uma variedade de produtos, aumentando sua utilidade na dieta da comunidade. O consórcio de milho, feijão e abóbora, descrito por Hecht (2003), exemplifica uma integração eficiente de culturas que não só otimiza o uso do solo, mas também reflete um conhecimento ecológico profundo, evidenciado nas práticas tradicionais que hoje encontram eco nos conceitos de sustentabilidade discutidos por Altieri (1995).

Além das culturas alimentares, os Guaranis integravam plantas medicinais e aromáticas em seus sistemas agrícolas, conforme observado por Balée (1994). Essa diversificação não apenas atendia às necessidades nutricionais e de saúde da comunidade, mas também contribuía para a resiliência do sistema agrícola como um todo, promovendo uma microdiversidade essencial para a estabilidade ecológica. A prática de cultivar uma ampla gama de plantas revela uma interconexão entre cultura, saúde e sustentabilidade ambiental, conforme discutido por Posey (1985) e Diegues (2000), que argumentam ser fundamental para a sustentabilidade dos sistemas agrícolas em regiões tropicais.

A gestão do solo pelos Guaranis, que incluía a adição de cinzas como fertilizantes naturais e o uso de coberturas vegetais para proteger o solo da erosão e desidratação, ilustra uma sofisticação frequentemente subestimada nas análises coloniais. Denevan (2001) critica as práticas agrícolas destrutivas modernas, contrastando-as com o manejo cuidadoso praticado pelos Guaranis, que não só preservava a fertilidade do solo, mas também promovia a decomposição orgânica, um processo vital para a manutenção da estrutura e fertilidade do solo a longo prazo. Essa prática se alinha com a defesa de Altieri (1995) por uma abordagem mais integrada e sustentável na agricultura contemporânea, inspirada em conhecimentos tradicionais que, apesar de sua antiguidade, oferecem soluções relevantes para os desafios atuais.

A análise das práticas agrícolas Guaranis, conforme discutido por autores como Clastres (1974), Ribeiro (1995), Altieri (1995) e Hecht (2003), evidencia uma profunda compreensão ecológica e uma habilidade em gerir os recursos naturais de maneira sustentável. Esses autores criticam o modelo agrícola hegemônico, que frequentemente ignora o valor dos conhecimentos tradicionais, e defendem a necessidade de reavaliar e integrar essas práticas na construção de uma agricultura mais sustentável e justa.

A sustentabilidade e resiliência dos sistemas agrícolas Guaranis, ao desafiarem os paradigmas dominantes, oferecem uma alternativa viável para enfrentar as crises contemporâneas impostas pelas mudanças climáticas e pela insegurança alimentar. A preservação e valorização desses conhecimentos são fundamentais para a criação de sistemas agrícolas que respondam às demandas do presente e se alinhem com as necessidades de um futuro mais equilibrado e sustentável.

Essa análise das práticas agrícolas tradicionais dos Guaranis não só ilumina um passado rico em conhecimento ecológico, mas também abre caminho para um exame aprofundado de como essas práticas influenciaram e continuam a influenciar a agricultura moderna no Rio Grande do Sul e em Misiones. O próximo tópico explorará essa continuidade, destacando a presença e a adaptação dos métodos Guaranis no contexto agrícola contemporâneo dessas regiões, e como essas influências moldaram práticas que ainda são relevantes nos dias de hoje.

Influência guarani na agricultura moderna do Rio Grande do Sul e MISIONES

A influência das práticas agrícolas Guaranis sobre a agricultura moderna nas regiões do Rio Grande do Sul e de Misiones é um tema que exige uma análise profunda e crítica, considerando as complexas interações entre conhecimentos tradicionais e as demandas da modernidade. As práticas agrícolas Guaranis, desenvolvidas e refinadas ao longo de séculos em íntima relação com o ambiente natural, oferecem um modelo de agricultura que, embora frequentemente marginalizado ou transformado, continua a exercer uma influência significativa nas técnicas adotadas por agricultores modernos nessas regiões.

A relação entre essas práticas tradicionais e as atuais técnicas agrícolas não pode ser vista como uma simples transmissão de conhecimento, mas sim como um processo de adaptação, ressignificação e, por vezes, resistência cultural. Ribeiro (1995) destaca que muitas das técnicas agrícolas contemporâneas no Rio Grande do Sul e em Misiones, tais como o uso de roças itinerantes e a rotação de culturas, têm suas raízes nas práticas Guaranis. No entanto, ele também observa que essas práticas, ao serem adaptadas para o contexto moderno, passaram por transformações significativas, refletindo tanto a resiliência quanto a vulnerabilidade dos sistemas agrícolas tradicionais diante das pressões econômicas e ambientais da modernidade.

Hecht (2003) acrescenta uma camada de complexidade a essa análise ao discutir o papel da transmissão intergeracional de conhecimentos. Segundo ele, a continuidade das práticas agrícolas Guaranis depende não apenas da preservação das técnicas em si, mas também da capacidade das comunidades de transmitir esses conhecimentos de maneira eficaz. Hecht critica o sistema educacional convencional, que muitas vezes desvaloriza o conhecimento indígena, e ressalta a importância de iniciativas locais, como o Instituto Tecnológico de Agropecuária (ITA) em Misiones, na promoção de um intercâmbio de saberes que fortaleça a agricultura sustentável. Este diálogo entre passado e presente, entre tradição e modernidade, sugere que a transmissão de conhecimentos agrícolas não é um processo linear, mas sim uma negociação contínua, onde os valores culturais e as necessidades práticas coexistem e se transformam mutuamente.

Em sua análise dos sistemas agroecológicos, Altieri (1995) argumenta que muitas das práticas agrícolas sustentáveis adotadas em comunidades do Rio Grande do Sul e de Misiones têm uma clara inspiração nas técnicas Guaranis. O autor identifica a presença de policultivos, a adição de matéria orgânica ao solo e o uso de controle biológico de pragas como elementos centrais dessas práticas, os quais não apenas contribuem para a sustentabilidade ambiental, mas também reforçam a resiliência das comunidades agrícolas. Contudo, Altieri também aponta para os desafios impostos pela agricultura moderna, que muitas vezes privilegia a monocultura e o uso intensivo de insumos químicos, em detrimento das práticas tradicionais.

Essa tensão entre os modelos agrícolas hegemônicos e as práticas sustentáveis inspiradas na cultura Guarani evidencia a necessidade de uma reavaliação crítica dos paradigmas que guiam a agricultura contemporânea.

O manejo sustentável dos recursos naturais, uma característica fundamental das práticas Guarani, também encontra eco nas abordagens modernas de conservação agrícola. Heckenberger et al. (2003) observam que muitas das técnicas de conservação de solo e água utilizadas atualmente por agricultores no Rio Grande do Sul e em Misiones derivam de métodos tradicionais Guarani. Estas técnicas, que incluem o uso de terraços, coberturas vegetais e a manutenção da fertilidade do solo, refletem uma compreensão ecológica que transcende as práticas agrícolas convencionais. Heckenberger et al. criticam a tendência de desconsiderar ou subestimar esses conhecimentos tradicionais, enfatizando que uma integração mais consciente dessas práticas nos sistemas agrícolas modernos poderia oferecer respostas mais eficazes aos desafios ambientais contemporâneos.

Denevan (2001), por sua vez, oferece uma visão crítica sobre o impacto da modernização agrícola nas práticas tradicionais. Ele argumenta que, embora a modernização tenha trazido avanços significativos, como o aumento da produtividade e a introdução de novas tecnologias, ela também tem contribuído para a erosão dos conhecimentos indígenas e a consequente fragilização das práticas sustentáveis. Denevan ressalta que essa perda não é apenas cultural, mas também ecológica, uma vez que a substituição de práticas agrícolas tradicionais por métodos intensivos tem levado à degradação ambiental em várias regiões. No entanto, ele também vê oportunidades na crescente conscientização sobre a importância da sustentabilidade, que pode servir como uma plataforma para a revitalização e adaptação dos conhecimentos tradicionais Guarani.

Nesse sentido, Posey (1985) complementa a discussão ao destacar a importância da diversidade cultural e biológica na promoção da sustentabilidade agrícola. Segundo Posey, a diversidade de culturas e práticas agrícolas tradicionais, como as desenvolvidas pelos Guarani, é fundamental para a resiliência dos sistemas agrícolas e para a segurança alimentar das comunidades. Ele critica o modelo agrícola dominante, que tende a favorecer a homogeneização e a monocultura, argumentando que a preservação e a integração dos conhecimentos tradicionais são essenciais para enfrentar os desafios das mudanças climáticas e das crises alimentares. Posey sugere que a valorização dessa diversidade não é apenas uma questão de justiça cultural, mas também de sobrevivência ecológica.

Dessa forma, a influência Guarani na agricultura moderna do Rio Grande do Sul e de Misiones não deve ser vista apenas como um resquício do passado, mas como uma fonte viva de conhecimentos e práticas que continuam a moldar o presente e a oferecer perspectivas para o futuro. O diálogo entre autores como Ribeiro (1995), Hecht (2003), Altieri (1995), Heckenberger et al. (2003), Denevan (2001), e Posey (1985) revela uma compreensão crítica e reflexiva dessa influência, ressaltando tanto os benefícios quanto os desafios envolvidos na preservação e adaptação dos conhecimentos tradicionais. Essa análise sugere que a integração das práticas indígenas nos sistemas agrícolas modernos não apenas enriquece a agricultura contemporânea, mas também promove uma agricultura mais sustentável e resiliente.

Este debate sobre a influência Guarani na agricultura moderna estabelece o palco para uma discussão mais ampla sobre o papel das políticas públicas e da cooperação transfronteiriça na preservação e promoção dessas práticas tradicionais. A próxima seção explorará como as iniciativas governamentais e as parcerias entre Brasil e Argentina têm buscado integrar os conhecimentos indígenas no desenvolvimento rural sustentável, enfrentando os desafios da globalização e das mudanças climáticas. Ao analisar as políticas públicas e a cooperação transfronteiriça, será possível compreender melhor as oportunidades e os obstáculos para a continuidade das práticas agrícolas Guarani e sua adaptação ao contexto moderno.

Políticas públicas e cooperação transfronteiriça

A análise das políticas públicas e da cooperação transfronteiriça entre o Rio Grande do Sul e Misiones revela um campo de interações complexas e fundamentais para a preservação e promoção das práticas agrícolas tradicionais. A preservação das técnicas agrícolas Guaranis, em particular, exige um entendimento profundo das dinâmicas políticas e sociais que moldam as relações entre esses territórios. A cooperação transfronteiriça emerge como uma estratégia não apenas para a troca de conhecimentos, mas também para a implementação de políticas agrícolas que promovem a sustentabilidade, ao mesmo tempo em que respeitam e incorporam os conhecimentos tradicionais.

Hecht (2003) sugere que as iniciativas de cooperação, como aquelas promovidas pelo Instituto Tecnológico de Agropecuária (ITA), têm desempenhado um papel vital na disseminação de técnicas agrícolas adaptadas às condições locais. A troca de experiências entre agricultores do Rio Grande do Sul e de Misiones, por meio de programas de intercâmbio, facilita a difusão de métodos que não apenas melhoram a produtividade, mas também contribuem para a sustentabilidade ambiental. Essa interação permite uma ressignificação das práticas tradicionais, ao integrá-las com conhecimentos científicos contemporâneos, criando sistemas agrícolas que são tanto produtivos quanto resilientes.

Ao discutir a importância da agroecologia, Altieri (1995) reforça a visão de que a integração de práticas tradicionais e modernas pode resultar em sistemas agrícolas mais robustos. Ele enfatiza que a diversidade agrícola, um dos princípios centrais da agroecologia, é essencial para a sustentabilidade a longo prazo. A cooperação transfronteiriça, nesse sentido, não é apenas uma ferramenta de intercâmbio técnico, mas também um meio de promover a diversidade cultural e biológica, elementos intrinsecamente ligados à agroecologia. Altieri argumenta que políticas públicas que incentivem essa cooperação podem fortalecer as bases de uma agricultura sustentável, ao mesmo tempo em que preservam o patrimônio cultural dos Guaranis.

A influência das políticas públicas na preservação das práticas agrícolas tradicionais é um ponto de tensão entre diferentes perspectivas. Denevan (2001) critica a falta de reconhecimento e apoio oficial às práticas indígenas, alertando que tal omissão frequentemente leva à sua erosão. Ele argumenta que a modernização agrícola, ao priorizar métodos intensivos e tecnologicamente avançados, tende a marginalizar as técnicas tradicionais, que são vistas como antiquadas ou ineficazes. No entanto, a análise de Heckenberger et al. (2003) oferece uma visão mais otimista, ao destacar casos em que políticas públicas bem planejadas conseguiram integrar práticas tradicionais em programas de desenvolvimento agrícola. Esses autores exemplificam essa integração por meio de iniciativas de extensão rural que promovem técnicas como a rotação de culturas e o uso de policultivos, práticas enraizadas no conhecimento Guarani, mas adaptadas às demandas contemporâneas.

A Feira de Santa Rosa no Rio Grande do Sul, mencionada por Ribeiro (1995), ilustra a eficácia da cooperação transfronteiriça na transferência de conhecimentos agrícolas. Ao reunir agricultores de diferentes regiões para compartilhar técnicas e experiências, a feira se torna um espaço de diálogo e aprendizado mútuo. Esse evento sublinha a importância das interações face a face na disseminação de práticas agrícolas sustentáveis e no fortalecimento dos laços entre as comunidades. Ribeiro observa que, embora esses intercâmbios sejam fundamentais, eles dependem de políticas públicas que incentivem e facilitem a participação contínua dos agricultores, garantindo que o conhecimento seja transmitido e adaptado de maneira eficaz.

Para que a cooperação transfronteiriça seja verdadeiramente eficaz, é necessário que as políticas públicas sejam sistemáticas e contínuas, como sugere Hecht (2003). Ele argumenta que a criação de programas de capacitação focados em práticas sustentáveis é essencial para consolidar o intercâmbio de conhecimentos. Isso inclui a formação de agricultores, bem como de técnicos e extensionistas que possam atuar como agentes multiplicadores. A institucionalização dessas iniciativas, através de políticas públicas consistentes, é vista como um passo crucial para garantir que os benefícios da cooperação transfronteiriça sejam sustentáveis a longo prazo.

Altieri (1995) acrescenta que a promoção da agroecologia como base para as políticas agrícolas pode reforçar essa cooperação. Ele defende que a adoção de práticas agroecológicas, como a diversificação de culturas e o uso sustentável dos recursos naturais, deve ser incentivada através de apoio governamental. Isso não apenas promoveria a sustentabilidade ambiental, mas também fortaleceria a segurança alimentar das comunidades agrícolas. A visão de Altieri sugere que as políticas públicas têm um papel central em moldar o futuro da agricultura, devendo equilibrar a necessidade de modernização com a preservação dos conhecimentos tradicionais.

A contribuição de Posey (1985) para essa discussão destaca a importância da diversidade cultural e biológica nas políticas públicas. Ele critica o modelo agrícola dominante, que favorece a homogeneização, e defende uma abordagem que valorize a diversidade, tanto de práticas quanto de conhecimentos. Para Posey, a proteção das práticas agrícolas tradicionais não é apenas uma questão de justiça cultural, mas também de sustentabilidade ecológica. Ele sugere que as políticas públicas devem reconhecer a importância dos sistemas de conhecimento indígenas e integrá-los nas estratégias de desenvolvimento agrícola, promovendo uma agricultura que seja ao mesmo tempo produtiva e culturalmente sensível.

A cooperação transfronteiriça entre o Rio Grande do Sul e Misiones, quando sustentada por políticas públicas eficazes, tem o potencial de criar um modelo de sustentabilidade agrícola que integra o melhor das práticas tradicionais e modernas. A análise de Heckenberger et al. (2003) e Denevan (2001) sugere que a sustentabilidade a longo prazo dos sistemas agrícolas depende da capacidade de integrar conhecimentos tradicionais com inovações modernas. Ao promover a cooperação e a transmissão de conhecimentos entre gerações, essas políticas podem não apenas preservar, mas também revitalizar as práticas agrícolas tradicionais, garantindo que continuem a desempenhar um papel vital na agricultura contemporânea.

Considerações finais

A análise realizada ao longo deste trabalho evidencia a complexidade envolvida na preservação e promoção das práticas agrícolas tradicionais no contexto contemporâneo do Rio Grande do Sul e de Misiones. A cooperação transfronteiriça entre essas regiões, impulsionada por políticas públicas eficazes, tem se mostrado essencial para a manutenção e adaptação das tradições agrícolas Guarani, permitindo que essas práticas não apenas sobrevivam, mas também se transformem e integrem-se às necessidades modernas.

A troca de conhecimentos e experiências entre agricultores, facilitada por programas de intercâmbio e instituições como o Instituto Tecnológico de Agropecuária (ITA), demonstra que o diálogo entre as comunidades e a valorização das práticas tradicionais são fundamentais para a sustentabilidade agrícola. Essas interações, que promovem a disseminação de técnicas como a agroecologia e o manejo sustentável dos recursos naturais, contribuem para o fortalecimento dos sistemas agrícolas locais, tornando-os mais resilientes frente aos desafios econômicos e ambientais.

A influência das políticas públicas na preservação dessas práticas é evidente na medida em que os governos têm a capacidade de apoiar ou minar esses conhecimentos ancestrais. Políticas bem-sucedidas, como aquelas que promovem a capacitação e o intercâmbio de saberes entre gerações, mostram que é possível integrar o conhecimento indígena aos currículos agrícolas modernos, garantindo a continuidade dessas práticas em um mundo cada vez mais globalizado. Além disso, a incorporação de princípios agroecológicos nas políticas públicas agrícolas se revela uma estratégia eficaz para promover sistemas agrícolas mais sustentáveis, produtivos e socialmente justos.

Os debates teóricos e as evidências empíricas discutidas apontam para a necessidade urgente de uma abordagem mais holística, que reconheça e valorize a diversidade cultural e biológica inerente às práticas agrícolas tradicionais. O diálogo entre autores como Hecht, Altieri, Denevan, Heckenberger e Posey sugere que a integração desses conhecimentos em políticas públicas pode oferecer soluções viáveis para os problemas enfrentados pela agricultura contemporânea, especialmente no que tange à sustentabilidade e à segurança alimentar.

Portanto, a preservação e adaptação das práticas agrícolas tradicionais, através de políticas públicas e cooperação transfronteiriça, não são apenas um meio de sustentar comunidades locais, mas também uma contribuição significativa para a construção de um modelo agrícola mais equilibrado e sustentável, capaz de enfrentar os desafios do futuro.

Referências

- ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1995.
- BALÉE, William. **Footprints of the Forest: Ka'apor Ethnobotany - The Historical Ecology of Plant Utilization by an Amazonian People**. New York: Columbia University Press, 1994. Disponível em: <https://portal.sbpnet.org.br/livro/povostradicionais6.pdf> Acesso em 28 Jun. 2024.
- CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o estado: pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Cosac Naify, 1974.
- DENEVAN, William M. **Cultivated Landscapes of Native Amazonia and the Andes**. Oxford: Oxford University Press, 2001. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/261824951_Cultivated_Landscapes_of_Native_Amazonia_and_the_Andes_by_William_M_Denevan Acesso em 26 Jun. 2024.
- DIEGUES, Antonio Carlos. **Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos**. São Paulo: Hucitec, 2000.
- HECKENBERGER, Michael J. *et al.* Amazonia 1492: Pristine Forest or Cultural Parkland?. Science, v. 301, p. 1710-1714, 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/9087814_Amazonia_1492_Pristine_Forest_or_Cultural_Parkland Acesso em 25 Jun. 2024.
- HECHT, Susanna B. The Last Unfinished Page of Genesis: European Colonization and the Transformation of the Tropical World. *In: Sloan, Allan; Wilson, Douglas (Eds.). New Histories of the Anagararian World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 54-80. Disponível em: <https://d2cu82y6eo7f22.cloudfront.net/2020/01/16190111/04HG32-Hecht.pdf> Acesso em 27 Jun. 2024.
- MEGGERS, Betty J. Amazonia: Man and Culture in a Counterfeit Paradise. Chicago: Aldine-Atherton, 1971. Disponível em: https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Ameppers-1971-amazonia/Megggers_1971_Amazonia_ManAndCultureInAnCounterfeitParadise.pdf Acesso em 23 Jun. 2024.
- POSEY, Darrell Addison. Indigenous Knowledge and Development: An Ideological Bridge to the Future. *In: Biodiversity Conservation: Traditional Knowledge and Modern Concepts*. London: Routledge, 1985. p. 118-124. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/chapters/mono/10.4324/9780203220191-16/indigenous-knowledge-development-ideological-bridge-future-darrell-posey-kristina-plenderleith> Acesso em 21 Jun. 2024.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- Enviado em 31/08/2024
Avaliado em 15/10/2024

ENTRE TRADIÇÃO, MODERNIDADE E CONTEMPORANEIDADE UM PANORAMA HISTÓRICO E EDUCATIVO MUSICAL DO “CHORO” NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

Fabiano dos Santos Rodrigues¹⁷

Resumo

Os processos de ensino e aprendizagem do gênero musical brasileiro choro durante um bom tempo foram muito mais dependentes de formas provenientes da tradição oral. Entretanto, desde meados da década de 1970 tem ocorrido movimentos e processos locais e globais que tem modernizado e diversificando profundamente estas práticas educativas musicais, como a fundação de escolas especializadas e também o uso de tecnologias digitais. De certa forma esses processos mais pontuais inerentes ao universo do choro evidenciam contextos contemporâneos complexos mais gerais onde convivem, divergem, colaboram e se aprimoram ao mesmo tempo elementos históricos, culturais e educacionais tradicionais e também modernos.

Palavras-chave: Choro; Educação Musical; Música Brasileira.

Abstract:

The teaching and learning processes of the Brazilian musical genre choro for a long time were much more dependent on forms originating from oral tradition. However, since the mid-1970s there have been local and global movements and processes that have modernized and deeply diversified these musical educational practices, such as the founding of specialized schools and also the use of digital technologies. In a way, these more specific processes inherent to the universe of choro highlight more general complex contemporary contexts where traditional and modern historical, cultural and educational elements coexist, diverge, collaborate and improve at the same time.

Keys-word: Choro; Music Education; Brazilian Music.

¹⁷ Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (2011), graduação em Música - Claretiano Centro Universitário (2019) e mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (2014). Atualmente é estatutário do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Tem experiência na área de Artes, com ênfase em EDUCAÇÃO MUSICAL.

Introdução

Este trabalho pretende fazer um panorama genérico e histórico de processos educativos musicais inerentes ao gênero musical choro. O choro é considerado a primeira manifestação musical urbana brasileira. Dada as suas tantas e imensas contribuições para a cultura nacional em fevereiro de 2024 o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico Nacional) concedeu a este gênero musical o título de patrimônio imaterial do Brasil (IPHAN, 2024). Ao longo dos séculos, dado que o choro surge ainda em meados do século XIX na cidade do Rio de Janeiro, este gênero musical desenvolveu e acumulou infinitas possibilidades, experiências culturais sejam de ordem musical, histórica e também educativas musicais.

Em razão de transformações tecnológicas, sociais e econômicas que tem ocorrido desde meados do começo do século XX isso tem contribuído significativamente para a difusão de pré-concepções de que o choro é um bem cultural “tradicional” (Pessoa, 2019). Entretanto, ao que se evidencia não há nenhum mal em ser algo supostamente “tradicional”, tendo em vista que o choro resiste já a mais de um século e meio e certamente se não fosse algo importante e bom para a cultura nacional não teria o reconhecimento cultural que atualmente tem.

Certamente um fator fundamental para essa trajetória já secular e de resistência cultural do choro tem sido suas práticas educativas musicais. As formas de educação musical do choro têm fortes raízes na tradição oral, onde os ensinamentos e aprendizagens musicais se deram ao longo do tempo e ainda hoje se dão através da convivência entre músicos e musicistas em rodas e clubes de choro (Cazes, 2010).

Contudo, nas últimas décadas houveram transformações importantes nas formas de aprender e ensinar choro tendo em vista que surgiram e tem surgido importantes instituições escolarizadas especializadas no ensino e aprendizado desse gênero musical. Além de que os avanços tecnológicos, em especial no campo da informática e da eletrônica que tem sido obtidos e vem sendo a cada vez mais acessíveis para significativa parcela da população mundial, também tem em grande medida modernizado, diversificado e de certa forma até mesmo transformado práticas educativas musicais deste gênero brasileiro.

Neste sentido essas práticas educativas musicais ao que parece tem sido aprimorada ao longo dos tempos e sobretudo incorporando elementos e instrumentos modernos e contemporâneos a fim de manter e reproduzir as próprias práticas educativas e também todo um acervo musical e cultural inerente ao choro.

Materiais e métodos

A fim de alcançar o objetivo elencado para a pesquisa que aqui se desenvolveu, entendemos que a abordagem metodológica qualitativa nos termos de Severino (2009) é a que mais se adequou num âmbito mais geral e de maneira mais específica mobilizamos a pesquisa bibliográfica e documental.

Severino (2009) coloca que a pesquisa bibliográfica trabalha fundamentalmente a partir de documentos impressos como livros, artigos, teses dissertações e a pesquisa documental amplia essa as possibilidades da pesquisa bibliográfica à medida em que referenciam pesquisas com documentos em outros formatos como textos digitais, vídeos, áudios e imagens. Nestes termos não nos resta dúvidas que fora a metodologia mais adequada e predominantemente utilizada neste artigo.

Fundamentação teórica

Muito embora, o choro sendo um gênero musical secular, o recorte temporal ao qual interessa a este artigo começa a se manifestar por volta da década de 1970 que nos termos de Vasconcelos (1984) *apud* Alves (2009), seria no contexto da sexta geração do choro. Os acontecimentos inerentes a denominada “sexta geração do choro” foram precedidos por uma marcante e profunda perda da popularidade e audiência deste gênero musical em razão de ter perdido espaço nos meios de comunicação de massa, em especial nas emissoras de rádio, a partir do final dos anos de 1940 (Cazes, 2010).

Nas primeiras décadas do século XX, o choro tinha uma popularidade e audiência massiva, em grande medida, por conta da atuação dos conjuntos regionais em emissoras de rádio que, no Brasil da época, eram os principais veículos de comunicação de massa. Várias emissoras de rádio possuíam o seu conjunto regional, que eram grupos musicais pequenos que, predominantemente, tinham a finalidade de acompanhar cantores e cantoras que se apresentavam de maneira ao vivo nestas, além de, claro, fazerem suas próprias apresentações e performances instrumentais tocando choro. Esses conjuntos regionais exigiam e tiveram músicos bem habilidosos, pois geralmente não existiam ensaios ou qualquer outro tipo de preparação para fazer estes acompanhamentos musicais. O resultado tinha que ser de boa qualidade e feito na hora (Cazes, 2010).

Nos conjuntos citados atuaram grandes nomes da história musical do choro e da música popular brasileira, como um todo, tais como Canhoto, Benedito Lacerda, Pixinguinha, Meira, Dino Sete Cordas, Altamiro Carrilho, dentre inúmeros outros (Pessoa, 2019). Com a evolução das tecnologias de gravação, reprodução e transmissão de áudio e, até mesmo audiovisual, tendo em vista que a televisão chega ao Brasil em 1950, os conjuntos regionais e, conseqüentemente o choro, vão perdendo espaço, popularidade e audiência, nos meios de comunicação de massa. A partir desse período foram surgindo e ganhando espaço, nesses meios, outros estilos, variações e gêneros musicais tidos, até então, como mais modernos, tanto de origem nacional quanto de origem estrangeira, tal como a bossa nova, o *rock and roll*, o jazz e o iê-iê-iê (Cazes, 2010).

Os novos gêneros e estilos musicais tinham um forte apelo e objetivos de atingir o público jovem. Também tinham como características do seu fazer musical a incorporação de instrumentos musicais e tecnologias mais modernas tais como as guitarras e contrabaixos elétricos, diferentemente do choro, que tinha nos conjuntos regionais seu principal modelo de formação musical, instrumentos até então mais antigos e convencionais como violões, cavaquinhos, pandeiros e flautas. De certa forma, essa perda de espaço nos meios de comunicação de massa e as formações instrumentais tradicionais do choro contribuíram para a difusão de concepções de que esse gênero musical é voltado para pessoas velhas, além de ser considerado um tipo de música mais tradicional (Cazes, 2010); (Pessoa, 2019).

Segundo Costa (2020), mesmo que exista uma história do choro anterior ao surgimento dos conjuntos regionais, em que as formações dos conjuntos de choro, em especial da segunda metade e de fins do século XIX, ela era bem mais diversa em termos de instrumentação. O modelo de formação musical, instrumental e as práticas musicais que os conjuntos regionais das primeiras décadas do século XX faziam é o que, em grande medida, até os dias de hoje, nutre ideias e valores do que este autor denomina de “tradição do choro”, por se tratar de uma formação básica com pandeiro, um violão de seis cordas, um violão de sete cordas, flautas e bandolins para os solos, além de músicos com habilidades musicais de se tocar por meio de técnicas provenientes da tradição oral, tal como o famoso “tocar de ouvido”. Evidentemente que isso não são regras rígidas, mas muito comuns e difundidas até os dias de hoje no universo musical e também educativo do choro (Cazes, 2010), (Costa, 2020).

Esse processo de perda de espaço, popularidade e audiência do choro, em emissoras de rádio, iniciado por volta de fins da década de 1940, não é um fato isolado apenas da cidade do Rio de Janeiro, isso ocorreu também em outras cidades brasileiras tais como São Paulo (Amaral Júnior, 2013), Belo Horizonte (Freitas, 2023) e Belém (Kahwage, 2018). Para Cazes (2010) durante esse período o choro caiu num certo ostracismo, ficando restrito a determinados grupos, círculos e ambientes musicais. Dentre estes círculos estavam encontros e rodas de choro que ocorriam na casa de determinadas pessoas, como na casa de Jacob do Bandolim na cidade do Rio de Janeiro e os encontros de chorões na cidade de Brasília, na casa de Odette Ernest Dias (Gonçalves, 2013).

Durante estes períodos críticos da história do choro, em meados da década de 1960, o próprio Jacob do Bandolim chegou a fundar um conjunto regional, o Época de Ouro, que teve um papel fundamental nos movimentos de resistência do choro em razão, principalmente, da hegemonia musical da bossa nova. O nome do conjunto era uma espécie de homenagem aos tempos áureos que o choro viveu e usufruiu nos meios de comunicação de massa (Cazes, 2010). Nos anos seguintes, após a morte de Jacob em 1969 e iniciando a década de 1970, ocorreram movimentos importantes e o surgimento de novos artistas que deram novamente uma certa reanimada e, até mesmo, uma modernizada neste gênero musical.

Nesta época alguns grupos musicais e artistas tiveram uma certa entrada nos meios de comunicação de massa, dentre eles os Novos Baianos e o músico Armandinho Macedo, que regravaram e tocavam algumas composições do universo e da linguagem musical do choro. Também utilizavam instrumentos musicais tradicionalmente atribuídos ao choro tais como o cavaquinho e o bandolim, misturando o som destes, em suas sonoridades, com sons de instrumentos musicais mais modernos e de características da música pop e do *rock and roll* tais como a guitarra e o baixo elétrico. Isso contribuiu de sobremaneira para um certo resgate e valorização do choro (Gonçalves, 2013).

Para Kahwage (2018), um outro acontecimento fundamental para o ressurgimento e renovação do choro, na década de 1970, foi a realização do Projeto Pixinguinha, que foi realizado pela FUNARTE (Fundação Nacional de Artes) e circulou por diversos estados em diferentes regiões do Brasil. “O Projeto Pixinguinha foi idealizado pelo compositor e produtor musical brasileiro Hermínio Bello de Carvalho, que durante treze anos ocupou o cargo de diretor adjunto da Divisão de Música Popular Brasileira da Fundação” (Kahwage, 2018, p. 12). Também são dessa época a fundação do Clube do Choro de Brasília e as formações da Camerata Carioca e do grupo Os Carioquinhas, na cidade do Rio de Janeiro.

Esses acontecimentos e informações, de meados da década de 1970, que marcam o que Vasconcelos (1984) *apud* Alves (2009) denomina de sexta geração do choro, são importantes para o recorte deste artigo, pois é deste contexto que vieram músicos, musicistas e educadores musicais que, tempos depois, fundaram as primeiras escolas de choro do Brasil e, conseqüentemente, do mundo. Dentre estes e estas estão Mauricio Carrilho e Luciana Rabello que no começo dos anos 2000 foram fundadores da EPM (Escola Portátil de Música) na cidade do Rio de Janeiro e Reco do Bandolim que foi um dos fundadores da EBCR (Escola Brasileira de Choro Raphael Rabello), na década de 1990, na cidade de Brasília (Gonçalves, 2013).

Num plano muito mais abrangente e global, também por volta da década de 1970, passa-se a difundir, de maneira mais efetiva, em todo o mundo, um amplo processo que tem, nas tecnologias digitais, em especial nas TDIC's, um importante vetor de desenvolvimento e modernização. Isso se deu em razão de avanços significativos na microeletrônica, na informática e nas telecomunicações. Esses avanços foram determinantes para o surgimento daquilo que Castells (2002) denomina de “sociedade em rede”. Esse processo vem, desde então, revolucionando profundamente noções de tempo, espaço, além de possibilitar novas formas de interação social.

Castells (2002) reitera que, tempos antes, as tecnologias em geral já vinham fazendo verdadeiras revoluções sociais, culturais e econômicas, em especial, nas sociedades modernas e ocidentais. Entretanto, um dos grandes diferenciais das transformações da “sociedade em rede” foi a rápida expansão e a massificação do uso das TDIC’s, a capacidade frequente de inovação e aprimoramento destas, o que os tornou cada vez mais acessíveis, potentes e portáteis.

Barros (2016, p. 29) coloca, de maneira bem detalhada e conceitual, o que são TDIC’s e aponta algumas das suas potencialidades e possibilidades técnicas. Desta forma este autor entende:

[...]a terminologia TDIC como os procedimentos, métodos e equipamentos e meios eletrônicos e digitais que armazenam, processam e distribuem informações por meios eletrônicos e digitais, que surgiram no contexto da Revolução Informática, desenvolvidos gradualmente desde a segunda metade da década de 1970 e, principalmente, nos anos 90 do século XX. Estas tecnologias agilizaram e tornaram menos palpável o conteúdo da comunicação, por meio da digitalização e da comunicação em redes para a captação, transmissão e distribuição das informações, que podem assumir a forma de texto, imagem estática, vídeo ou som (Barros, 2016, p. 29).

As TDIC’s têm, cada vez mais, feito parte das nossas vidas e, em meio a toda essa revolução, talvez seja difícil encontrar alguma esfera ou território de sociabilidade, interação e produção humana em que não fora, de alguma maneira, atingida por essas transformações tecnológicas de fins do século XX e início do século XXI. É notório como isso, de maneira geral, transformou a nossa vida, as nossas maneiras de nos comunicar, relacionar, interagir e, de forma mais específica, até mesmo o fazer, o ensinar e o apreciar a música (Barros, 2016). Ou seja, avaliando tudo o que fora citado, tudo isso modernizou não apenas as tecnologias, mas, também, as nossas práticas sociais e o nosso viver como um todo.

Segundo Souza (2004), sendo a música e a educação musical práticas sociais e, evidentemente que estas, nos termos de Gohn (2013), não ficaram imunes a essas transformações da sociedade em rede. São notórias as transformações e a modernização que isso trouxe para estas. De imediato e a grosso modo, pode-se se dizer que isso possibilitou, por exemplo, a ampliação e qualificação exponencial do ensino e do aprendizado musical à distância, haja vista a capacidade das TDIC’s até então disponíveis (Gohn, 2013).

De forma mais específica, se tratando do universo musical e também educativo musical particular do choro, conforme coloca Costa (2020) e Alves (2009), mesmo com a modernização da sociedade como um todo, em universos inerentes ao choro ainda permeiam ideias e práticas sociais eminentemente características e legitimadas por discursos de uma certa tradição, dentre estas estão as formações instrumentais básicas com violões, pandeiros, flautas, bandolins e cavaquinho e os processos educativos musicais por meio da tradição oral. Até os dias atuais, a ideia de tocar de ouvido e de aprender a tocar na roda são saberes inerentes a estes universos que, inclusive, são trabalhados, até mesmo, em instituições escolarizadas de ensino-aprendizagem de choro (Gonçalves, 2013).

Nos termos de Castells (2002); (2018); (2020), isso evidencia não uma contradição ou um dissenso da sociedade em rede, muito pelo contrário, é uma característica dessa sociedade. Uma das promessas que fora bastante difundida a respeito da “sociedade em rede” era de que haveria um processo de homogeneização cultural, que a modernização e o avanço tecnológico iriam dizimar práticas sociais e culturas tradicionais inteiras através de um processo de globalização. Evidentemente que muitas transformações tem ocorrido, especialmente, em se tratando de consumo e produção de massa que, de certa forma, padronizam muito as nossas práticas sociais e comportamentos, transformando, assim, a nossa ou as nossas culturas e identidades.

Todavia, os recursos tecnológicos e modernos da sociedade em rede têm sido importantes para a preservação, a ampliação, a difusão de ideias e valores, a organização de agentes e instituições tradicionais. Para este autor, uma evidência notória disto está na forte atuação contemporânea de movimentos sociais de cunho identitários e culturais tais como os movimentos de indígenas, camponeses, fundamentalismo religioso, dentre outros. Essas contribuições teóricas e analíticas de Castells (2002); (2018), em grande medida, nos ajudam a pensar e a compreender importantes fatos inerentes ao universo musical e educativo musical do choro no Brasil nas últimas décadas.

Isso ocorre porque existem significativas evidências da ocorrência de processos modernizadores a fim de preservar, ampliar e difundir valores e práticas sociais inerentes ao universo musical e educativo musical do choro. Um destes processos modernizadores se manifesta na institucionalização de escolas especializadas de choro tal como a EPM e EBCR criadas, ainda nas décadas de 1990 e 2000 (Gonçalves, 2013) e, mais recentemente, a fundação da Escola de Choro de São Paulo e da Escola Pernambucana de Choro em Recife. Além dessas escolas existem, também, projetos culturais espalhados pelo país, como a Orquestra de Choro do Pará sediada na cidade de Belém, que não é propriamente uma escola, mas possui conteúdos e programas definidos e organizados para o ensino-aprendizagem do choro de maneira sistemática (Kahwage, 2018).

Além da institucionalização das escolas de choro, um outro processo modernizador de ensino-aprendizagem musical do gênero em questão certamente é uma das possibilidades educativas advindas com o desenvolvimento das TDIC's: o ensinar e o aprender choro pode e vem ocorrendo de maneira significativa sem, necessariamente ser de maneira presencial tal como acontece numa escola especializada ou mesmo em ambientes mais tradicionais e informais, a exemplo das rodas de choro. Nos ambientes online ou no *ciberspaço*, tal como denominam estudiosos das relações entre educação musical e tecnologias, dentre eles Gohn (2013), existem inúmeras possibilidades e meios de ensinar e aprender música e, certamente, o gênero musical choro também tem usufruído dessas possibilidades.

Uma evidência disto é que, nos últimos anos, a EPM, a EBCR e a Escola de Choro de São Paulo passaram a oferecer cursos e formações à distância e o violonista Alessandro Penezzi fundou a Escola de Choro que disponibiliza conteúdos de maneira totalmente online. Vale lembrar, também, que, desde meados do fim dos anos 1990, existem sites que comercializam áudios, cursos e partituras que, de alguma maneira, também possibilitam o processo de ensino-aprendizagem do choro de maneira virtual/online (Nitahara, 2020); (Lima, 2021).

Resultados e discussões

De acordo com os levantamentos e revisões bibliográficas feitas ficou evidenciado de que as pré-concepções de “tradição” permeiam estudos e debates sobre o choro. Também tem evidenciado de que em um determinado momento o desenvolvimento tecnológico, em especial os meios de comunicação de massa e também o surgimento de outros estilos e gêneros musicais com suas estratégias mercadológicas com enfoque no novo, no moderno, na inovação, no jovem deram uma certa força para este tipo de argumentação. Num momento posterior o processo global de desenvolvimento tecnológicos se aprofunda e se aprimora com o surgimento e difusão das tecnologias digitais, que transformam não apenas este campo em si, mas todos os campos de esfera de socialização humana e práticas sociais.

Mesmo com todos esses fatores o choro não se acabou e continua ainda existindo e mais do que nunca agora como patrimônio imaterial brasileiro.

Para isso certamente as práticas educativas musicais desse gênero musical foram uma base de sustentação, resistência e reprodução importante, haja vista que os saberes, informações e conhecimentos inerentes a práticas sociais e mesmo a uma cultura de maneira em geral se processam e se reproduzem significativamente por meios de práticas e processos educativos (Souza, 2004).

Neste universo educativo musical do choro ao longo do tempo as formas de ensino e aprendizado tem se dado através da tradição oral, ou seja do ouvir, observar, conviver com outros músicos e musicistas em espaços e ambientes informais, não-formais e até mesmo formais de ensino e aprendizado musical tem atravessado os tempos e espaços. Esses processos educativos musicais também foram e são mediados por meio da linguagem escrita musical, tal como ocorrera e ocorre em bandas militares, escolas, conservatórios e faculdades de música. Com o advento e difusão da TDIC's esses processos e práticas educativas musicais também tem se inserido no universo digital aproveitando potencialidades destas tecnologias e ampliando assim possibilidades de ensino e aprendizado do gênero musical choro.

Como isso se percebe, que os processos de ensino-aprendizagem do choro nas últimas décadas têm se modernizado profundamente, seja por meio da escolarização, seja por meio das tecnologias, ao mesmo tempo em que suas tradições, saberes e crenças inerentes permanecem, convivem, se reproduzem e se fortalecem, formando, assim, um complexo e fértil contexto cultural e educativo, possuindo um amplo potencial para se fazer pesquisas e estudos mais ampliados, aprimorados e sistematizados.

Referências

- ALVES, Carolina Gonçalves. **O choro que se aprende no colégio:** a formação de chorões na Escola Portátil de Música do Rio de Janeiro. 120 f. Dissertação de Mestrado (Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/8451>. Acesso em: 04 de fev. de 2022.
- AMARAL JÚNIOR, José de Almeida. **Chorando na Garoa:** memórias musicais de São Paulo. São Paulo: José de Almeida, 2013.
- BARROS, Matheus Henrique da Fonsêca. **Saberes docentes e tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) no Curso de Licenciatura em Música da UFPE.** 140 f. Dissertação de Mestrado (Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/19466> . Acesso em: 04 de fev. de 2022.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- _____. **O poder da identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- CAZES, Henrique. **Choro:** do quintal ao municipal. São Paulo: Editora 34, 2010.
- COSTA, Rodrigo Heringer. A invenção do regional e a roda como ritual: uma abordagem crítica da tradição do choro. **Opus** v. 26, n. 02, mar./ago. 2020. Disponível em: <https://www.anppom.com.br/revista/index.php/opus/article/view/opus2020b2607>. Acesso em: 04 de ago. de 2023.
- FREITAS, Marcos Flávio Aguiar. **Memórias:** Belo Horizonte e o choro. Disponível em: <http://www.clubedochorodebh.com.br/p/memoria.html>. Acesso em: 10 de ago. 2022.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – (IPHAN). **Choro é reconhecido como Patrimônio Cultural do Brasil:** a manifestação será registrada no Livro das Formas de Expressão. IPAHN, Brasília 22 de fev. de 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/choro-e-reconhecido-como-patrimonio-cultural-do-brasil>. Acesso em: 10 mai. 2024.
- GOHN, Daniel Marcondes. **Educação musical a distância:** abordagens e experiências. São Paulo: Cortez Editora, 2013.
- GONÇALVES, Augusto Charan Alves Barbosa. **O ensino do choro no contexto da Escola Raphael Rabello de Brasília.** 184 f. Dissertação de Mestrado (Educação Musical) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/15008> . Acesso em: 04 de fev. de 2022.

KAHWAGE, José Jacinto Da Costa. **O Projeto Choro do Pará: prática e transmissão musical**. 104 f. Dissertação de Mestrado (Artes) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/10135>. Acesso em: 03 de março de 2022.

LIMA, Irlam Rocha. Escola Brasileira de Choro Raphael Rabello oferece mais de 25 cursos de música: as matrículas para as vagas de 2021 estão abertas desde a última segunda-feira (14/12). **Correio Braziliense**, Brasília 15 de dez. 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/diversao-e-arte/2020/12/4894956-escola-brasileira-de-choro-raphael-rabello-esta-com-matriculas-abertas.html>. Acesso em: 10 jan. 2022.

NITAHARA, Akemi. Casa do Choro do Rio lança plataforma para shows e atividades online. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro 03 de out. de 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-10/casa-do-choro-do-rio-lanca-plataforma-para-shows-e-atividades-online>. Acesso em: 10 jan. 2022.

PESSOA, Felipe Ferreira de Paula. Os conjuntos regionais e o som do choro: a caracterização da performance no acompanhamento do choro. **ArtCultura** v. 21, n. 32, p. 163-179, jan./jun. 2019. Disponível em <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/50169>. Acesso em: 04 de ago. de 2023.

SEVERIVO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2009.

SOUZA, Jusamara. Educação musical e práticas sociais. **Revista da ABEM** v. 12, n. 10, mar. 2004. Disponível em: <https://revistaabem.abem.mus.br/revistaabem/article/view/356>. Acesso em: 04 de fev. de 2023.

Enviado em 31/08/2024

Avaliado em 15/10/2024

POTENCIALIDADES E LIMITES DO USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO: QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

Francisco Fernandes Ladeira¹⁸

Karine Cássia Queiroz Silva¹⁹

Resumo

Este artigo tem por objetivo discutir os riscos, limitações e possibilidades da incorporação das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) nas escolas de ensino fundamental e médio. Como metodologia, adotamos a chamada “revisão bibliográfica”, que consiste na leitura e análise de trabalhos anteriormente publicados a respeito de um determinado assunto. Visando abordar a temática proposta de forma sintética e ordenada, em um primeiro momento, discutimos os impactos cognitivos das tecnologias digitais para, posteriormente, refletimos sobre a inserção destes recursos paradidáticos em sala de aula. Concluímos que as TDIC, por estarem constantemente presentes no cotidiano dos alunos, possuem grande potencial pedagógico. No entanto, para que tal potencial seja explorado de maneira satisfatória, é imprescindível que estas tecnologias sejam bem trabalhadas pelo professor, por meio de metodologias de ensino que promovam diálogos pertinentes entre materiais digitais e conteúdo didático.

Palavras-chave: TDIC, cognição, aprendizagem, metodologias.

Abstract

This article aims to discuss the risks, limitations and possibilities of incorporating Digital Information and Communication Technologies (DIT) in primary and secondary schools. As a methodology, we adopted the so-called “bibliographic review”, which consists of reading and analyzing previously published works on a given subject. Aiming to address the proposed theme in a synthetic and orderly way, at first, we discuss the cognitive impacts of digital technologies and, later, we reflect on the insertion of these educational resources in the classroom. We conclude that TDIC, as they are constantly present in students' daily lives, have great pedagogical potential. However, for this potential to be satisfactorily explored, it is essential that these technologies are well used by the teacher, through teaching methodologies that promote pertinent dialogues between digital materials and teaching content.

Keywords: TDIC, cognition, learning, methodologies.

¹⁸ Mestre em Geografia pela UFSJ. Especialista em "Brasil: Estado e Sociedade" pela UFJF. Articulista do Observatório da Imprensa. Professor do IFES

¹⁹ Graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Mestra em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Professora da rede estadual de ensino de Minas Gerais.

Considerações iniciais

As Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) – representadas por laptops, smartphones e tablets, entre outros aparatos – têm gerado novas formas de sociabilidade e modos de ser/estar no mundo; alterando significativamente as diferentes possibilidades de nos comunicarmos, adquirirmos informações e, conseqüentemente, construirmos conhecimentos. Todavia, o uso pedagógico das tecnologias digitais ainda tem se mostrado uma questão complexa. Conforme Demo (2011), enquanto temos alunos altamente conectados, em constantes interações através de seus dispositivos, muitos professores, em contrapartida, continuam alheios às mudanças provocadas pelos avanços tecnológicos. Ou seja, de um lado, há discentes “digitais”; do outro lado, temos docentes, de certo modo, “analógicos”.

Não raro, a partir de visões tecnofóbicas, um percentual considerável de professores rejeita a possibilidade de incorporar as TDIC em suas práticas pedagógicas. Alegam que estes dispositivos são apenas fatores distracionais para a rotina em sala de aula. Portanto, nessa lógica, não possuiriam qualidades pedagógicas. Já outros docentes introduzem às TDIC em sua dinâmica, porém de forma meramente ilustrativa e instrumental, sem se preocuparem com a adoção de metodologias que possam extrair o melhor potencial das tecnologias digitais. Nesse caso, a tecnologia é concebida como uma espécie de fetiche: sua mera incorporação, por si só, já seria sinônimo de inovação didática.

Diante dessa realidade, o presente trabalho discute os riscos, limitações e possibilidades pedagógicas das TDIC. Para tanto, no primeiro tópico, apresentamos o procedimento adotado, conhecido por “revisão bibliográfica”. No segundo tópico, analisamos os impactos cognitivos das tecnologias digitais. Posteriormente, refletimos sobre o uso pedagógico dessas tecnologias. Nas considerações finais, recapitulamos os principais pontos discutidos no decorrer do artigo, chamamos a atenção para o potencial transformador do uso das tecnologias no ensino (quando este tipo de material é adequadamente trabalhado) e destacamos a importância de as práticas pedagógicas dialogarem com as principais demandas da contemporaneidade.

Metodologia

Existe uma gama de técnicas e/ou caminhos que, em princípio, podem ser escolhidos pelo pesquisador para que seu estudo acadêmico chegue a resultados satisfatórios. Segundo Alves e Assis (2022, p. C9), “as conclusões de uma pesquisa são intimamente condicionadas às decisões metodológicas que os pesquisadores rotineiramente tomam para viabilizá-las”. Ainda de acordo com estes autores: “para além de aspectos metodológicos, é importante que toda pesquisa busque ao final somar-se a um conjunto de explicações capazes de contribuir para o entendimento de um fenômeno” (idem).

A metodologia reside na interação entre teoria e método e lida com questões que moldam o curso da pesquisa. Está relacionada com os laços que existem entre o que queremos saber e os caminhos a trilhar para lá chegar, clarifica o modo como o curso da pesquisa é determinado pela natureza dos questionamentos de partida e pelos fenômenos em estudo. Daqui se deve depreender que, para um investigador, escolher uma metodologia de pesquisa não pode ser uma mera questão de preferência. Essa escolha terá de estar relacionada com as questões que o investigador coloca, com a natureza do que se pretende conhecer, com o tipo de respostas que espera providenciar (Augusto, 2014, p. 79).

Em relação a aspectos metodológicos, este trabalho se caracteriza como uma “revisão bibliográfica” (também conhecida por “revisão da literatura”). Como a nomenclatura indica, trata-se, em resumo, da leitura e análise de pesquisas, livros, discussões, artigos acadêmicos, dissertações de mestrado, textos da internet e teses de doutorado produzidos por outros autores a respeito de uma determinada temática.

Para Souza, Oliveira e Alves (2021, p. 81), no âmbito das pesquisas em educação, em particular, a revisão bibliográfica é uma metodologia importante, haja vista que, a partir de conhecimentos já estudados, “o pesquisador busca analisá-los para responder seu problema do objeto de estudar ou comprovar suas hipóteses, adquirindo novos conhecimentos sobre o assunto pesquisado”.

Impactos cognitivos relacionados ao uso das tecnologias digitais

Ao longo da história, os processos de produção do conhecimento e de aprendizagem a respeito de um determinado conteúdo não estiveram associados apenas a fatores humanos; também estão intrinsecamente entrelaçados às constantes transformações tecnológicas. Desse modo, a dinâmica interativa entre o homem, suas capacidades cognitivas e as inovações tecnológicas, têm delineado novos horizontes no entendimento de como o conhecimento é adquirido, disseminado e aplicado nos diferentes tipos de sociedade. Em outros termos, recorrendo a Coll e Monereo (2010, p. 50), a tecnologia desempenha um papel essencial no desenvolvimento cognitivo humano; tanto em âmbito coletivo, quanto individual.

A partir do conceito de “neuroplasticidade”, podemos compreender que nosso sistema nervoso possui a capacidade de se adaptar e mudar ao longo da vida, devido a experiências, aprendizados, lesões, mudanças no ambiente e contato com diferentes tipos de tecnologias. Essa característica permite que o cérebro reorganize sua estrutura, formando novas conexões neurais ou modificando as existentes. Portanto, é plausível afirmar que as tecnologias digitais não são meras “metodologias” ou “materiais paradidáticos complementares”; elas influenciam a própria forma como aprendemos (Wolf, 2019).

Desse modo, de acordo com Martins e Castro (2011), as tecnologias digitais intensificam outras formas de “funcionamento cognitivo e intersubjetivo”, haja vista que aparatos como os dispositivos digitais de conexão contínua (tablets, smartphones, iphones etc.) norteiam nossa relação com o mundo físico e social, trazendo transformações do olhar, da subjetividade e do conhecimento. Além disso, números apurados por Castells (2014) apontam que 97% do conhecimento produzido pela humanidade se encontra digitalizado, sendo que, deste percentual, 80% já está disponibilizado na internet, transformando a rede mundial de computadores em uma espécie de Biblioteca de Alexandria da atualidade:

O advento das TIC revolucionou nossa relação com a comunicação e a informação. Se antes a questão-chave era como ter acesso às informações, hoje elas estão por toda parte, sendo transmitidas pelos diversos meios de comunicação. A informação e o conhecimento não se encontram mais fechados no âmbito da escola, mas foram democratizados. O novo desafio que se abre na educação geográfica, frente a esse novo contexto, é como orientar o aluno; o que fazer com essa informação, de forma a internalizá-la na condição de conhecimento e, principalmente, como fazer para que ele saiba aplicar esse conhecimento de forma independente e responsável (Milani, 2014, p. 1007).

Estudos como Sparrow, Liu e Wegner (2011) e Risko e Gilbert (2016) argumentam que o uso frequente de smartphones e computadores tem nos auxiliado a “liberar espaço e energia” em nosso cérebro para a sedimentação de novos conhecimentos. Nesse sentido, aplicativos que armazenam datas e informações sobre compromissos, números de telefones, endereços e listas de compras, por exemplo, “tiram o peso” de nossas capacidades cognitivas. Assim, ao delegarmos ao dispositivo digital a tarefa de reter informações menos significantes (como as mencionadas na frase anterior), permitimos que nosso cérebro se concentre em tarefas mais importantes e complexas (aprender uma nova língua, estudar para um exame, elaborar um projeto de pesquisa etc.). Ou seja, podemos desenvolver de forma mais efetiva nossos recursos cognitivos.

Já em outra linha analítica, no livro *A fábrica de cretinos digitais: Os perigos das telas para nossas crianças*, Desmurget (2021), a partir de um amplo referencial bibliográfico, que reuniu cerca de seiscentos estudos e pesquisas científicas sobre tecnologias digitais, aponta que a exposição excessiva às telas de computadores, tablets, notebooks e smartphones tem gerado malefícios à saúde do corpo, ao estado emocional e ao desenvolvimento cognitivo em crianças e jovens.

A respeito deste último ponto, os danos relacionados ao uso desmedido de dispositivos digitais incluem empobrecimento da linguagem (vide a comunicação online ser caracterizada, majoritariamente, por uma “inflação semiótica e deflação semântica”); diminuição das interações intrafamiliares (essenciais para o desenvolvimento motor, cognitivo e social das crianças); perturbação do sono (quantitativamente reduzido e qualitativamente degradado); superestimulação da atenção (levando a distúrbios de concentração, aprendizagem e impulsividade); e subestimulação intelectual (impedindo o cérebro de desenvolver todo seu potencial).

Sendo assim, nos primeiros seis anos de uma criança, exposições diárias às telas, entre dez a trinta minutos, podem ser suficientes para que ocorram estados de saturação sensorial que danificam o desenvolvimento do cérebro (num período em que este órgão atravessa seu período de plasticidade mais agudo). Em crianças de dezoito meses, cada meia hora diária suplementar passada com um aparelho portátil multiplica por quase duas vezes e meia a probabilidade de se apresentar atrasos na linguagem (Van Den Heuvel, 2019). Posteriormente, nas crianças de vinte e quatro a trinta meses, o risco de déficit de linguagem aumenta proporcionalmente à duração de exposição às tecnologias digitais (Byeon; Hong, 2015).

Já para todas as idades posteriores à primeira infância, as telas recreativas (de todas as naturezas: televisão, videogames, tablets, etc.) têm impactos nocivos mensuráveis a partir de sessenta minutos de utilização diária, independentemente dos conteúdos consumidos (ou seja, inclui mesmo aqueles rotulados como “educativas”). “São afetadas, por exemplo, as relações intrafamiliares, o sucesso escolar, a concentração, a obesidade, o sono, o desenvolvimento do sistema cardiovascular, ou a expectativa de vida” (Desmurget, 2021, p. 52-53). Entretanto, não é possível “determinar com exatidão se tal deterioração começa a partir de 30 minutos ou se sobrevém apenas após três quartos de hora ou uma hora completa” (idem, p. 53). Sobre as influências negativas do uso excessivo de telas, relacionadas, especificamente, ao desempenho escolar de crianças jovens, Desmurget (2021, p. 59) assinala:

Certas influências se revelam relativamente diretas; por exemplo: quando o sono se altera, a memorização, as faculdades de aprendizagem e o funcionamento intelectual diurno são perturbados, o que provoca mecanicamente uma erosão do desempenho escolar. Certas influências se revelam mais indiretas; por exemplo, quando o sono é alterado, o sistema imunológico enfraquece, a criança corre mais risco de adoecer e, assim, de se ausentar da escola, o que contribui para aumentar suas dificuldades de aprendizado. Certas influências emergem com atraso; por exemplo, quando o sono é alterado, a maturação cerebral é afetada, o que, no longo prazo, limita o potencial do indivíduo (em especial o cognitivo) e assim, mecanicamente, seu bom desempenho escolar.

Conforme o autor, os fatores mencionados acima contribuíram para que os indivíduos nascidos na chamada “geração digital” (entre meados da década de 1990 e início dos anos 2000) se tornassem os primeiros filhos a terem um Quociente de Inteligência (QI) inferior ao de seus pais. Isso significa que, após milhares de anos de evolução, no presente contexto, o ser humano está regredindo em termos cognitivos e de capacidades intelectuais; invertendo, assim, o chamado “Efeito Flynn”, que se refere ao aumento constante nos índices de inteligência da população mundial ao longo do tempo.

Por outro lado, pesquisas, relatórios, meta-análises e periódicos acadêmicos citados por Desmurget (2021) em seu livro (Kasser 2002; Rideout, 2015; Seo et al., 2017) demonstraram que, em geral, os pré-adolescentes e adolescentes que passam menos tempo conectados são também aqueles que apresentam melhor desenvolvimento social, emocional, cognitivo e escolar (sendo o efeito contrário também registrado).

Tecnologias digitais e ensino

A chamada “Era digital” é caracterizada pela evolução e intensa inserção das TDIC em nossos cotidianos, o que, como dito anteriormente, inclui computadores, notebooks, smartphones e softwares, entre outros aparelhos e recursos ligados à internet. Não por acaso, com frequência, se fala em “plataformização da sociedade”, para se referir ao fato de as relações sociais serem cada vez mais mediadas por plataformas, nos tornando quase inteiramente dependentes das infraestruturas digitais das empresas de tecnologia. Isso significa que nossas interações com o mundo hoje – seja para locomoção, alimentação, lazer, entretenimento, relacionamento ou trabalho – dependem, em maior ou menor intensidade, de aplicativos (Uber, iFood, Airbnb, WazeCarpool, Tinder, Catho, Deezer etc.).

Também no contexto educacional, as TDIC podem se fazer presentes, pois “se a sociedade está mudando de forma tão rápida, a escola não pode esperar; ela precisa se destacar, conhecer e explorar as preferências e interesses se faz necessário uma mudança substancial na abordagem e na prática educacional dos professores. De acordo com Almeida e Silva (2011, p. 4), as TDIC “contribuem para mudanças das práticas educativas com a criação de uma nova ambiência na sala de aula e na escola que repercute em todas as instâncias e relações envolvidas nesse processo”. Já Moran, Masetto e Behrens (2013, p. 31) destacam que as instituições de ensino que utilizam as TDIC “podem transformar-se em um ambiente rico de aprendizagem significativa que motiva os estudantes a aprender”.

Para Miranda (2007), como a tecnologia desempenha um papel cada vez mais relevante na sociedade moderna, transformando a maneira como nos comunicamos, aprendemos e vivemos, a introdução de novos recursos tecnológicos no ensino pode resultar em avanços educativos, uma vez que esses recursos inovadores têm o potencial de alterar os métodos de ensino tradicionais dos professores e os estilos de aprendizagem dos alunos. Miranda (2007). Consequentemente, incluir diversas mídias no ensino, como componentes do processo de avaliação, pode estimular e facilitar a compreensão dos educandos, enriquecendo, assim, o processo de aprendizagem.

Por fazer parte dos cotidianos dos jovens, quando as TDIC são incorporadas à dinâmica em sala de aula, tendem a chamar a atenção e gerar entusiasmo entre os estudantes. Por outro lado, quando o docente opta apenas por recursos didáticos tradicionais (considerados “menos atrativos”), a exemplo do quadro e do livro didático, observa-se desinteresse e desânimo nos alunos (Henz, 2008). De acordo com Pereira e Freitas (2009), uma vez que estimulam uma interação mais efetiva e a participação mais ativa por parte dos alunos, os diferentes recursos midiáticos (TV, Internet, jornais, revistas e vídeos) têm o potencial de se tomarem aliados significativos no processo de ensino. Segundo Banhara (2008), textos que, à primeira vista, podem parecer entediados, revelam-se mais interessantes quando apresentados em formato digital. Todavia, isso requer um amplo conhecimento

dos professores sobre o uso dos recursos tecnológicos (Banhara, 2008). Portanto, desvendar e discutir o papel das tecnologias com criticidade é indispensável no âmbito escolar (fatores, inclusive, ressaltados na BNCC):

É necessário, ainda, que a Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas favoreça o protagonismo juvenil investindo para que os estudantes sejam capazes de mobilizar diferentes linguagens (textuais, imagéticas, artísticas, gestuais, digitais, tecnológicas, gráficas, cartográficas etc.), valorizar os trabalhos de campo (entrevistas, observações, consultas a acervos históricos etc.), recorrer a diferentes formas de registros e engajar-se em práticas cooperativas, para a formulação e resolução de problemas. (BNCC, 2018, p. 82.)

Desse modo, conforme frisaram Silva e Neves (2011, p.03), torna-se imprescindível discutir os potenciais pedagógicos e prováveis riscos relacionados aos diferentes tipos de mídias:

A leitura crítica da mídia tem a preocupação de fazer análises críticas sobre as mensagens transmitidas pelo meio; a educação para a recepção possui como objeto de análise o receptor e também estuda diferentes maneiras de realizar a mediação entre os meios de comunicação e o receptor; a recepção ativa tem como objetivo fortalecer a capacidade reflexiva dos receptores, para que não se tornem passivos diante dos meios; a educação para a comunicação tem a finalidade de produzir mensagens, potencializando desta forma a capacidade comunicativa e; a alfabetização televisiva prioriza o ensino das linguagens vídeo-tecnológicas.

A partir das observações apresentadas acima, consideramos que as instituições de ensino devem aproveitar o potencial do mundo digital, incluindo a utilização dos diferentes dispositivos móveis pelos alunos, e utilizá-los como recursos para potencializar a aprendizagem. Para tanto, um possível caminho é o incentivo à leitura por meio da tecnologia, como sugere a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Essa abordagem enriquece a experiência de leitura, ao proporcionar uma experiência multissemiótica, com diversas possibilidades criativas, incluindo vídeos do YouTube, podcasts, imagens digitais, TikTok, entre outros. Conforme o referido documento:

O Eixo Leitura compreende as práticas de linguagem que decorrem da interação ativa do leitor/ouvinte/espectador com os textos escritos, orais e multissemióticos e de sua interpretação, sendo exemplos as leituras para: fruição estética de textos e obras literárias; pesquisa e embasamento de trabalhos escolares e acadêmicos; realização de procedimentos; conhecimento, discussão e debate sobre temas sociais relevantes; sustentar a reivindicação de algo no contexto de atuação da vida pública; ter mais conhecimento que permita o desenvolvimento de projetos pessoais, dentre outras possibilidades. (BRASIL, 2018, p.72)

No entanto, é preciso ressaltar que a mera incorporação das TDIC não garante, por si só, a chamada “inovação didática”, tampouco provoca automaticamente mudanças válidas e proveitosas na organização do sistema educacional. Portanto, é fundamental estabelecer um caráter menos instrumental a essas tecnologias e não as reduzir a “recursos motivadores para fixação do conteúdo a ser trabalhado em sala de aula” (Tonini, 2013, p. 52). “Do contrário [...] o uso das TDIC será restrito à mudança de suporte para exposição de conteúdo, do quadro de giz para o projetor, laptop ou qualquer outro suporte” (Pereira, 2017, p. 141). Nesse sentido, lembrando Kenski (2002), se faz necessário que o professor incorpore métodos inovadores em sua prática. Para esta autora, superar a chamada “pedagogia tradicional”, baseada no quadro e giz, continua representando um dos grandes desafios do ensino:

A internet é um instrumento que pode facilitar a mediação, uma vez que oferece informações abundantes para o processo de conhecimento. Portanto, não se trata apenas de dizer que incorporou e faz parte do seu cotidiano; é preciso muito mais: o professor tem de estar aberto para pensar processos totalmente diferentes de construção do conhecimento (Kenski, 2002, p. 23).

Seguindo essa linha de raciocínio, Banhara (2008 p. 7) destaca a importância da eficaz operacionalização dos meios disponibilizados pela escola:

dentre os recursos computacionais que podem auxiliar o processo de ensino aprendizagem destacam-se os aplicativos para a produção de textos, planilhas, gráficos, MovieMaker, Word, Excel, PowerPoint, também jogos, pesquisa correios eletrônicos, chats, teleconferências e hipertextos. Uma ação docente e inovadora precisa contemplar a instrumentalização destes recursos disponíveis.

Na sociedade moderna, entende-se que é papel da escola implantar um olhar pedagógico na formação de discentes críticos e conscientes, capazes de lidar com os modernos meios de comunicação, a fim de inseri-los como mecanismos de aprendizagem. Nessa lógica, segundo Libâneo (2007), o professor tem um papel decisivo na criação de condições cognitivas e afetivas que ajudem o aluno a compreender informações provenientes de variadas fontes, como mídias, multimídia e intervenções educativas urbanas. Desse modo, espera-se que seja estabelecida uma nova relação entre tecnologia e educação, caracterizada por uma abordagem crítica, que vá além do ponto de vista superficial. Esse enfoque requer uma compreensão da tecnologia não apenas como um artefato, mas como algo intrinsecamente ligado à dimensão humana e social. Os recursos tecnológicos facilitam o acesso à informação e à comunicação, mas não são educativos por si só; a eficácia desses recursos depende da proposta pedagógica e da atuação do professor como mediador entre TDIC e conteúdo didático.

Considerações finais

Os rápidos avanços tecnológicos trouxeram novas possibilidades sociais e cognitivas que redefinem a dinâmica de aprendizagem nas instituições educacionais. Consequentemente, surgem novos desafios que implicam em fomentar práticas pedagógicas capazes de fazer com que as escolas sejam realmente significativas para os alunos, isto é, se constituam em espaços de encontro e diálogo, de produção de pensamento e decantação de experiências capazes de insuflar consistência nas vidas que as habitam. As TDIC, em particular, quando bem trabalhadas pelo professor, oferecem uma variedade de oportunidades para tornar a educação mais interessante e eficaz. Esse cenário evidencia a capacidade da tecnologia em transformar o ambiente educacional, possibilitando experiências de aprendizagem mais complexas e dinâmicas.

Consequentemente, o tradicional ambiente de sala de aula, composto por alunos, professores, quadros negros, giz, mesas e cadeiras, pode, no presente contexto, ser enriquecido com a incorporação de elementos multimídia. Todavia, é importante frisar que as TDIC não solucionam todas as (complexas) questões educacionais; tampouco substituem a função do educador, mas somam-se a ele, auxiliando no processo de ensino.

Isso posto, consideramos que a integração dos diferentes tipos de tecnologias digitais ao cotidiano escolar pode ser de grande relevância para todos os envolvidos no processo educacional. Para que isso ocorra de maneira produtiva, é imprescindível que a escola e os professores estejam bem instruídos e capacitados para lidar com essas inovações tecnológicas.

Por fim, é importante frisar que, neste trabalho, não defendemos um posicionamento maniqueísta em relação ao uso pedagógico das diferentes tecnologias digitais. Pretendemos, aqui, apresentar uma visão dialética sobre estes (potenciais) recursos didáticos. Não consideramos smartphones, tablets, computadores e afins, como “salvadores” do sistema educacional brasileiro (inclusive, denunciemos que boa parte das campanhas pelo uso das TDIC nas escolas é liderada por grandes grupos empresariais, interessados em comercializar seus produtos educacionais).

Também não negligenciamos a importância das tecnologias digitais para as diferentes disciplinas que compõem a matriz curricular da educação básica, haja vista que estes recursos, por estarem presentes nos cotidianos dos estudantes, podem proporcionar experiências de aprendizagem mais ricas e diversificadas (desde que adequadamente trabalhados pelo professor, por meio de diálogos pertinentes entre TDIC e os conteúdos ministrado).

Referências

- ALMEIDA, Maria Elizabeth B. de; SILVA, Maria da Graça Moreira da. Currículo, tecnologia e cultura digital: espaços e tempos de web currículo. **Revista e-curriculum**. São Paulo, v.7, n. 1, p. 2-19, 1 abr.2011.
- ALVES, Vinícius Silva; ASSIS, Pedro Paulo de. Fatos e interpretações, **Folha de São Paulo**, ano 102, n. 34.038, Ilustrada/Ilustradíssima, p. C9, 12 de junho de 2022.
- AUGUSTO, Amélia. Metodologias quantitativas/metodologias qualitativas: mais do que uma questão de preferência», **Forum Sociológico** [Online], 24, novembro 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/sociologico.1073>>. Acesso em: 22 nov. 2023.
- BANHARA, Geraldo Donizete, **A utilização de Novas tecnologias no Ensino de Geografia**, 2008.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- BYEON, Haewon; HONG, Saemi. Relationshipbetweentelevisionviewingandlanguagedelay in toddlers: evidencefrom a Korea nationalcross-sectionalsurvey. **PLoSOne**, v.10, 2015 Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4365020/>>. Acesso em: 19 ago. 2023.
- CASTELLS, Manuel. Manuel Castells – A obsolescência da educação, **Fronteiras do Pensamento**, 7 de abril de 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eb0cNrE3I5g&t=118s>. Acesso em: 1dez. 2023.
- COLL, César; MONEREO, Carlos. Psicologia da educação virtual: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e comunicação. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DEMO, Pedro. Olhar do educador e as novas tecnologias. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 37, n.2, p. 15-26, mai./ago. 2011. Disponível em: <<https://www.bts.senac.br/bts>>. Acesso em: 3 dez. 2023.
- DESMURGET, Michel. **A fábrica de cretinos digitais: os perigos das telas para nossas crianças**. São Paulo: Vestígio, 2021.
- GUARESCHI, Pedrinho **A. Mídia, Educação e Cidadania: Tudo o que você quer saber sobre a mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- HENZ, Carla Cristina. **O uso das tecnologias no ensino-aprendizagem da matemática**. Erechim, 2008.
- KASSER, Tim. **The High PriceofMaterialism**. Cambridge: MIT Press, 2002. Disponível em: <<https://mitpress.mit.edu/9780262611978/the-high-price-of-materialism/>>. Acesso em: 18 ago. 2023.
- KENSKI, Vani M. Processos de interação e comunicação nos ensinoss mediados pelas tecnologias. In: ROSA, Dalva E.G e SOUZA, Vanilton C. **Didática e prática de ensino – interfaces com diferentes saberes e lugares formativos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p.254-264.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- MARTINS, Luana T.; CASTRO, Lúcia R. de. Crianças na contemporaneidade: entre as demandas da vida escolar e da sociedade tecnológica. **Revista Latinoamericana de CienciasSociales**, Niñez y Juventud, Manizales, v. 2, n. 9, p. 619-634, jul./dez. 2011.

- MILANI, Débora Raquel da Costa. Contemporaneidade: novos desafios educacionais com o advento das tecnologias da informação e comunicação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 8, n. 4, p. 1006–1018, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/6661>>. Acesso em: 1 dez. 2023.
- MIRANDA, Guilhermina Lobato. Limites e possibilidades das TIC na educação. Sísifo. **Revista de Ciências da Educação**. v.03, p. 41-50; 2007.
- MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos Tarciso; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 21 ed. Campinas: Papirus, 2013.
- PEREIRA, Ana Maria de Oliveira. **O protagonismo do jovem na relação com o conhecimento geográfico: possibilidades e limitações no uso das tecnologias digitais nas aulas**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social. Universidade Feevale, Novo Hamburgo, 2017.
- PEREIRA, Bernadete Terezinha; FREITAS, Maria do Carmo D. **O uso das tecnologias da informação e comunicação na prática pedagógica da escola**. Universidade Federal do Paraná, p. 1381-8, 2009.
- RIDEOUT, Victoria. The Common SenseCensus: Media Use by Tweens and Teens. **Common Sense Media**, 2015.
- RISKO, Evan F.; GILBERT, Sam J. Cognitive offloading. **Trends in cognitive sciences**, v. 20, n. 9, p. 676-688, 2016. Disponível em: <[https://www.cell.com/trends/cognitive-sciences/fulltext/S1364-6613\(16\)30098-5](https://www.cell.com/trends/cognitive-sciences/fulltext/S1364-6613(16)30098-5)>. Acesso em 22 ago. 2023.
- SEO, Ji-Hye et al. Late Use of Electronic Media and Its Association with Sleep, Depression, and Suicidality among Korean Adolescents. **Sleep Medicine**, v. 29, 2017. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27887887/>>. Acesso em: 2 dez. 2023.
- SPARROW, Betsy. LIU, Jenny; WEGNER, Daniel M. Google effects on memory: Cognitive consequences of having information at our fingertips. **Science**, Washington, p. 776–778, 2011. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/21764755/>>. Acesso em: 22 ago. 2023.
- TONINI, Ivaine Maria. Movimentando-se pela WEB 2.0 para ensinar Geografia. In. CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; TONINI, Ivaine; KAERCHER, Nestor. **Movimentos no ensinar geografia**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2013.
- VAN DEN HEUVEL, Meta et al. Mobile Media Device Use Is Associated with Expressive Language Delay in 18-Month-Old Children. **Journal of Developmental & Behavioral Pediatrics**, v. 40, 2019. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30753173/>>. Acesso em: 19 ago. 2023.
- WOLF, Maryanne. **O cérebro no mundo digital: os desafios da leitura na nossa era**. São Paulo: Contexto, 2019.
- Enviado em 31/08/2024
Avaliado em 15/10/2024

OS CONCEITOS DE “ASSIMILAÇÃO”, “ACOMODAÇÃO” E “EQUILIBRAÇÃO” NA TEORIA DE DESENVOLVIMENTO COGNITIVO EM PIAGET E O ENSINO DE GEOGRAFIA: ENCONTROS OU DESENCONTOS?

Francisco Fernandes Ladeira²⁰

Samara Mirelly da Silva²¹

Resumo

O biólogo e psicólogo suíço, Jean William Fritz Piaget, é reconhecido internacionalmente por suas importantes contribuições para a compreensão do processo de aprendizagem. Em sua vasta obra, este autor pesquisou, entre outras questões, como se dá a construção do espaço por parte da criança (objeto de estudo da ciência geográfica) e as principais características das relações que compõem este processo. Isto posto, no presente artigo busca-se explorar os conceitos de “assimilação”, “acomodação” e “equilíbrio” - fundamentais para a Teoria do Desenvolvimento Cognitivo em Piaget, bem como suas relações com o ensino de Geografia na educação básica. Desse modo, levantamos os seguintes questionamentos: Como “desequilibrar” os esquemas dos alunos para que participem efetivamente do processo de aprendizagem? Quais estratégias e situações de aprendizagem podem ser desenvolvidas pelos professores relacionadas à construção do conhecimento geográfico? Para isto, recorreu-se a revisão bibliográfica, a partir de uma abordagem sistemática e crítica, que envolve a busca, seleção e análise de trabalhos relevantes já publicados. Compreende-se que, conhecer sobre a epistemologia genética, interacionismo e construtivismo pode contribuir para a formação e atuação profissional docente, sobretudo no que se refere a estratégias e situações de aprendizagem respeitadas, que potencializam o processo de aprendizagem em Geografia.

Palavras-chave: Aprendizagem, criança, espaço, ciência geográfica.

Abstract

The Swiss biologist and psychologist, Jean William Fritz Piaget, is internationally recognized for his important contributions to understanding the learning process. In his vast work, this author researched, among other issues, how children construct space (the object of study in geographic science) and the main characteristics of the relationships that make up this process. That said, this article seeks to explore the concepts of “assimilation”, “accommodation” and “balance” - fundamental to Piaget's Theory of Cognitive Development, as well as their relationships with the teaching of Geography in basic education. Therefore, we raise the following questions: How can we “unbalance” students' schemes so that they effectively participate in the learning process? What strategies and learning situations can be developed by teachers related to the construction of geographic knowledge? To do this, we resorted to a bibliographical review, based on a systematic and critical approach, which involves the search, selection and analysis of relevant works already published. It is understood that knowing about genetic, interactionism and constructive epistemology can contribute to the training and professional performance of teachers, especially with regard to respectful learning strategies and situations, which enhance the learning process in Geography.

Keywords: Learning, child, space, geographic science.

²⁰ Mestre em Geografia pela UFSJ. Especialista em "Brasil: Estado e Sociedade" pela UFJF. Articulista do Observatório da Imprensa. Professor do IFES

²¹ Graduada em Geografia pela Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ). Professora da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) – Campus Divinópolis

Introdução

Quando falamos em desenvolvimento cognitivo infantil – isto é, o processo de conhecimento, memorização e aprimoramento das habilidades e aptidões da criança –, certamente, uma das principais referências é a obra do biólogo suíço Jean William Fritz Piaget (1896-1980). Para este autor, o que conhecemos como “aprendizado” é construído pela criança em sua relação com objetos e pessoas, ou seja, com o meio. Assim, de acordo com tal concepção, o conhecimento não está nem no sujeito cognoscitivo, tampouco no objeto do conhecimento; surge a partir da *interação entre eles* (Ferreira; Lautert, 2003). Trata-se da ideia basilar da teoria construtivista ou construtivismo. Conforme Piaget (1996), cada nova descoberta feita pela criança é assimilada e acomodada junto ao que ela já conhecia sobre o mundo (espécies de “ferramentas mentais”), tornando-o cada vez mais amplo²².

Desse modo, a partir das considerações realizadas nos parágrafos anteriores, o presente artigo tem o objetivo de explorar os conceitos de “assimilação”, “acomodação” e “equilibração” - fundamentais para a Teoria do Desenvolvimento Cognitivo em Piaget, bem como suas relações com o ensino de Geografia na educação básica. Levantamos os seguintes questionamentos: Como “desequilibrar” os esquemas dos alunos para que participem efetivamente do processo de aprendizagem? Quais estratégias e situações de ensino e aprendizagem podem ser desenvolvidas pelos professores relacionadas à construção do conhecimento geográfico?

Para isto, em relação a aspectos metodológicos, recorreremos à chamada “revisão bibliográfica” ou “revisão de literatura”, prática “(...) desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (Gil, 2002, p. 44). Consideramos que este tipo de procedimento desempenha um papel fundamental na construção de um artigo acadêmico, pois se trata de uma abordagem sistemática e crítica, que envolve a busca, seleção e análise de trabalhos relevantes já publicados, permitindo ao pesquisador mapear o estado atual do conhecimento sobre o assunto em estudo.

Para melhor organizar nossa proposta de trabalho, em um primeiro momento, abordamos os “Estágios do desenvolvimento infantil” (“assimilação”, “acomodação” e “equilibração”), formulados por Piaget (1975; 1996); e, em segundo momento, apresentamos uma proposta metodológica relacionada ao Ensino de Geografia, passível de ser efetivamente desenvolvida desde a mais tenra idade.

Estágios do desenvolvimento cognitivo

O sujeito tem papel ativo na produção de seu conhecimento, em um movimento permanente de construção e reconstrução de estruturas e esquemas mentais. Logo, segundo Piaget (1975;1996), o desenvolvimento cognitivo começa desde o nascimento, dividindo-se em quatro estágios principais: “sensorial-motor” (do nascimento até aproximadamente dois anos de idade), “pré-operacional” (dois a sete anos), “operacional concreto” (sete aos doze anos) e “operações formais” (a partir dos doze anos). Também para Piaget (1975), cada etapa, mesmo possuindo características específicas, são interrelacionadas.

²² Estas “ferramentas mentais”, presentes na estrutura cognitiva da criança, se modificam de acordo com as seguintes variáveis: faixa etária, ambiente e estímulos.

“Sensorial-motor” – primeiro estágio do desenvolvimento cognitivo – abrange o período do nascimento até aproximadamente dois anos de idade. Nesta fase, as crianças aprendem e exploram o mundo, sobretudo, por meio de seus sentidos e da ação física, desenvolvendo noções de permanência de objeto e coordenação sensorial-motora à medida que crescem. Nesta etapa, a inteligência é prática e a linguagem limitada e imitativa.

Posteriormente, há o estágio “pré-operatório”, entre dois aos sete anos, quando ocorre um aumento significativo na linguagem e o uso de símbolos. Nesta fase, as crianças são frequentemente egocêntricas, incapazes de ver as coisas do ponto de vista de outra pessoa. Além disso, elas tendem a raciocinar de maneira intuitiva e simbólica, ainda que não possuam a capacidade de realizar operações mentais concretas. Outro traço importante deste estágio é a fantasia e falta de noção de conservação. No pré-operatório, é comum as crianças atribuírem vida e características humanas a seres inanimados.

À medida que as crianças entram no estágio “operacional concreto”, dos sete aos doze anos de idade, elas demonstram um pensamento mais lógico e organizado. Desse modo, são capazes de realizar operações mentais concretas e lógicas sobre objetos reais. Elas mostram uma compreensão crescente de princípios matemáticos simples, conservação de quantidade e classificação. Assim, desenvolvem o pensamento reversível (inacessível na fase anterior).

O último estágio do desenvolvimento cognitivo (“operações formais”) começa aproximadamente aos doze anos e se estende até a idade adulta. Durante este estágio, as habilidades de pensamento abstrato e raciocínio lógico-formal se desenvolvem. E os sujeitos são capazes de resolver problemas hipotéticos e utilizar o pensamento dedutivo na resolução de problemas.

Embora as idades utilizadas como parâmetros são relativas e não representam rigidamente o início ou fim de uma etapa do desenvolvimento, tais saberes contribuem para o trabalho docente significativo e adequado às fases de desenvolvimento. Nesse contexto, se sou professor/a dos primeiros anos da Educação Básica, como esperar que meus alunos realizem abstrações? Como pensar estratégias e organizar situações de aprendizagem respeitosas e que potencializam o processo de aprendizagem?

Compreende-se que, conhecer sobre a epistemologia genética, interacionismo e construtivismo pode contribuir para a formação e atuação profissional docente. Sendo assim, no próximo tópico, exploraremos os conceitos de assimilação, acomodação e equilíbrio, desenvolvidos por Piaget, e suas possíveis contribuições para as práticas dos/as professores/as em sala de aula no tangente ao ensino de Geografia.

“Assimilação”, “Acomodação” e “Equilíbrio”

Para compreender como as crianças constroem o conhecimento e como ocorrem as mudanças nos estágios de desenvolvimento cognitivos elencados no tópico anterior, Piaget (1975; 1996) formulou os conceitos de “assimilação”, “acomodação” e “equilíbrio”.

Por “assimilação” entende-se o processo pelo qual um indivíduo incorpora novos elementos à sua estrutura cognitiva já existente ou construída, seja ela inata, como no caso dos reflexos no recém-nascido, ou adquirida, a partir das modificações do conteúdo da estrutura inata inicial.

Um dos exemplos mais usuais desta concepção, é de uma determinada criança que está aprendendo a reconhecer os animais. Imagina-se que, até o momento, o único animal que ela conhece (e tem organizado esquematicamente) é o cachorro. Desse modo, podemos dizer que a criança possui, em sua estrutura cognitiva, um esquema de cachorro.

Logo, quando esta criança é apresentada a um outro animal, que possua alguma semelhança com o cachorro, como um cavalo, ela o perceberá também como cachorro – marrom, quadrúpede, um rabo, pescoço, nariz molhado, etc.

Ocorre, neste caso, um processo de assimilação, ou seja, a similaridade entre o cavalo e o cachorro (apesar da diferença de tamanho) faz com que um cavalo passe por um cachorro em função das proximidades dos estímulos e da pouca variedade e qualidade dos esquemas acumulados pela criança até o momento (Tafner, 2008).

Portanto, como visto no exercício hipotético apresentado, a assimilação não é um mecanismo suficiente para garantir o desenvolvimento de novas estruturas mentais, haja vista que não lida com a assimilação de conteúdos completamente novos ou não reconhecidos pelas estruturas existentes.

Desse modo, para possibilitar a integração de novos conteúdos, há o processo complementar a assimilação: a “acomodação”, caracterizado pela *modificação de um esquema ou estrutura de assimilação pelos elementos assimilados* (Piaget, 1975). Em outros termos, quando os novos elementos não se integram às estruturas existentes, as mesmas são modificadas para acomodá-los. Por exemplo, se uma criança encontra um “gato”, após ter assimilado em sua mente que todos os animais de quatro patas são “cachorros”, ela precisará ajustar seu esquema para acomodar a nova informação sobre o gato, diferenciando-o de “cachorro”.

Já a “equilibração”, conforme a nomenclatura pressupõe, ocorre quando a criança busca um equilíbrio entre as informações assimiladas e acomodadas, ajustando seus esquemas mentais para melhor corresponderem à realidade. É um processo dinâmico de autorregulação, em que a criança procura a coerência e o equilíbrio entre suas ideias existentes e novas informações.

Quando uma criança brinca com blocos de construção, ela pode inicialmente tentar encaixar todos os blocos juntos, usando o mesmo esquema, mas à medida que se depara com blocos de diferentes tamanhos e formas, ela precisa ajustar seus esquemas para acomodar a nova informação e construir uma compreensão mais precisa da realidade.

Nessa perspectiva, a equilibração ocorre quando a criança desenvolve um esquema mental mais abrangente e preciso sobre os blocos de construção. Ela ajusta seu entendimento inicial para incluir todas as formas e tamanhos possíveis, criando um equilíbrio entre suas ideias prévias e as novas informações recebidas durante a interação com os blocos.

Voltando aos exemplos de animais, ao se deparar pela primeira vez com uma minhoca (animal invertebrado, sem patas e de tamanho muito inferior a um gato) a criança poderá ficar em desequilíbrio, pois não encontrará correspondente em seus conhecimentos prévios que permita a identificação deste animal. Dessa forma, criará ferramentas mentais a partir do erro/acerto para uma nova acomodação e tão logo, a equilibração. A partir de então, ela possuirá entendimento do que seja uma minhoca e, sobretudo, das diferenças existentes entre um cachorro, um gato e uma minhoca. Conhecimento que poderá ser usado de suporte quando a mesma criança for colocada diante de uma nova situação-problema similar.

Observa-se, assim, duas questões importantes. A primeira, que os três conceitos: assimilação, acomodação e equilíbrio, embora distintos, possuem relação fundamental entre si. Depois, que para aquisição de novos conceitos, faz-se fundamental a mediação. Como a criança que nunca antes vira uma minhoca, saberá se tratar de uma sem a participação de alguém que a ajude a construir tal conhecimento?

Assim, o mediador deverá propor estímulos e criar situações-problemas que desequilibrem os conhecimentos prévios da criança bem como colaborar para a assimilação e acomodação de novos saberes. E é a partir desta seara que neste artigo buscaremos explorar a mediação docente e o ensino e aprendizagem de Geografia - à luz da Teoria do desenvolvimento cognitivo infantil.

O desenvolvimento cognitivo infantil e o ensino de Geografia

É a partir do espaço de vivência que as crianças iniciam seu contato com o mundo e é no lugar, enquanto construção histórica e social, que o espaço geográfico guarda o movimento da vida (Carlos, 2007). Desta forma, é no lugar que acontece a fase “sensorial-motora” do desenvolvimento infantil. Ou seja, é nesta parcela do espaço que a criança interage com os sujeitos e objetos próximos. Assim, não representa simplesmente “seu lugar no mundo”. Em última análise, representa seu *próprio mundo* - prático, sensível e explorável por seus corpos e sentidos.

Concomitantemente, para Leite (2012), o lugar como categoria de análise do espaço geográfico é adequado de ser estudado desde o início da escolarização, por possibilitar que as vivências do educando e de seu grupo social fomentem reflexões sobre a realidade. Nessa perspectiva,

[...] o conceito de lugar possibilita a valorização do que é particular, específico, singular para a criança, bem como gera a possibilidade de reafirmação de seus valores, histórias de vida, memória familiar, grupo social e cultura (Leite, 2012, p.16).

Ao mesmo tempo, esse conceito vincula-se às referências pessoais e um sistema de valores que direcionam diferentes formas de perceber a paisagem e o próprio espaço geográfico (Brasil, 1997, p. 76).

Quais elementos, pessoas, animais, formas e cores constituem os lugares de vivência das crianças? Pela mediação docente, deve-se incentivar as crianças para que desenvolvam um olhar atento na leitura desses espaços, sobretudo, na identificação e assimilação de novos elementos. Desse modo, a construção de inéditos esquemas mentais acontecem, aumentando seu repertório e, conseqüentemente, os conhecimentos sobre seus lugares de vivência.

Assim, durante os primeiros anos da Educação Infantil, em creches e pré-escolas, o estudo do espaço de vivência dos educandos deve estar presente. Porém, de forma a contribuir para o equilíbrio das estruturas existentes em vista da aquisição e construção de novos saberes permeados pelo espaço vivido, explorado e sentido pelas crianças.

No segundo período do desenvolvimento infantil, segundo Piaget (1975), (pré operatório), em que a fase simbólica e egocentrismo se destacam, é possível a mediação docente utilizar do “faz de conta”, histórias e brincadeiras para fomentar o desenvolvimento das crianças.

Não por acaso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018), coloca como os dois eixos estruturantes das práticas pedagógicas da primeira etapa da Educação Básica, as interações e brincadeiras, em vista da garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento: Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar, Conhecer-se.

No Brasil, durante a Educação Infantil os componentes curriculares não estão no currículo de maneira independente, pois encontram-se estruturados em campos de experiência²³. Ainda assim, os saberes geográficos podem contribuir de diferentes formas para a construção de saberes nesta etapa.

É possível criar situações de aprendizagem que lancem mão do animismo e realismo como, por exemplo, na realização de Teatro de sombras e fantoches - para propor certas explicações, como as semelhanças e diferenças entre paisagens naturais e culturais, histórias de grupos sociais distintos, formas de deslocamento no espaço, criação de narrativas sobre temas geográficos específicos, etc. Desta forma, investigar e explorar o espaço vivido pela criança a fim de instigar a curiosidade e ampliar o repertório acerca do meio do qual faz parte, das ações humanas e naturais que transformam as paisagens, das relações entre o espaço vivido e outros espaços do planeta, etc., são pontos-chaves do trabalho nesta etapa.

Em relação ao terceiro período, “operações concretas” (7 a 11 ou 12 anos), as crianças possuem maior autonomia e um pensamento mais lógico e organizado. Nesta época também mudanças substanciais ocorrem. No campo da escolarização, a alfabetização se torna o grande foco, sobretudo, nos primeiros anos do Ensino Fundamental.

Nesse contexto, os diferentes letramentos visam potencializar o desenvolvimento de inúmeras habilidades e competências. Espera-se que, nesta fase aconteça o desenvolvimento mais efetivo (e sistematizado) da leitura da palavra -mundo. Ao passo que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente”. (Freire, 1989, p.9). Segundo Callai (2005, p. 235);

Como realizar a leitura da palavra por meio da leitura do mundo? E como fazer a leitura do mundo por meio da leitura da palavra? Esse pode ser o desafio para pensar um aprendizado da alfabetização que seja significativo. Partindo do fato de que a gente lê o mundo ainda muito antes de ler a palavra, a principal questão é exercitar a prática de fazer a leitura do mundo.

Portanto, no tangente ao ensino de Geografia, o trabalho a partir do raciocínio geográfico (de maneira de exercitar o pensamento espacial) pressupõe um olhar mais acurado para a interlocução, observação, formulação de hipóteses, argumentação, descrição dos lugares e paisagens, em vista da incorporação de habilidades e construção de conceitos (CALLAI, 2005).

A ênfase nos lugares de vivência, dada no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, oportuniza o desenvolvimento de noções de pertencimento, localização, orientação e organização das experiências e vivências em diferentes locais. Essas noções são fundamentais para o trato com os conhecimentos geográficos. Mas o aprendizado não deve ficar restrito apenas aos lugares de vivência. Outros conceitos articuladores, como paisagem, região e território, vão se integrando e ampliando as escalas de análise. (Brasil, 2018, p. 367).

²³ “Os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural.” (BRASIL, 2018, p.40)

Logo, nesta fase de desenvolvimento cognitivo, é fundamental que os professores busquem, por meio da utilização de diferentes linguagens e estratégias, aumentar o repertório dos estudantes em relação ao meio físico, cultural, econômico e ambiental em diferentes escalas de análise: local e global. Atividades como estudo do meio, visitas técnicas, produção e leitura de representações cartográficas como croquis, maquetes, mapas, imagens de satélite são fundamentais nesta fase. Espera-se, de igual modo que, por meio da mediação docente, os alunos possam refletir com maior autonomia sobre a produção/ alteração do espaço geográfico ao longo do tempo.

Por fim, no quarto período, Operações formais (11 ou 12 anos em diante), já na pré-adolescência, com as habilidades de pensamento abstrato e raciocínio lógico-formal se desenvolvendo, é possível sistematizar informações e assimilá-las de maneira mais complexa no campo da Geografia.

Criar estratégias e situações de aprendizagem que possibilitem aos alunos a compreensão das lutas, desigualdades sociais e na distribuição e uso de recursos naturais, das relações socioeconômicas que transformam os espaços geográficos, deve ser primordial nesta fase.

Nesse sentido, estudar o lugar, como contrapartida ao movimento de homogeneização produzido pela mídia e pela ação concreta das grandes empresas, pode ser interessante por dois motivos. Primeiro, pelo fato de que, mesmo em um mundo globalizado, as ideias universais só se concretizam nos lugares, e não no global, no geral. Depois, porque assim se pode perceber que nossa ação pode ser efetiva e eficaz, dependendo do jogo de forças em que se insere, e que os homens podem não ser apenas cobaias ou partes de uma estrutura na qual não têm o direito de pensar e de tomar atitudes que lhes pareçam adequadas. Ao se reconhecer o lugar como parte de nossa vida, como um dado que nos permite criar uma identidade e termos a ideia de pertencimento, será possível agir para o grupo, e não apenas para servir a interesses externos. (Callai, 2005, p. 242)

Destarte, em quaisquer uma das fases de desenvolvimento ou etapas da Educação Básica, é fundamental que o ensino e aprendizagem de Geografia estejam vinculados à leitura crítica do mundo. Para isso, é basilar que a assimilação, os conhecimentos prévios dos educandos e seus espaços de vivência sejam considerados. A acomodação de novos conceitos, atitudes e valores por meio da mediação docente e a consequente equilibração deles é resultado também de uma educação comprometida com a autonomia e cidadania dos educandos.

Compreende-se que é possível introduzir, aprofundar e consolidar objetos de conhecimento geográficos baseados na Teoria do desenvolvimento cognitivo de Piaget. A partir da percepção, observação, descrição, problematização, exploração, por meio de diferentes interações e, mesmo brincadeiras, em outras palavras, desequilíbrios, acertos, erros, equilibração, vislumbra-se a aprendizagem significativa de maneira a fomentar a que os estudantes compreendam e ajam de maneira ética no mundo.

Considerações finais

Os conceitos apresentados neste trabalho – assimilação, acomodação e equilibração – constituem elementos essenciais para a teoria do desenvolvimento cognitivo de Jean Piaget (1975;1996). Eles oferecem uma compreensão profunda de como as crianças constroem o conhecimento, ajustando e reestruturando seus esquemas mentais para se adaptarem ao ambiente.

Desse modo, compreender esses processos é fundamental para educadores e responsáveis, pois isso os capacita a apoiar e promover o desenvolvimento cognitivo saudável das crianças, proporcionando experiências desafiadoras e oportunidades de aprendizado que estimulem a assimilação, acomodação e equilíbrio constantes.

Em relação à proposta de estudo aqui apresentada, a Teoria do Desenvolvimento Cognitivo de Jean Piaget (1975;1996) pode ser relacionada ao ensino de Geografia de várias formas, especialmente no que diz respeito à compreensão da maneira como os alunos aprendem e processam informações geográficas, partindo desde seu lugar de convivência cotidiana chegando a conceitos mais complexos.

Consideramos que os professores de Geografia podem recorrer aos quatro estágios para adaptar seu ensino às habilidades cognitivas dos alunos em diferentes idades. Por exemplo, ao introduzir conceitos geográficos complexos, como a noção de região, os docentes podem ajustar as atividades e materiais de acordo com o estágio de desenvolvimento cognitivo dos alunos.

Em suma, a Teoria do Desenvolvimento Cognitivo, proposta por Piaget (1975;1996), nos fornece uma estrutura útil para compreendermos como os alunos aprendem Geografia e como os professores podem adaptar suas práticas de ensino para promover uma compreensão mais profunda e significativa dos conceitos geográficos.

Portanto, ao incorporar princípios do construtivismo e reconhecendo a importância do pensamento espacial e do desenvolvimento moral, os educadores podem promover ambientes de aprendizagem geográfica mais eficazes e envolventes para seus alunos.

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 01 maio 2024.
- _____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: História, Geografia**. Vol.5. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- CALLAI; Helena Copetti. Aprendendo a ler o mundo: a Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental. **Cad. Cede**, Campinas, vol. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007, 85p.
- FERREIRA, Sandra Patrícia Ataíde; LAUTERT, Síntria Labres. A tomada de consciência analisada a partir do conceito de divisão: um estudo de caso. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 16, p. 547-554, 2003.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.
- Gil, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- LEITE, Cristina Maria Costa. **O Lugar e a Construção da Identidade: Os significados construídos por professores de Geografia do Ensino Fundamental**. 239 f Tese (doutorado) – Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, 2012.
- PIAGET, Jean. A teoria de Piaget. In: MUSSEN, Paul H. Mussen (Org.), **Desenvolvimento cognitivo**. São Paulo: EDU, 1975.
- _____. **Biologia e Conhecimento**. 2. ed. Vozes: Petrópolis, 1996.
- TAFNER, Malcon. A construção do conhecimento segundo Piaget. **Cérebro & Mente**, n. 08, 2008. Disponível em: <https://cerebromente.org.br/n08/mente/construtivismo/construtivismo.htm>. Acesso em: 28 nov. 2023.
- Enviado em 31/08/2024
Avaliado em 15/10/2024

A IMPORTÂNCIA DOS CUSTOS PARA A FORMAÇÃO DO PREÇO DE VENDA

Franklin Vieira de Araújo²⁴
Elyvelton Andrade dos Santos²⁵
Noedson Rocha de Araújo²⁶

Resumo

As dificuldades das empresas a partir das crises econômicas do mercado trazem a necessidade de controle dos gastos do processo produtivo de produtos e serviços com reflexo direto na formação do preço de venda. Nesse sentido, esse estudo foi desenvolvido de forma descritiva e qualitativa, por pesquisa bibliográfica, necessária para estabelecer a importância dos custos para a formação do preço de venda, analisando a importância desse elemento no processo. Concluiu-se que os custos devem ser acompanhados pelos gestores, embasando decisões acertadas quanto à formação do preço de venda, como importante arma contra uma concorrência cada vez mais agressiva.

Palavras-chave: Controle; Formação do preço de venda; Custos.

Abstract

The difficulties faced by companies resulting from economic market crises bring about the need to control expenses in the production process of products and services, with a direct impact on the formation of the sales price. In this sense, this study was developed in a descriptive and qualitative way, through bibliographical research, necessary to establish the importance of costs for the formation of the sales price, analyzing the importance of this element in the process. It was concluded that costs must be monitored by managers, supporting correct decisions regarding the formation of the sales price, as an important weapon against increasingly aggressive competition.

Keywords: Control; Formation of the Sales Price; Costs.

²⁴ Professor do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências de Timbaúba/PE, nas disciplinas de Contabilidade Básica II, Contabilidade de Custos, Contabilidade Gerencial, Controladoria, Estrutura das Demonstrações Contábeis e Metodologia Científica. Professor dos cursos Tecnólogos de Logística e de Gestão de TI da Faculdade de Ciências de Goiana/PE, nas disciplinas de Contabilidade Empresarial, Aspectos Financeiros da Tecnologia da Informação e Fundamentos da Economia Empresarial.

²⁵ Graduação em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências de Timbaúba. Especialização em Gestão e planejamento tributário pela faculdade de ciências de Timbaúba. Experiência na área tributária, com ênfase em Ciências Contábeis, Analista fiscal/Contábil na Felipe Pacheco Assessoria Contábil, professor na Faculdade de ciências de Timbaúba.

²⁶ Coordenador do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências de Timbaúba/PE. Professor das disciplinas de Contabilidade básica I; Análise das Demonstrações Contábeis; Ética e Legislação Contábil do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências de Timbaúba/PE. Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e pós-graduação pela Associação Cultural e Educacional de Vilhena

Introdução

No contexto em que estamos inseridos, a concorrência aumenta a cada dia e faz com que as empresas necessitem de ferramentas que auxiliem e maximizem seu funcionamento, a fim de tornar seus produtos cada vez mais atraentes aos consumidores.

Dessa forma um desafio que muitas empresas têm é conseguir baixar seus preços para conseguirem se sobressair no mercado, porém baixar preços sem perder a qualidade é cada vez mais difícil e é justamente através de um controle cada vez maior dos custos que se pode ter o menor preço possível com o maior lucro.

Custos são medidas monetárias dos sacrifícios financeiros, compreendidos como sendo a utilização de um bem ou serviço para a obtenção de outros bens e serviços, com os quais uma organização, uma pessoa ou um governo têm de arcar a fim de atingir seus objetivos no mercado no qual estão inseridos.

Nesse aspecto, a contabilidade de custos é quem pode fornecer as ferramentas necessárias para auxiliar as empresas a vencer esse desafio, pois o conhecimento dos custos é a chave para que se possa formar um preço justo de maneira a tornar o produto da empresa muito mais atraente aos olhos dos consumidores, aumentando o seu lucro.

Surge, então, um problema a ser discutido: qual a importância dos custos no processo de formação do preço de venda dos produtos? Para responder, é necessário classificar corretamente os custos no processo produtivo, determinar as ferramentas da contabilidade de custos que mais se adequam a esse processo, permitindo, assim, analisar a importância do elemento de custos na formação do preço de venda.

Diante do exposto, recorrer à contabilidade de custos permite às empresas oferecerem os melhores preços, proporcionando um produto mais competitivo no mercado.

Metodologia

A presente pesquisa se desenvolveu através de uma natureza descritiva, caracterizada como sendo uma modalidade que “[...] exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade” (Gerhardt & Silveira, p.35, 2009) e de uma abordagem qualitativa definida como sendo um tipo de abordagem que “[...] não se preocupa com representação numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização” (Gerhardt & Silveira, p.31, 2009). Com isso buscou-se compreender qual é a importância dos elementos de custos para a formação do preço de venda dos produtos e quais o impacto sobre os resultados das empresas.

Lamy (2020) coloca que o método de coleta de dados faz referência à maneira procedimental pelo qual as informações sobre o objeto de pesquisa são reunidas. Diante disso, os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa foram a investigação bibliográfica e documental, tendo como principais fontes artigos científicos, livros e *sites* que abordam o tema proposto.

Custos voltados para a contabilidade

As crises financeiras enfrentadas pelo país tornam o mercado cada vez mais competitivo e as empresas necessitam mais do que nunca de um diferencial para conquistar clientes, diferencial esse que possa consolidar sua posição no mercado, trazendo qualidade e aceitação de seu produto.

A contabilidade de custos é o ramo da contabilidade que se destina a produzir informações para os diversos níveis gerenciais de uma entidade, como auxílio às funções de determinação de desempenho, de planejamento e controle das operações e de tomada de decisões (Leone, 2010).

Desta forma, a contabilidade de custos tem a função de apurar e fornecer informações auxiliando os principais usuários a tomarem decisões importantes para a sobrevivência da empresa e para Santos (2011), a necessidade de controle pelas empresas fez com que a apuração dos custos ganhasse importância desde o início do capitalismo, pois representava o meio pelo qual o comerciante obtinha resposta sobre o lucro do seu negócio, bastando confrontar as receitas com as despesas.

Antes de se colocar o preço em um produto ou serviço é necessário realizar um estudo sobre os custos que os mesmos têm, é necessário saber quanto esse produto custou desde sua aquisição até a entrega ao cliente, após ter esses dados em mãos dependendo da necessidade da empresa ou do mercado o preço de venda pode ser formado.

De acordo com as necessidades gerenciais, apresentadas pelos diversos níveis gerenciais, a contabilidade de custos vai-se organizar em termos de sistemas de acumulação de dados, de critérios de avaliação e de apropriação dos custos a seus portadores componentes organizacionais, atividades e operações, serviços e produtos e outros objetos do custeio, para produzir relatórios que satisfaçam às exigências dos diversos usuários (Leone, 2010).

Após ter em mãos os relatórios com informações sobre o custo começa a formação do preço de venda, lembrando que o lucro vai depender da necessidade da empresa na hora de fixar preços, você pode querer um preço mais alto para consequentemente ter um lucro alto ou um preço menor que garanta lucro e tenha o preço mais atraente no mercado por exemplo.

O mercado também influencia no preço, pois não se pode pedir mais do que o mercado está disposto a pagar por seu produto, por exemplo a concorrência cobra um preço X, logo não se pode pedir um preço 2X, pois, existirá aí uma desvantagem de preço em relação a concorrência.

Diante do exposto fica clara a necessidade de apurar quanto se gasta para fabricar ou vender um produto para que assim seja possível formular o preço que lhe ofereça o máximo de lucro com o mínimo de custos possível.

Com um mercado cada vez mais globalizado, as empresas atravessam fronteiras, vencendo barreiras demográficas e expandindo seus negócios. Em contrapartida, o mercado tornou-se ainda mais competitivo e disputado.

O início do século XX foi marcado por uma onda de incorporações de empresas, surgindo algumas organizações gigantescas como a General Electric, American Tobacco Company, Du Pont, entre outras. Essas companhias atuavam em múltiplas atividades, tendo necessidades de informações sobre a posição do lucro final detalhado do que era produzido como base para justificar a relevância de se discutirem novos sistemas de contabilidade gerencial e alocação de custos (Fontoura, 2013, p.5)

Para Leone (2010), a contabilidade de custos tornou-se cada vez mais importante, interagindo constantemente com a contabilidade geral pois a partir de dados que são coletados na contabilidade geral é possível mensurar, organizar e fornecer as informações necessárias de acordo com a necessidade da empresa, através da elaboração de suas demonstrações contábeis.

Classificação dos custos

Para manter um controle eficiente e eficaz dos custos é primordial que haja uma correta classificação dos seus elementos. Com isso, os custos podem ser classificados de acordo com a possibilidade de sua mensuração e a necessidade de sua informação.

A contabilidade de custos olha os custos de maneira diferente para produzir informações diferentes que atendam a necessidades gerenciais diferentes. Olhar os custos de maneira diferente significa simplesmente que o contador de custos estabelece diferentes sistemas de custos e adota critérios diferentes de avaliação, cálculo e alocação para fornecer informações específicas exigidas por ambientes de produção e de administração em constante mutação (Leone, 2010).

Para Fontoura (2013) abordar os custos de maneira diferente produz informações variadas, principalmente nos cenários de constantes mutações, onde o contador de custos deve sempre buscar novas informações, utilizando-se do bom senso ao usar novos critérios, certificando-se de que sejam os mais adequados.

Para as empresas, a classificação dos custos segue o que a literatura preconiza, segundo o que os principais sistemas de custeio, utilizados atualmente por diversas corporações, necessitam para subsidiar a tomada de decisão. São os seguintes a serem observados:

- a) **Custo Direto:** caracteriza-se por estar diretamente ligado à produção e pode ser facilmente alocado a cada produto. Para Martins (2018), pode ser diretamente apropriado aos produtos, bastando haver uma medida de consumo como quilogramas, embalagens utilizadas, horas de mão-de-obra, entre outros.
- b) **Custo Indireto:** é considerado indireto o custo que não pode ser facilmente apropriado ao produto, sendo necessário adoção de um critério de rateio, pois não oferece condição de uma medida objetiva, diz Martins (2018), assumindo uma estimativa arbitrária, a exemplo do aluguel, da supervisão, etc.
- c) **Custo Fixo:** é considerado fixo o custo que não é alterado pelo aumento ou diminuição da produção, permanecendo praticamente igual, mesmo que a base de volume de referência varie. Fontoura (2010) complementa, ainda, que nessa tipologia o custo unitário varia de acordo com o volume da produção ou serviço.
- d) **Custo variável:** para ser tipificado como custo variável o elemento de custo deve variar de acordo com o volume das atividades, que para Leone (2010) devem estar representados por bases de volume, que são geralmente medições físicas. A título de exemplo, pode ser citada a matéria prima que varia na medida das unidades produzidas durante o processo de fabricação. Contudo, Fontoura (2013) salienta que esse tipo de custo tem como característica ser fixo quando se trata de custo unitário.

Ferramentas gerenciais aplicadas na análise dos custos

A contabilidade de custos, em alinhamento com outras áreas de atuação da contabilidade, utiliza-se de ferramentas capazes de organizar os custos e permitir uma análise mais eficaz dos seus impactos na formação do preço de venda e, conseqüentemente, no resultado das empresas. As principais e mais utilizadas pela contabilidade de custos para atingir esse fim são:

a) Ponto de equilíbrio

Santos (2011) fala que essa análise, realizada entre receitas de vendas e custos, é muito importante como instrumento de decisão gerencial e que o sucesso financeiro de qualquer empreendimento empresarial está condicionado à existência da melhor informação gerencial. Assim, o ponto de equilíbrio é o momento em que a empresa não tem lucro nem prejuízo, ou seja, a sua receita é igual aos seus custos e é de extrema importância conhecê-lo para que seja possível tomar decisões importantes a respeito do futuro da empresa.

Torna-se extremamente relevante avaliar e calcular o volume de vendas necessário para cobrir os custos e, a partir daí, começar a formar o resultado positivo, que refletirá no lucro esperado pelo empresário. Como a necessidade de informação por parte dos seus gestores recai sobre variadas perspectivas financeiras e econômicas, essa ferramenta, como forma de atingir o fim esperado, assume direcionadores que avaliam determinados aspectos dos elementos de custos baseado em sua relação direta com os desembolsos realizados e/ou com padrões de referência do mercado, como forma de avaliar o desempenho da estratégia adotada.

Nesse sentido, essa ferramenta pode ser direcionada ao cálculo do Ponto de Equilíbrio Contábil que, segundo Ferreira (2018), representa o quociente simples da divisão dos valores dos custos e despesas fixas pela margem de contribuição unitária, não havendo lucro e nem prejuízo contábil e ressalta-se, ainda, que é bastante utilizada no auxílio à tomada de decisão de caráter mais urgente; ao cálculo do Ponto de Equilíbrio Econômico, quando leva-se em consideração o custo de oportunidade, ou seja, quanto determinado capital geraria de lucro se fosse investido em alguma outra atividade, possibilitando, também, que a empresa possa conhecer o lucro que almeja, e ao cálculo do Ponto de Equilíbrio Financeiro, que leva em consideração gastos considerados não desembolsáveis, ou seja, aqueles gastos que a empresa reconhece em sua contabilidade, mas não realiza um desembolso para pagamento, a exemplo da depreciação.

b) Departamentalização dos custos

Outra ferramenta utilizada é a departamentalização, que segundo Leone (2019), representa o “resultado de um estudo feito pela administração da empresa, que leva em conta as várias especialidades e as diversas atividades ou funções”. Essa ferramenta preconiza que se deve separar as atividades de uma empresa de acordo com a natureza de cada uma delas, procurando maior eficiência nas operações e permitindo um maior controle dos gastos realizados no processo, o que proporciona uma tomada de decisão mais acertada para a formação do preço de venda.

Essa ferramenta trabalha com os custos indiretos, pois são os que necessitam de um maior controle e apresentam uma maior dificuldade quando da sua apropriação aos produtos durante o processo produtivo.

c) Método de custeio baseado em atividades (ABC)

A ferramenta gerencial mais utilizada na atualidade pela contabilidade de custos no suporte à tomada de decisão é o método de custeio baseado em atividades (ABC), pois o avanço cada vez maior da tecnologia e o mercado cada vez mais competitivo fez com que as empresas necessitassem de um controle cada vez maior dos custos, afim de ter o mínimo de custo e a melhor qualidade possível, sendo esse tipo de custeio capaz de fornecer informações sobre os custos de maneira mais organizada e precisa.

Uma das razões para o aparecimento do novo critério baseia-se na evolução tecnológica, que alterou bastante a composição dos custos dos fatores de produção, tornando mais significativos os custos indiretos de fabricação e menos significativos, como consequência, os custos do fator mão de obra direta (Leone, 2010, p. 250).

Nesse tipo de custeio os custos são alocados aos produtos de acordo com cada atividade que é necessária para sua produção, não obstante, é extremamente importante conhecer aqueles custos que não representam parcela significativa no custo de um produto.

Dentre os sistemas mais modernos de custeio, apresenta-se o método, de custos baseado no estudo do custo das atividades. Esse método visa alocar os custos indiretos através de direcionadores de custos. Os custos ditos indiretos, por outros métodos, são alocados diretamente aos produtos, ou serviços, sendo primeiramente, direcionados as atividades de processos produtivos ou auxiliares a produção. A sigla ABC deriva da tradução do inglês “custeio baseado nas atividades”. (Fontoura, 2013, p. 101).

A finalidade do método ABC é apropriar os custos às atividades executadas pela empresa e, a partir desse momento, rateá-los de forma adequada aos produtos de acordo com as atividades inerentes a cada um deles.

O sistema ABC corresponde ao custeio baseado em atividades. Esse sistema parte da premissa de que as diversas atividades desenvolvidas pela empresa geram custos, e que os diversos produtos consomem/utilizam essas atividades. Na operacionalização do sistema, procura-se estabelecer a relação entre atividades e produtos, utilizando-se o conceito de *cost drivers*, ou direcionadores de custos. Apuram-se os custos das diversas atividades, sendo esses custos alocados aos produtos via direcionadores (Catellie Guerreiro, 1994 *apud* Leone, 2010, p. 253).

Formação do preço de venda com base nos custos

Um grande desafio para as empresas é sem dúvida formar o melhor preço de venda possível, ou seja, um preço que pague seus custos, seja capaz de gerar lucro e competitivo no mercado, daí a importância de se conhecer os custos de determinado produto, porém outros fatores também devem ser levados em consideração na hora de formular um preço.

Dentro dessa ótica, devem ser observadas também a oferta, a demanda, por quanto determinado produto é vendido no mercado por concorrentes e quanto a empresa almeja de retorno sobre o seu investimento, pois também têm influência no preço.

Vários autores definem que a formação de preços não é realizada por cálculos de custos, e sim pela competitividade e adequações de mercado. Em linhas gerais todo produto tem um equilíbrio entre o preço e a demanda, e a organização precisa ter uma gestão integrada (estratégia, custos e *marketing*), para perceber esse ponto de maximização dos resultados (Fontoura, 2013).

“A preocupação em formar preços está ligada às condições de mercado, às características da concorrência, aos custos, ao nível de atividade e à remuneração do capital investido (lucro)” (Santos, 2005).

Para administrar preços de venda, sem dúvida é necessário conhecer o custo do produto; porém essa informação, por si só, embora seja necessária, não é suficiente. Além do custo, é preciso saber o grau de elasticidade da demanda, os preços de produtos dos concorrentes, os preços de produtos substitutos, a estratégia de *marketing* da empresa etc.; e tudo isso depende também do tipo de mercado em que a empresa atua, que vai desde o monopólio ou do monopólio até a concorrência perfeita, mercado de commodities, etc. (Martins, 2018).

Nesse tipo de formatação, os custos são tomados como valor base para formação de um preço, adicionado de despesas com vendas e o lucro desejado, o que representa a maneira mais tradicional utilizada por empresas de pequeno porte, como também é a maneira mais simples de calcular e fixar um preço para determinado item.

Nesta forma de calcular preços-preços de dentro para fora-, o ponto de partida é o custo do bem ou serviço apurado segundo um dos critérios estudados: Custeio por Absorção, Custeio variável etc. Sobre esse custo agrega-se uma margem, denominada Markup, que deve ser estimada para cobrir os gastos não incluídos no custo, os tributos e comissões incidentes sobre o preço e o lucro desejado pelos administradores (Martins, 2018).

MARK-UP

O método de formação de preço denominado *mark-up* é uma porcentagem que é aplicada sobre o custo de um determinado produto a fim de fixar seu preço. O Instituto de Auditoria Independente do Brasil (IBRACON) (2000) complementa dizendo que o método representa um índice multiplicador ou divisor que, aplicado ao custo do produto, fornece o preço de venda.

O índice serve para calcular o preço de venda, e cobre os custos de vendas, como impostos e taxas e margem de contribuição (% para cobertura dos custos fixos + % lucro desejado). O índice Mark-up denomina-se índice multiplicador em função de que ele multiplica o custo de fabricação para formar o PVI, ou preço de venda ideal. Então o preço é calculado da seguinte forma: índice *Mark-up* = PVI pelo custeio variável (Fontoura, 2013).

O método de custeio ABC também pode ser utilizado para auxílio na formação do preço de venda, pois possibilita uma real alocação de custos a todos os produtos. Sendo assim, para formar o preço seria necessário apenas acrescentar o lucro desejado ao produto que fosse comercializado.

Com base no ABC tem-se a possibilidade de uma alocação mais racional de muitos custos e despesas a todos os produtos. Por isso alguns autores e profissionais chegam a praticar essa alocação com o objetivo de, conhecido o custo mais a despesa global de um produto, determinar então seu preço de venda, bastando para isso adicionar o lucro desejado por unidade (Martins, 2018).

Outro ponto que deve ser considerado é que o ABC só é indicado em economias em que o preço seja controlado pelo governo ou que no mercado o produto tenha características que possibilitem o vendedor utilizar técnicas de venda capazes de realizar a negociação com determinado produto, isso ocorre pelo fato de existirem outras variáveis que influenciam no preço do produto.

É claro que esse raciocínio só poderia valer, em princípio, assim como no caso do RKW, para mercados monopolísticos ou de oligopólio, ou então na situação de preços absolutamente controlados pelo Governo. Para essas situações de ausência de concorrência essa forma do ABC é de fato muito boa; diríamos que muitíssimo melhor do que RKW, já que ele introduz uma análise muito mais forte e de muito melhor qualidade para os rateios. Por outro lado, há os mercados de concorrência monopolística, também chamados de concorrência imperfeita, em que os produtos e serviços ofertados pela empresa possuem características exclusivas; nesse tipo de mercado há concorrência, mas o vendedor possui certa margem de manobra sobre o preço, e aí o ABC também é muito útil (Martins, 2018).

Existem vários métodos de fixação de preço de venda, mas o que vai indicar qual o melhor a ser utilizado pela empresa é a sua necessidade de lucro, o mercado em que ela está inserida e a sua concorrência, enfim é necessário um estudo minucioso antes de decidir que método usar.

Considerações Finais

Partindo do princípio teórico dos grandes autores da contabilidade de custos, pode-se concluir que a contabilidade de custos tem papel importantíssimo na formação de preços, pois sabendo o quanto se gasta em determinado item fica mais fácil coletar e registrar as informações necessárias para que seja possível formular um preço para o mesmo.

As empresas precisam desse controle e da análise dos custos, como subsídio para a tomada de novas decisões, além de que, trabalhando dados operacionais históricos, estimados, padronizados e produzidos, representam uma forte vantagem para se destacarem no mercado, uma vez que a contabilidade de custos deve fornecer informações de custos diferentes para atender as mais variadas necessidades gerenciais dos gestores.

Diante do exposto é possível ver que os métodos de custeio juntamente com os tipos de custos visam todos os gastos para que possa ser vendido um produto ou prestado um serviço, dando suporte para que seja possível um maior controle dos custos, podendo, se for a necessidade da empresa, baixa-los.

A partir desse ponto é possível escolher o melhor método de custeio para a empresa que assim terá uma ferramenta muito poderosa no que diz respeito ao controle de custos e à maximização do preço de venda *versus* lucro pretendido, o que hoje no mercado é um grande desafio para as empresas.

Referências

- FERREIRA, R. J. **Contabilidade de custos: teoria e questões comentadas**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bookwire - Editora Ferreira, 2018. 481 p. Disponível em: <https://elibro.net/pt/ereader/faculdadedetimbauba/184622?page=204>. Acesso em: 12 Jun 2024.
- FONTOURA, Fernando Batista Bandeira. **Gestão de Custos: Uma visão integrada e prática dos métodos de custeio**. São Paulo: Atlas, 2013.
- IBRACON, Coleção de Seminários CRC-SP, **Custos ferramenta de gestão**. São Paulo: Atlas, 2000.
- LAMY, M. **Metodologia da pesquisa: Técnicas de investigação, argumentação e redação**. 1. ed. São Paulo: Bookwire - Matrioska Editora, 2020. 450 p. Disponível em: <https://elibro.net/pt/ereader/faculdadedetimbauba/208378?page=1>. Acesso em: 10 Jun 2024.
- LEONE, George Sebastião Guerra; LEONE, Rodrigo José Guerra. **Curso de contabilidade de custos**. 4 ed. São Paulo: Atlas 2010.
- MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 11º ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- QUEIROZ, João Edson F. Filho. **Contabilidade de custos e formação de preço**. Ceará, 2008.
- SANTOS, Joel. **Análise de custos**. 4ºed. São Paulo: Atlas 2005.
- SANTOS, Joel José. **Contabilidade e análise de custos**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- Enviado em 31/08/2024
Avaliado em 15/10/2024

CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TECNOLOGIA: A IMPORTÂNCIA DA EVOLUÇÃO DO PROFISSIONAL CONTÁBIL NO MUNDO DIGITAL

Franklin Vieira de Araújo²⁷
Noedson Rocha de Araújo²⁸
Simone Monteiro de Sousa²⁹

Resumo

A contabilidade acompanha a evolução da humanidade e vem sendo aprimorada ao longo do tempo, exigindo ferramentas tecnológicas cada vez mais sofisticadas que agregam valor ao trabalho dos contadores. Demonstrar a importância da evolução do profissional contábil no mundo digital e o impacto na qualidade dos seus serviços é o objetivo desse estudo. Desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa, através de pesquisa bibliográfica, o estudo percebeu que apesar dos constantes desafios relacionados à era digital, os profissionais contábeis estão cada vez mais se utilizando de tecnologia dentro de uma contabilidade digital para acompanhar um mercado de trabalho mais modernizado.

Palavras-chave: Contabilidade Digital; Profissional Contábil; Tecnologia.

Abstract

Accounting follows the evolution of humanity and has been improved over time, requiring increasingly sophisticated technological tools that add value to the work of accountants. Demonstrating the importance of the evolution of accounting professionals in the digital world and the impact on the quality of their services is the objective of this study. Developed from a qualitative approach, through bibliographical research, the study realized that despite the constant challenges related to the digital era, accounting professionals are increasingly using technology within digital accounting to keep up with a more modernized job market.

Keywords: Digital Accounting; Accounting Professional; Technology.

²⁷ Professor do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências de Timbaúba/PE, nas disciplinas de Contabilidade Básica II, Contabilidade de Custos, Contabilidade Gerencial, Controladoria, Estrutura das Demonstrações Contábeis e Metodologia Científica. Professor dos cursos Tecnólogos de Logística e de Gestão de TI da Faculdade de Ciências de Goiana/PE, nas disciplinas de Contabilidade Empresarial, Aspectos Financeiros da Tecnologia da Informação e Fundamentos da Economia Empresarial.

²⁸ Coordenador do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências de Timbaúba/PE. Professor das disciplinas de Contabilidade básica I; Análise das Demonstrações Contábeis; Ética e Legislação Contábil do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências de Timbaúba/PE. Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e pós-graduação pela Associação Cultural e Educacional de Vilhena

²⁹ Empresária no ramo de vestuário e cosméticos com experiência em prestação de serviços financeiros e de crédito em instituição financeira. Graduação em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências de Timbaúba/PE.

Introdução

A Ciência Contábil, como qualquer outra área de conhecimento, exige dinamismo e capacidade de adaptação. Os trabalhos, antes mais burocráticos, tornam-se mais simples a partir do surgimento de novos recursos tecnológicos, revelando a necessidade das empresas por serviços céleres e de qualidade.

Nesse contexto, os investimentos em tecnologia, buscam otimizar sua produção e permitem que continuem ativas em um mercado cada vez mais competitivo, oferecendo agilidade nas informações e uma maior eficiência do profissional contábil que assessora na tomada de decisões, exigindo do contador uma constante atualização sobre as mudanças e as ferramentas tecnológicas disponíveis, oferecendo um suporte cada vez mais especializado.

O objetivo geral desse estudo é demonstrar a importância da evolução do profissional contábil no mundo digital e o impacto na qualidade dos seus serviços. Para isso, faz-se necessário evidenciar a importância do avanço tecnológico no desenvolvimento das entidades; discutir a Contabilidade Digital e seu impacto na qualidade dos serviços oferecidos pelos profissionais de contabilidade; demonstrar o grau de desenvolvimento dos profissionais de contabilidade no cenário tecnológico atual das empresas, e avaliar o seu impacto positivo, suas dificuldades em relação às novas ferramentas e o ganho que essa evolução traz para a profissão.

Pressupõe-se que as novas tecnologias influenciam de maneira positiva a rotina dos contadores que utilizam meios eletrônicos na prestação de serviços e que os escritórios de contabilidade que utilizam os programas de controles internos integrados, conhecidos como *Enterprise Resource Planning* (ERP), ganham cada vez mais mercado.

A chegada dos sistemas de informações contábeis possibilitou que essas informações tivessem mais qualidade, precisão, relevância, segurança e confiabilidade. Para adaptar-se a essas mudanças, os contadores precisam estar dispostos a investir em tecnologia, o que significa aprender como usar novos *softwares*, ferramentas e sistemas para melhorar a eficiência do trabalho. Além disso, é importante manter-se atualizado sobre as últimas inovações tecnológicas, possibilitando que a empresa possa estar sempre um passo à frente.

Também se faz importante lembrar que, para a obtenção de êxito na integração dos sistemas com a contabilidade, não basta apenas dispor de equipamentos e programas, é preciso desenvolver um trabalho de integração entre os seus usuários, de forma que todos obtenham os resultados esperados, sem prejuízo da consistência da informação (Oliveira, 2014).

Devido à complexidade e às exigências do mercado atual, a contabilidade procura evoluir e adaptar-se às suas demandas informacionais, pois cada ramo de atividade possui as suas peculiaridades e necessidades de informação para subsistir e alcançar vantagem competitiva. Dessa forma, coube à contabilidade constituir um sistema de informações que atendessem e amparassem a necessidade de tais informações para a tomada de decisões diárias dos gestores.

Metodologia

O estudo foi classificado como uma pesquisa aplicada e de natureza exploratória que buscou se familiarizar com o tema e coletar informações para entender melhor os conceitos e ideias que explicam a importância da tecnologia para a contabilidade e a evolução da profissão contábil em meio à era digital.

Por ser de natureza exploratória, a abordagem utilizada foi classificada como qualitativa, pois, segundo Richardson (2017), utilizou-se da coleta de dados sem medição numérica para encontrar pesquisas no processo de interpretação, permitindo revelar situações do cotidiano e identificando processos que podem passar despercebidos em razão de se tornarem rotina.

O enfoque baseou-se em métodos de coleta de dados não padronizados nem totalmente pré-determinados. Procurou-se trabalhar com as realidades objetivas e subjetivas do tema proposto, não se preocupando apenas com o resultado, mas também com o processo. Não foi efetuada uma medição numérica, portanto, a análise não foi estatística (Richardson, 2017, p.30).

Quanto aos procedimentos metodológicos, foram utilizadas pesquisas bibliográficas através de consultas a livros, revistas, meios eletrônicos e artigos científicos atuais sobre o tema em questão, destacando autores como Iudícibus (2020), Andrade (2009), Siebel (2021) e Oliveira (2014), autores renomados e de profundo conhecimento na área contábil.

Sobre a pesquisa bibliográfica, Lakatos e Marconi (2003, p. 66), afirmam que: “a pesquisa oferece meios para resolver não somente problemas conhecidos, mas também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente”. Assim, foram aplicados conhecimentos úteis, alterados conforme avanço da ciência, envolvendo temas e assuntos de interesse universal, a partir das necessidades do mercado e das evidências levantadas acerca da importância do desenvolvimento do profissional contábil.

Contabilidade e sua evolução

A contabilidade é uma ciência cuja linguagem, há milhares de anos, é usada nas mais variadas áreas de conhecimento e a sua evidência mais antiga vem da civilização mesopotâmica que mantinha os primeiros registros de comércio e recebimento de mercadorias, relacionados aos registros originais dos antigos egípcios e babilônios, que usavam métodos de contabilidade primitivos para registro de transações detalhadas envolvendo os bens (Andrade, 2009).

Historicamente, a Contabilidade sempre se adequou aos desenvolvimentos econômicos e sociais nas várias épocas, desde os rudimentares desenhos nas paredes das cavernas dos homens pré-históricos, pintando principalmente animais, uma espécie de inventário rudimentar, passando pelas antigas civilizações sumério-babilonense, egípcia, grega, romana e medieval, luzindo extraordinariamente na renascença italiana, revolução industrial, e no surgimento das grandes potências econômicas da Europa, Estados Unidos e mais recentemente da Ásia.

Note-se que a Contabilidade não apenas serviu para contabilizar os fenômenos econômicos das várias épocas, mas também, em um efeito circular, facilitou os progressos econômicos e civilizatórios nos vários países e continentes. (Iudícibus, 2020, p 32).

O contismo foi a primeira escola do pensamento contábil, surgindo no século XV, especialmente com a obra do Frei Luca Bartolomeu Pacioli que publicou no seu livro “*Summa Arithmética, Geometria, Proportioni et Porortionalitá*”, em 1494, a sistematização de um método de escrituração baseado em estudos anteriores sobre a teoria dos números positivos e negativos na contabilidade, conhecido como método das partidas dobradas, onde para todo débito existe um crédito de igual valor, corrente também impulsionada pela literatura da época.

Desde que Luca Pacioli (1494) descreveu pela primeira vez o sistema de débito, crédito, livro diário e livro razão, grandes mudanças ocorreram devido a avanços econômicos e tecnológicos. As empresas devem usar a contabilidade no registro de transações em suas atividades diárias, gerando relatórios por meio de demonstrações financeiras.

O aumento de complexidade, variedade e volume das operações realizadas nas organizações tem sido significativo ao longo da história. Parte disso foi provocada pelas mudanças ambientais, políticas e sociais que afetaram as instituições e, por extensão, o contador e sua forma de trabalhar. (Marion, 2022, p. 228).

O final do século XX marcou uma nova realidade informacional para a contabilidade, especialmente após a criação da rede mundial de contabilidade na Internet (*Internacional Accounting Network*), que possui alguns servidores que permitem o acesso à informação contábil a qualquer hora e em qualquer parte do planeta.

Ao longo do tempo, o contador contou com diversas ferramentas de apoio para auxiliá-lo em suas tarefas contábeis. Tais ferramentas vão desde a calculadora, passando pelas máquinas contábeis mecanizadas, até, mais recentemente, o computador e as ferramentas digitais disponibilizadas no mercado.

O avanço da tecnologia no ambiente empresarial

O avanço da tecnologia vem, ao longo dos anos, trazendo novidades e ferramentas capazes de otimizar trabalhos, e com o início da digitalização pode-se identificar um crescimento extraordinário da produtividade entre organizações e governos. Antes que os grupos de trabalho começassem a adotar computadores pessoais na década de 80, a computação era centralizada e usada apenas por um pequeno grupo de administradores.

A chegada do computador marcou o início de uma grande flexibilidade na forma de execução das tarefas, em que os trabalhadores podiam controlar seus horários e fazê-lo de forma mais eficiente. Além dos cálculos, os trabalhadores poderiam executar tarefas como processamento de texto e design gráfico, e com os sistemas de grupos de trabalho de e-mail, as comunicações transformaram-se. A digitalização de cálculos, planilhas e bancos de dados — previamente criados e mantidos manualmente — transformados de horas, dias ou até meses de trabalho humano em segundos de lógica automatizada disponível pelo teclado.

Os primeiros anos da internet causaram disrupção nos negócios, no governo, na educação — todos os aspectos de nossas vidas. As empresas inovadoras simplificaram os processos, tornando-os mais rápidos e robustos do que seus equivalentes analógicos. Recursos humanos e sistemas de contabilidade automatizados significavam que os serviços dos funcionários e a folha de pagamento operavam mais rapidamente e com menos erros. (Siebel, 2021).

A revolução tecnológica que atualmente impulsiona a transformação digital é a inteligência artificial (IA), ciência e engenharia de fazer máquinas inteligentes e programas de computador capazes de aprender e resolver problemas de maneira que normalmente requer inteligência humana. Essa evolução impacta beneficemente as empresas, que melhoram sua produtividade, permitindo realizar diversas melhorias nos processos da organização, o que traz maior eficiência à gestão. Alguns exemplos dessa melhoria, segundo o *site* Blip (2022) são:

a) Maior eficiência na gestão: na gestão financeira, de estoques ou de pessoas, a tecnologia e seus avanços agilizam a comunicação interna da empresa, reduzindo o ruído organizacional e evitando desgastes tanto na equipe quanto junto aos seus clientes.

b) Redução de custos: com uma gestão mais eficiente, a empresa pode identificar de forma mais rápida e simples os gastos desnecessários aos processos, e as mudanças tecnológicas permitem acompanhar de forma mais eficiente o retorno dos investimentos financeiros, em marketing, em contratações, entre outros.

c) Agilidade no contato com clientes e fornecedores: hoje, para além das formas convencionais de contato, como *e-mail* e telefone, já é possível contatar clientes e fornecedores através de aplicativos como *WhatsApp*, por exemplo. Por meio dessa nova funcionalidade, as empresas estão criando uma linha direta, fidelizando ainda mais o cliente, gerando boas experiências na resolução de problemas de forma rápida, além de apresentar as principais informações relacionadas a sua marca.

d) Maior projeção no mercado: a internet gerou uma grande oportunidade para as empresas acessarem os mercados do mundo todo com mais facilidade, tornando possível novas parcerias comerciais em qualquer parte do planeta em tempo real.

e) Impacto da tecnologia no relacionamento com o cliente: criar um relacionamento de longo prazo com o cliente ficou ainda mais fácil, graças às novas tecnologias desenvolvidas no âmbito do marketing e do atendimento. Os recursos tecnológicos buscam oferecer um suporte mais personalizado e direcionado às necessidades do cliente, utilizando o mesmo canal que já utilizam para se comunicar.

O profissional contábil na era digital

A profissão contábil se vê forçada a mudar, seguindo a evolução da tecnologia, e as organizações profissionais buscam um novo método de trabalho, integrando-se de forma sistemática à digitalização profissional que se tornou uma necessidade acentuada dos profissionais que procuram seguir as mudanças tecnológicas, ocupando um lugar de destaque no mercado.

Além disso, a transformação digital mudou também o relacionamento com os clientes, onde o contato, agora, é estabelecido de forma interativa, direta e instantânea com os clientes. As avaliações e mensagens positivas possibilitam que a empresa se torne mais influente do que se fosse promovida por meio de propaganda ou celebridade, cita Rogers (2017).

Com a chegada dos sistemas de informações contábeis, o contador passou a executar suas atividades através de softwares próprios que atendessem aos requisitos necessários a sua função, onde, através deles, as informações passaram a ter mais qualidade, precisão, relevância, segurança e confiabilidade.

O modelo de Contabilidade Digital se propõe a utilizar a tecnologia da informação para automatizar, tanto quanto possível, a escrituração e as demonstrações contábeis, liberando tempo para que o profissional exerça a sua função científica.

Na Contabilidade Digital, as atividades-chave são: consultoria, educação e integração de sistemas. Assim, estarão os profissionais se adequando a esse novo cenário, utilizando a tecnologia a seu favor, já que o mundo está caminhando cada vez mais para o digital e a contabilidade precisa acompanhar esse movimento, com o intuito de não ficar para trás.

Com a chegada da globalização, a essencialidade ao acesso à informação em tempo real passou a ser um método de competitividade no mercado. De acordo com Stelzer, Nascimento e Morella (2009), o mundo globalizado concede a cada país a expansão dos mercados, alcançando culturas novas e produzindo outros mercados.

E com todas as mudanças proporcionadas pela evolução tecnológica, os profissionais de contabilidade podem contar com ferramentas que os permitem transformar sua forma de trabalhar, aproveitando esse momento de transformação para criar oportunidades de crescimento e parcerias duradouras com clientes e colaboradores. O papel do Contador moderno, hoje, é basicamente gerencial e com as ferramentas tecnológicas disponíveis ele auxilia os gestores em suas tomadas de decisão.

Essa nova realidade, exige que a contabilidade evolua e forneça instrumentos decisivos para o crescimento econômico das empresas como, por exemplo, a contabilidade de custos que criou métodos de apuração do custo do concorrente, dos elos de uma cadeia de valor, etc.

Portanto, o modelo contábil antigo não atende mais as necessidades dos gestores, que demandam informações gerenciais dinâmicas e ágeis, tanto nos aspectos relativos à própria empresa, quanto no ambiente em que ela está inserida.

Araújo e Assaf Neto (2003) afirmam que os métodos utilizados pelos gestores para a gestão financeira da empresa mudaram, pois está sendo adotado como objetivo organizacional a maximização da riqueza dos acionistas. Assim, os gestores necessitam de informações que permitam aos acionistas verificarem se os seus fins estão sendo alcançados e cabe à contabilidade apresentar tais subsídios. Também destacam como finalidade primordial da contabilidade, atuar como instrumento de administração e suporte ao planejamento da entidade para a identificação e determinação dos objetivos organizacionais, bem como para a análise de alternativas e projeção das ações futuras.

Com base nos padrões estabelecidos nos planos operacionais, a contabilidade pode acompanhar o andamento do processo de execução das ações e decisões que envolvem a utilização de recursos econômicos e, finalmente, avaliar e analisar o resultado das decisões tomadas. Nesse contexto, o desenvolvimento digital permite que os processos sejam executados de forma mais simples e rápida, ajudando a aumentar a produtividade de todo o escritório e aumentando o número de clientes com que os contadores podem trabalhar ao mesmo tempo.

A contabilidade digital ajuda a gerenciar melhor o tempo do empresário, aliando, no relacionamento entre as equipes, o conhecimento à agilidade de profissionais que começam a buscar um constante crescimento intelectual. Com isso, os profissionais passarão a solucionar os problemas da empresa e aumentar o seu conhecimento (Santos, 2013).

Os sistemas integrados, quando utilizados plenamente pela empresa, representam as principais ferramentas de trabalho dos profissionais de contabilidade, pois permitem o controle de todos os dados registrados, utilizando os filtros disponíveis, independentemente da origem das informações, com o objetivo de gerar relatórios que indiquem todas as parcelas registradas em uma conta, a débito e a crédito, por vários exercícios, e com a posição do saldo atual.

A utilização de planilhas é de grande importância na elaboração de um relatório gerencial bem estruturado, pois possibilitam também gerar gráficos bem ilustrativos, com informações em cascata, na forma de *dashboards*, modelo de relatório que permite sintetizar informações em poucas páginas, no formato de um painel de visualização.

Para Breda (2019), o ritmo acelerado das inovações e tendências globais, e o rápido progresso tecnológico que está acontecendo é surpreendente e esse é um processo irreversível, que marca a entrada em uma nova era e, portanto, os profissionais que se adaptam à Contabilidade Digital podem aprimorar processos e agregar mais eficiência e valor ao seu trabalho. Com isso, aumentam as chances de obtenção de novos serviços e consequente expansão da sua carteira de clientes.

Contabilidade digital

Da mesma forma que empresas procuram investir em tecnologia para melhorar seus resultados, a contabilidade vem aprimorando seu modo de trabalhar, investindo em programas contábeis, que vem facilitando cada vez mais o aumento da produtividade e minimizando os erros, em constante atualização tecnológica e capacitação profissional, automatizando os trabalhos manuais que demandavam muito tempo do profissional contábil.

Com eficientes ferramentas contábeis acontece o aumento da produtividade em todas as áreas da empresa, com redução de custos, integração de dados e todas as funcionalidades que contribuem para a agilidade das atividades diárias.

Um dos principais desafios que a contabilidade enfrenta na era digital é a necessidade de se adaptar rapidamente às mudanças tecnológicas. Além disso, a automação está mudando a maneira como é realizada. Outro grande desafio é garantir a segurança das informações, pois com o aumento da digitalização, a segurança cibernética se tornou uma preocupação importante para as empresas e os contadores devem garantir que as informações confidenciais estejam protegidas, buscando identificar suas fragilidades e investindo em programas confiáveis de proteção aos seus sistemas.

A contabilidade na era digital exige que os contadores sejam mais versáteis e estejam sempre aprendendo coisas novas. Isso inclui a compreensão de novos *softwares* e aplicativos, bem como habilidades de análise de dados e gerenciamento de informações.

Os investimentos necessários para ter um software de Contabilidade profissional de qualidade, instalado e funcionando corretamente em um computador, são relativamente altos. Apesar do fato de os preços de *software* (programas) e *hardware* (máquinas) estarem caindo a cada ano, eles são ainda pouco acessíveis a estudantes e iniciantes em Contabilidade. (Marion, 2022, p. 229).

Os contadores também precisam estar cientes das novas regulamentações e leis que afetam o setor de contabilidade. A revolução digital está mudando a maneira como os dados são armazenados e compartilhados, e os contadores precisam garantir que estão em conformidade com as leis e regulamentações mais recentes.

Não há sistema que funcione bem se não houver bons usuários atuando nas áreas que utilizam esse sistema. O suporte técnico também é muito importante, mas, invariavelmente, que os desenvolvedores tenham equipes bem treinadas para prestar a assistência necessária. (Oliveira, 2014).

Levando-se em conta que as instituições modernas estão exigindo novos papéis a serem desempenhados pelo profissional contábil, fica difícil imaginar o funcionamento de uma Contabilidade, seja no setor público ou privado, sem o apoio da tecnologia.

Considerações finais

A contabilidade é uma ciência que tem como objeto de estudo os fenômenos patrimoniais e sua atual configuração reflete o resultado de uma trajetória marcada pelo desenvolvimento da economia assim como de diversos outros aspectos dentro da sociedade, que por seu processo acelerado de transformações, diante da crescente necessidade em se obter formas de controle de bens e riquezas, foi impulsionada pela evolução da tecnologia.

Ao realizar o presente estudo, observou-se que o ambiente econômico atual vem exigindo das empresas, tanto quanto do profissional contábil, uma constante atualização, percebendo-se, assim, um crescente desenvolvimento de ferramentas que visam a proporcionar maior eficiência na execução das ações pertinentes à referida área, uma vez que o futuro parece reservar avanços tecnológicos ainda maiores.

Na era da informação, os profissionais da contabilidade tornaram-se consultores dentro da organização e seu papel é extremamente importante para o desenvolvimento da empresa, onde assumem uma postura gerencial que vincula a gestão aos sistemas de informação. Portanto, os contadores acompanham essas mudanças e combinam a tecnologia para implementar sistemas de informação, nos quais os contadores devem ampliar seu conhecimento e proporcionar uma melhor qualidade da informação.

O estudo realizado ajuda a compreender o assunto, seu modo de operação atual e contribui para novas discussões acerca da contabilidade e sua evolução para a era digital. Pode-se considerar que o objetivo proposto foi alcançado, já que possibilitou a percepção quanto à real importância da função da contabilidade e do contabilista dentro desse contexto.

Para tanto, é necessário que os contadores se mantenham em constante aprendizado e aperfeiçoamento tanto na Ciência quanto nas ferramentas tecnológicas que estão evoluindo a uma velocidade muito rápida, a fim de cumprir seu papel perante os clientes e buscar um engrandecimento cada vez mais significativo como profissional, ocupando seu lugar de relevância no mundo moderno.

Referências

- ANDRADE, Álvaro Pereira de. **Estudando teoria da contabilidade**: origem e evolução histórica da contabilidade. São Paulo: Atlas, 2009. 357 p.
- ARAÚJO, Adriana Maria Procópio de; ASSAF NETO, Alexandre. **A Contabilidade Tradicional e a Contabilidade Baseada em Valor**. Revista Contabilidade & Finanças, São Paulo, n. 33, p. 16 - 32, set/dez, 2003.
- BLIPBLOG. **Qual é o verdadeiro impacto da tecnologia nas empresas? Entenda!**. 2022. Disponível em: <https://www.blip.ai/blog/tecnologia/impacto-da-tecnologia-nas-empresas/>. Acesso em: 28 jun. 2024.
- BREDA, Z. **Uma reflexão sobre os impactos da tecnologia na Contabilidade, CFC, 2019**. Disponível em: <https://cfc.org.br/destaque/uma-reflexao-sobre-os-impactos-da-tecnologia-na-contabilidade/>. Acesso em: 06 jul. 2024.
- IUDÍCIBUS, Sérgio D. **Cartas aos Estudantes de Contabilidade**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2020.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MARION, José C. **Contabilidade Básica**. Disponível em: Minha Biblioteca, (13ª edição). Grupo GEN, 2022.
- OLIVEIRA, Edson. **Contabilidade Digital**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2014.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- ROGERS, David. **Transformação digital: repensando o seu negócio para a era digital**. 1. ed. São Paulo: Autêntica Business, 2017.
- SANTOS, C. **Os Avanços da Contabilidade Digital**. Monografias Escola Brasil, 2013. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/administracao-financas/os-avancos-da-contabilidade-digital.htm>. Acesso em: 06 jul. 2024.
- SIEBEL, Thomas M. **Transformação Digital**. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Alta Books, 2021.
- STELZER, Joana; NASCIMENTO, Natalí; MORELLA, Patrícia. **Desafios do comércio mundial: sustentabilidade e internacionalização de empresas**. Itajaí: Universidade do Vale de Itajaí, 2009.

Enviado em 31/08/2024

Avaliado em 15/10/2024

TECNOLOGIA DIGITAL E A INCLUSÃO ESCOLAR

Gleiciany Rodrigues Gomes³⁰
Marcelo Gaudêncio Brito Pureza³¹

Resumo

O estudo é resultado de uma pesquisa bibliográfica que tem como objetivo discutir a potencialidade das tecnologias digitais assistivas na inclusão escolar de alunos atendidos na Educação Especial. A revisão bibliográfica se deu no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES, sendo selecionando, Salomão (2013), Ferreira (2020), Mendes (2020) e Oliveira e Silva (2022), com fundamentação teórica de Raiça (2008), Bersch (2013), Moran (2015) e (2017), entre outros. Apresentamos como resultados que as tecnologias são ferramentas que podem proporcionar a inclusão do aluno público da educação especial, desde que o professor tenha conhecimento em utilizar.

Palavras-chave: Tecnologia digital; Práticas inovadoras; Inclusão escolar.

Resumen

El estudio es resultado de una investigación bibliográfica que tiene como objetivo discutir el potencial de las tecnologías digitales de asistencia en la inclusión escolar de los estudiantes atendidos en Educación Especial. La revisión bibliográfica se realizó en la base de datos de la Coordinación de Perfeccionamiento del Personal de Educación Superior - CAPES, seleccionando a Salomão (2013), Ferreira (2020), Mendes (2020) y Oliveira e Silva (2022), con base teórica de Raiça, (2008), Bersch (2013), Moran (2015) y (2017), entre otros. Presentamos como resultados que las tecnologías son herramientas que pueden brindar la inclusión de los estudiantes públicos en educación especial, siempre y cuando el docente tenga conocimientos en su uso.

Palabras clave: Tecnologia digital; Práticas innovadoras; Inclusión escolar.

³⁰ Mestranda do Programa de Pós- Graduação em Educação Inclusiva- PROFEI, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – PA, rggleiciany@unifesspa.edu.br

³¹Professor orientador: Doutor em Geografia (Geografia Humana), pela Universidade de São Paulo- USP, titulação, Faculdade Ciências - UF, gaudencio@unifesspa.edu.br

Introdução

A solidificação de uma escola inclusiva passa por mudanças de posturas atitudinais de todos que compõem a comunidade escolar, se todos desenvolverem seu trabalho em colaboração, o objetivo se efetiva em um espaço de equidade. Mas de todos os componentes no rol desse processo perpassa a figura do professor que é essencial para que o processo de inclusão se efetive. Pois, é a partir de sua prática de mediar o processo de ensino e aprendizagem que é o passo maior de uma escola para todos

Entretanto, o paradigma de inclusão sobre o aluno Público-Alvo da Educação Especial-PAEE, ainda traz muitas inquietações e desconforto para muitos que ainda tem a opinião de que esse público não tem necessidade de aprendizado escolarizado, em virtude, de pensamentos que a escola ainda se constitui em uma estrutura tradicional de um currículo competitivo, celetista e conservador de estruturas sociais capacitistas.

Os obstáculos ao ensino dos alunos perpassam pela falta de empatia, formação continuada e conhecimento sobre a história e processo de lutas e conquistas sociais que suscitou o direito de um grupo que por séculos foi marginalizado e excluído socialmente de seus direitos civil, político e social.

Desde a década de 90 com a expansão dos discursos políticos sobre a finalidade e o acesso a educação, e lutas de movimentos sociais de grupos historicamente excluídos que via por meio desta formar cidadão consciente do seu papel social e político, perpassa a utopia de uma escola para todos. Também, eclodem as mudanças nas relações sociais, de trabalho e educacionais em virtude da globalização e da revolução que as tecnologias têm adentrado no dia a dia de cada pessoa e profissionais.

Neste mesmo contexto, procuramos neste estudo, se ater aos profissionais da educação e especificamente ao professor que vê a necessidade de buscar conhecimento para mudanças de práticas tradicionais que por muito tempo assombrou o aprendizado de muitos alunos que fracassaram na escola.

Assim, a inclusão e tecnologia é um dueto que adentrou a escola com a intenção de modificações que o mundo contemporâneo vem exigindo. Para Raiça (2008, p.19), “A era da informação e da globalização demanda do educador o desenvolvimento de novas competências tanto pedagógicas quanto tecnológicas visando o preparo dos futuros cidadãos”. Neste sentido, em meio a diversidade e a exigência que a escola contemporânea requer deste profissional perpassa um olhar sensível, flexível e conhecedor de como ensinar formas inovadoras e prazerosas a alunos que tem suas limitações reduzidas em virtude de sua deficiência, transtorno ou habilidade ímpar. A escola precisa mudar, necessitando de renovação do conhecimento, levando o professor ter olhar diferenciado para sua metodologia para a diversidade em sala, o aluno precisa ser protagonista do seu aprendizado e do espaço em que se encontra.

Logo, o objetivo deste estudo é investigar como as tecnologias digitais podem auxiliar na inclusão escolar do aluno atendido na Educação Especial. Como se trata de um estudo inicial, para o alcance do objetivo proposto neste estudo, realizamos a busca pelas informações por meio de uma pesquisa bibliográfica, com levantamento das pesquisas já realizadas no banco de dados da CAPES, pois para Oliveira (2016), esse tipo de pesquisa o pesquisador não precisa recorrer aos fatos / fenômenos da realidade empírica, e sim fazer levantamento de fontes científicas com a intenção de se discorrer sobre o objeto do conhecimento.

Tecnologias Digitais Assistivas: uma possibilidade

Em meio aos desafios da inclusão escolar e o conhecimento do professor em manusear as tecnologias digitais com o objetivo de buscar práticas pedagógicas inovadoras são temas de pesquisas que suscitam como as tecnologias podem auxiliar na inclusão do aluno público da educação especial. Para Morán (2015), as tecnologias digitais buscam a ligação de dois mundos em tempo real, que tem a intenção de facilitar a comunicação e a informação em prol do ensino e aprendizagem que a escola pode proporcionar aos seus alunos.

O que a tecnologia traz hoje é a integração de todos os espaços e tempos. O ensinar e o aprender acontece numa interligação simbiótica, profunda, constante entre o que chamamos mundo físico e mundo digital. Não são dois mundos ou espaços, mas um espaço estendido, uma sala de aula ampliada, que se mescla, hibridiza constantemente. Por isso, a educação formal é cada vez mais blended, misturada híbrida, porque não acontece só no espaço físico da sala de aula, mas nos múltiplos espaços do cotidiano, que incluem os digitais. O professor precisa seguir comunicando-se face a face com os alunos, mas também digitalmente, com as tecnologias móveis, equilibrando a interação com todos e com cada um, (MORÁN, 2015, p. 16).

Conhecer as ferramentas digitais e saber utilizá-las é indispensável para a construção de aulas e metodologias que atendam a diversidade em sala. As tecnologias podem proporcionar ao aluno com limitações motoras e sensoriais, ter acesso as mais variadas formas de participação e aprendizagem na sala de aula, por meio do acesso a vídeos e jogos sobre o objeto do conhecimento, ampliando seu repertório e sua compreensão de mundo a qualquer momento.

As tecnologias assistivas (TA) podem ser desenvolvidas ou instrumentalizadas a partir das tecnologias digitais, para sua utilização como estratégias pedagógicas, o suporte é importante e indispensável para que o aluno da educação especial possa utilizá-las como ferramentas. Para Bersch (2013, p. 2), “a TA deve ser entendida como auxílio que promoverá uma ampliação de uma habilidade funcional deficitária ou possibilitará a realização da função desejada e que se encontra impedida por circunstância de deficiência ou pelo envelhecimento”. Pode-se observar a TA nas TD como: leitor de tela, ampliadores de imagem, recursos de acessibilidade ao computador, entre outros instrumentos que proporcionam a pessoa com deficiência a ter maior autonomia na escola ou no seu dia a dia.

Neste sentido, Ferreira (2020), em seu estudo, identificou o conhecimento e o acesso dos professores tanto do ensino comum quanto da educação especial em utilizar instrumentos e ferramentas de tecnologia para estudos, pesquisas, planejamentos e criação de aplicativo de jogos que beneficie o ensino aprendizagem. Além de utilizar as redes sociais como facebook, Whatsapp, Instagram, entre outros para fins educacionais, com intuito de melhorar a prática pedagógica em sala.

Nos estudos de Salomão (2013) constatou-se que a utilização do computador como recurso favorece o processo de aprendizagem do aluno PAEE, e que é preciso o conhecimento dessa ferramenta por parte do professor para estar adequando a função deste de acordo com seu objetivo.

É inegável que o computador, notebook, smartphome, ou qualquer outro instrumento tecnológico é atrativo para qualquer pessoa, imagina para uma criança em idade escolar, educação infantil e ensino fundamental I, que utiliza descontroladamente sem fins educacionais no ambiente de sua casa. Entretanto, seu manuseio para fim escolar, precisa ser acompanhado por um professor, com finalidades que seja mais um recurso que pode vir a beneficiar a ampliação do conhecimento e a aprendizagem do estudante.

Para Oliveira e Silva (2022), a mediação tecnologia no ambiente educacional é o resultado de uma reflexão ampliada de uma mediação pedagógica. Logo, as tecnologias não podem ser vistas como a solução de um processo educacional é preciso seu manuseio de forma crítica e criteriosa.

Assim, nos estudos de Alves e Hostins (2019), considera importante o uso da tecnologia como objeto do conhecimento e como meio de aprendizado entre crianças, independente de deficiência ou não. Sua pesquisa se baseou na construção de jogos digitais, tendo como pressuposto teórico Vygotsky, na construção de pensamentos complexo. Podendo ser observado em seus resultados o aprendizado dos alunos sobre o conceito de construção dos jogos digitais, e seu olhar crítico sobre seu uso. Constatou também que as diferenças intelectuais foram superadas por meio da mediação, e que a relação com seus pares constitui uma relação de respeito.

A necessidade de todos ao acesso aos meios digitais se configura a participação e a democratização do conhecimento, para Raiça (2008), a inclusão a esse acesso se dá por meio da educação, pois para a supracitada todos os tipos de inclusão, seja social, profissional ou digital tem como base a escola, e a tecnologia é fundamental, sendo o principal recurso para efetivação e preceitos de inclusão na sociedade contemporânea.

Logo, o conhecimento e formação política do sujeito liberta para as mais várias críticas e opiniões do espaço que se encontra, pois leva-o a participar das estruturas sociais como sujeito de direito. Nos dizeres de Lapa, Lacerda e Coelho:

A ênfase no homem e na sua capacidade, ou não, para a ação política no mundo contemporâneo constrói uma alternativa para situação de dominação. Com o foco no papel importante das tecnologias na política e na vida cotidiana, reconhecemos tanto a necessidade de consciência da não neutralidade dos meios técnicos, como a importância da comunicação no desenvolvimento de novas formas de associação e solidariedade para o surgimento de uma sociedade mais livre na cultura digital, (LAPA, LACERDA E COELHO, 2016. p. 44).

Nesse percurso entende-se a emancipação do homem em meio às diversidades que as estruturas sociais, econômica e política situa o sujeito, a partir do conhecimento que o mesmo tem, ou vai dominar ou vai ser dominado. Para chegar a um ser crítico, participativo, e com ações que mexem a estrutura econômica estratificada. Desta forma, a educação escolar torna-se peça importante para consolidar domínio do conhecimento de técnicas que hoje se constitui como fundamental no processo de escolarização do sujeito.

Assim, da necessidade de uma escola para todos as tecnologias digitais de comunicação e informação- TDIC, adentra as instituições de educação com intuito de inovar práticas de uma escola tradicional, de inovar ensino aprendizado que antes marginaliza o aluno e apontava como incapaz em virtude de os recursos e metodologias serem limitados e que não chamava a atenção para aulas interativas dinâmica e participativa. Para Raiça (2008, p.33), “... é importante lembrar que tecnologia e educação inclusiva são frutos da evolução da sociedade, das mudanças de paradigmas sociais e, sobretudo, dos anseios por melhores condições de vida para todos”.

Sendo assim, neste mesmo percurso será salientado no próximo tópico o que a literatura aponta sobre práticas inovadoras de professores que vê na tecnologia digital uma das formas de desenvolver um aprendizado prazeroso, lúdico e participativo, independente das condições do aluno.

Tecnologia digital e práticas inovadoras

Por muito tempo o ensino foi constituído de aula expositiva e enfadonha, que não refletia as condições sociais, econômicas e políticas dos alunos, o professor como detentor do conhecimento, centro do saber e do conhecer, currículo que classificava e apontava os quais eram capazes e incapazes para manter as estruturas sociais que poucos controlavam. Era assim, que representava a escola do passado, e que hoje ainda tentam permanecer, em virtude do novo precisar aprender para poder se refazer, escola tradicional não leva o aluno a se ver como ser em desenvolvimento e refletir o meio, se constituir como ser histórico crítico/ reflexivo do espaço que habita, ainda se perdura.

Com os avanços da pesquisa e a conjuntura sobre educação inclusiva o cenário se volta para mudanças no pensamento da escola e na prática do professor. Hoje, a escola vive momento de construção e desconstrução para atender o público que antes fora marginalizado. Nessa construção, Lovato, et al, (2018), se reporta, que muitas instituições de ensino têm procurado buscar metodologias inovadoras que possibilitem mudanças no ensino aprendizado, a partir de currículo que atenda as diferenças, que integre teoria e práticas, colocando em destaque a aplicação de metodologias ativas na educação. Para o supracitado.

A aprendizagem ativa ocorre por meio da interação do aluno com o assunto estudado, ouvindo, falando, perguntando, discutindo, fazendo e ensinando, sendo estimulado a construir o conhecimento ao invés de recebê-lo passivamente. Aplicar os aprendizados em contextos diferentes daqueles em que foram obtidos exigirá mais do que simples decoração ou solução mecânica de exercícios. Exigirá o domínio de conceitos, flexibilidade de raciocínio e capacidades de análise e abstração, (LOVATO, et al, 2010, p. 158).

Neste sentido, a metodologia para aprendizagem ativa se dá através de um professor que leve o aluno a ser protagonista do seu aprendizado, um professor mediador, instrutor que coloca o aluno diante de situações problemas ou desafios para solucionar, intervindo e refletindo em colaboração.

Em um mundo marcado pela tecnologia, falar de metodologias inovadoras sem falar de tecnologia digital torna-se contraditório, pois, a mesma proporciona ao aluno busca de informações através de site de pesquisas, plataformas educacionais, entre outros recursos que facilitam a busca de informações e independência no aprendizado do aluno. Para Moran (2017), esse tipo de recurso se encontra acessível e o aprendizado acontece em qualquer lugar, basta estar nas mãos de educadores ou alunos com a intenção de buscar conhecimento e informações para ampliar o que já foi ou ainda vai ser exposto em uma aula.

As metodologias ativas de ensino aprendizagem é uma prática inovadora que visa diferentes modelos de operacionalização. Muitas escolas vêm tentando implementar esse tipo de prática, com a intenção de mudanças de paradigmas, pontua em seu projeto político pedagógico o método a ser desenvolvido para que o professor desenvolva em sua sala de aula.

Nos estudos de Paiva et.al (2016) considera seis benefícios que essa prática proporciona ao professor e aluno: 1- rompe com o modelo tradicional de ensino aprendizado: 2- constrói autonomia do aluno, 3 – trabalho em equipe, 4- relação entre teoria e prática, 5- visão crítica, 6- avaliação formativa. Os pontos abordam o aluno como sendo o principal responsável de seu aprendizado e o professor sendo coadjuvante do processo.

Pode-se constatar que esses benefícios, podem beneficiar a inclusão dos alunos atendidos na educação especial, pois romper com práticas tradicionais já expõe métodos diferenciados de ensino, levar o aluno ter autonomia é acreditar que o aluno com deficiência ou transtorno tem potencial, trabalhar em equipe é proporcionar a participação de todos, discutir o que a teoria fala com a prática é desenvolver a criticidade sobre o assunto. Logo, essas metodologias têm como pressuposto a relação de construção de conhecimento entre um mediador e seus pares.

Observar-se nos estudos de Mendes e Cardoso (2020), a prática de metodologias inovadoras a partir da utilização de tecnologias digitais como suporte de busca de informações. Em sua discussão e resultados na escola em que desenvolveu a pesquisa constatou que no projeto político pedagógico, as práticas inovadoras eram destacadas como elemento fundamental. Relatos da professora que a utilização de tecnologia digital como tablete e celular nas disciplinas para a realização de pesquisa, desmistificando o uso como ato de brincar e sim para o ensino do desenvolvimento de pesquisa.

Nos estudos de Paiva et.al (2016) identificou o uso de metodologias ativas em ambientes da educação básica e formação técnica, constatou que ainda o processo anda em passos lentos, diferentes de outras áreas e níveis de ensino como a saúde e a educação superior. Infelizmente na educação básica os conhecimentos de professores sobre práticas educativas inovadoras ainda não são bem aceitos. Pode-se constatar a falta de formação continuada e pesquisa sobre o assunto, o que se configura um atraso de conhecimento sobre o objeto.

Por tudo, todas as metodologias inovadoras colocam o aluno como protagonista do seu aprendizado, são práticas pedagógicas que fazem o aluno ser proativo, criativo e inovador do processo, e a mediação pedagógica inovadora e tecnologia digital faz toda a diferença para que esse aluno se constitua em um ser crítico e participativo do ambiente oportunizando a participação de todos em uma sala heterogênea.

Considerações

Com base no levantamento da literatura e seus resultados, pode-se observar estudos ainda superficiais de práticas inovadoras com o uso de tecnologia no ambiente educacional da educação básica.

O delineamento da pesquisa se deu a partir de uma revisão do que a literatura falava da tecnologia digital como auxiliar na inclusão do aluno público da educação especial, buscando as práticas inovadoras como métodos que podem incluir a diversidade em uma sala de aula.

Ficou evidente a importância das tecnologias digitais para uso de pesquisas, desde que seja orientada e conduzida com finalidades educativas. Observou-se também a importância da mesma para que as metodologias sejam de busca, pesquisa e auxílio. Também como a tecnologia assistiva pode estar atrelada às tecnologias digitais para a inclusão do aluno público da educação especial.

Por tudo, as práticas inovadoras se constituem nas metodologias ativas de ensino aprendizagem, que se operacionalizam por diversas práticas. Que tem como objetivo o aluno ativo, reflexivo, inovador, protagonista do seu aprendizado. Essas metodologias vêem a diversidade em sala e conseqüentemente a inclusão do aluno público da educação especial tendo as oportunidades de aprender com seus pares.

Referências

- ALVES, Adriana Gomes; HOSTINS. R. C. L. **Desenvolvimento da Imaginação e da Criatividade po meio de Desing de Games por Crianças na Escola Inclusiva**. Ver. Ed. Esp., Bauru, v. 25, n. 1, p.17- 36; jan- mar., 2019. Acesso: 10/07/2024.
- BERSCH, Rita. **Introdução à tecnologia assistiva**. Porto Alegre. 2013.
- FERREIRA, Fabiane da Silva. **As concepções dos professores da educação básica e da educação especial sobre o uso das TIC e da tecnologia assistiva**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós –Graduação em Educação - Educação Social da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal. Corumbá. 2020.
- LAPA, Andrea Brandão; LACERDA, A. L de; COELHO, Isabel Colucci. **Cultura digital com espaço de possibilidade para a formação do sujeito**. Inc.Soc., Brasília, DF, v.10 n.1, p.19-32, jul./dez. 2016. Acesso: 10/07/2024.
- LOVATO, Fabrício Luís; et al. **Metodologias Ativas de Aprendizagem: Uma Breve Revisão**. Acta Scientiae. Canoas v.20- p. 154-171, mar./abr. 2018.
- MENDES, Ademir Aparecido Pinhelli.; CARDOSO, Liliane de Sousa. **Metodologias Inovadora – ativas e imersivas – com uso de tecnologias digitais nos anos iniciais do ensino fundamental**. 2020. Acesso: 25/06/2024
- MORÁN, José. **Mudando a educação com metodologias ativas**. Coleção Mídias Contemporâneas. Convergências Midiática, Educação e Cidadania: aproximações jovens. v II. PG: Foca Foto- PROEX/UEPG, 2015.
- MORÁN, José. **Tecnologias digitais para uma aprendizagem ativa e inovadora**. Do livro A Educação que Desejamos: novos desafios e como chegar lá. Papirus, 5ª ed, cap. 4. (2017). Acesso: 10/07/2024
- OLIVEIRA, Achilles Alves de.; SILVA, Yara F. de Oliveira. **Mediação Pedagógica e Tecnológica: conceitos e reflexões sobre o ensino na cultura digital**. Revista Educação em Questão, Natal, v. 60. n 64, p. 1-25 e 28275, abr. jun. 2022.
- PAIVA, Marlla Rubya Ferreira; PARENTE, J. R. F; BRANDÃO, I. R; QUEIROZ, A. H. B. **Metodologias ativas de ensino aprendizagem: revisão integrativa**. Sanare, Sobral- v15, n° 02. p145-153, jun./dez. 2016.
- RAIÇA, Darcy. **Tecnologia para educação Inclusiva**. Avercamp. 2008.
- SALOMÃO, Bianca Regina de Lima. **O atendimento educacional especializado em uma sala de recurso de Brasília: a sistematização do atendimento e o uso de computador como apoio pedagógico- um estudo de caso**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em educação, da Faculdade de Educação de Brasília. Brasília. 2013.
- Enviado em 31/08/2024
Avaliado em 15/10/2024